

TJ estuda criação de Vara de Combate ao Crime Organizado

Unidade teria como objetivo acelerar a tramitação de processos como arrombamentos de caixas eletrônicas

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, deve iniciar nos próximos dias os estudos para a criação de uma Vara Especializada de Combate ao Crime Organizado. Em reunião com deputados estaduais da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Caixas Eletrônicos, ontem, em seu gabinete no TJ, ele se comprometeu a dar um parecer sobre o caso dentro de duas ou três semanas.

Segundo levantamento da Secretaria de Segurança Pública (Sesp), de 1º de janeiro a 15 de maio de 2015 o Estado registrou 79 arrombamentos ou explosões em agências bancárias; já em 2014, foram 204 ocorrências. A ideia é garantir mais celeridade ao julgamento desses e de outros delitos do tipo. “O objetivo de centralizar os processos numa vara única, onde o juiz teria um poder de concentração maior em cima da matéria, tem de ser considerado. Eu falei que não é possível de imediato dar uma resposta, porque tem de ser levado ao setor de planejamento e à corregedoria geral. Mas o Tribunal tem o maior interesse em contri-

buir”, afirmou o magistrado.

De acordo com ele, trata-se de uma questão interna do TJ, que requer ainda o aval do Órgão Especial, composto por 25 integrantes. Sem citar números, Vasconcelos ponderou que o custo da nova estrutura seria elevado, pois englobaria a contratação de pessoal. Outra solução a ser analisada, conforme o desembargador, seria a concentração dos autos de flagrante em uma única vara, dentre as já existentes. “A minha manifestação é de apoio total. (Agora) vamos verificar a viabilidade”, completou.

Também participaram do encontro os parlamentares Guto Silva (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC) e Cláudia Pereira (PSC), além do diretor do Departamento de Inteligência da Sesp, Fábio Amaro. “Em Curitiba, por exemplo, há 14 varas criminais. Quando os delegados distribuem os pedidos, acabam enfrenando dificuldade em acompanhar, porque os pleitos nem sempre são encaminhados aos mesmos juízes”, avaliou Amaro. Ele acrescentou que a unidade ajudaria a estabelecer uma relação de confiança entre policiais e magistrados.

O presidente da CPI, Felipe Francischini (SD), já havia feito a solicitação por

meio de um ofício, encaminhado ao TJ no início de março. No documento, ele cita o caso de Alagoas, que teria aumentado em quase 64% as condenações de processos dessa natureza após a instauração da vara especializada. Santa Catarina e Mato Grosso, lembrou, seguiram caminho parecido. O Paraná, por sua vez, deu solução a apenas 25% dos casos. “O desembargador estipulou um prazo bem curto para nos responder. Ficamos muito contentes com o resultado da visita”, relatou o deputado.

DISPOSITIVOS

A CPI foi criada há pouco mais de dois meses na Assembleia Legislativa (AL), com o objetivo de investigar atos criminosos relacionados a caixas eletrônicas, como comercialização, transporte, manuseio e emprego de explosivos. Francischini afirmou que, a partir de agora, pretende reforçar também as ações com as empresas. Para isso, deve convocar a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). “Os criminosos só atuam contra os bancos que não instalam os dispositivos de segurança. Cerca de 90% dos caixas estourados são de agências sem a tinta (emitida para inutilizar notas)”.

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Presidente do TJ confirma 'ilegalidade da greve'

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, confirmou a ontem "ilegalidade da greve" dos professores. Em rápida entrevista à FOLHA, na saída de uma reunião em seu gabinete, ele disse que a decisão de aplicar multa diária de R\$ 40 mil à APP Sindicato foi tomada pelo desembargador Luiz Mateus de Lima, e não pelo conjunto do TJ. O mesmo magistrado, que também considerou abusiva a paralisação dos agentes penitenciários, negou anteontem o agravo regimental proposto pela APP. "(O movimento) está realmente sendo acompanhado pelas vias judiciais. Mas não passa pela presidência. Cada relator e desembargador tem a sua independência jurisdicional. Aqui funciona mais a parte administrativa", desconversou Vasconcelos.

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

TJ revê sentença e condena cinco ex-vereadores

Desembargadores decidem que, além de Henrique Barros, devem ser condenados por improbidade Renato Araújo, Flávio Vedoato, Orlando Bonilha e Osvaldo Bergamin (já falecido)

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em acórdão proferido no último dia 12, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná condenou cinco ex-vereadores de Londrina que exerceram o mandato entre (2005 e 2008) por improbidade administrativa ao terem exigido propina de três empresários para aprovar leis de seus interesses. Em abril do ano passado, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, havia condenado apenas Henrique Barros. Não havia encontrado provas contra os demais.

No entanto, agora, os desembargadores, seguindo voto da relatora, juíza substituta em 2º grau Cristiane Santos Leite, acataram recurso interposto pelo Ministério Público (MP) e consideraram que os ex-vereadores Renato Araújo, Flávio Vedoato, Orlando Bonilha e Osvaldo Bergamin (já falecido, cujo espólio deve responder pela devolução do dinheiro recebido ilicitamente).

Ao contrário do que entendeu o juiz de primeira

instância, "as provas colhidas evidenciam de forma bastante clara a participação de todos os réus nos referidos fatos", escreveu a relatora. "Observa-se que embora tenha sido o réu Henrique Barros o responsável por arrecadar o dinheiro dos referidos empresários, ficou claro dos depoimentos colhidos em Juízo que o montante seria repartido com outros vereadores."

Rebatendo os argumentos da defesa, a magistrada também assegurou que as declarações de Barros, feitas logo após sua prisão em flagrante com R\$ 9,9 mil provenientes de propina, em janeiro de 2008 (ele estava no final do segundo mandato) são plenamente válidas. Os advogados do ex-vereador têm alegado que ele foi cogiado a confessar sua participação no esquema de cobrança de propina na Câmara. "Não existe o menor indício de que tenham sido colhidas mediante coação de qualquer natureza, sendo oportuno destacar que ele estava acompanhado por advogado constituído e, ainda, que o ato foi filmado pela equipe da Gaeco."

No acórdão, os relatores mantiveram a pena imposta a Barros em primeiro grau e a aplicaram aos demais réus: suspensão dos direitos políticos por nove anos, perda do valor recebido ilicitamente (R\$ 36,8 mil) e pagamento de multa civil de R\$ 67 mil, além de outras punições previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

O advogado de Barros, Rodrigo Antunes, disse que já apresentou recurso de embargos de declaração ao TJ e pretende recorrer também ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). "Estamos alegando inclusive a nulidade da sentença porque desprovida de fundamentos. O juiz baseou sua sentença apenas nas provas colhidas no inquérito e não levou em conta o que foi produzido durante o processo." Os advogados dos outros réus não foram localizados ontem.

CONTINUA

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OS CASOS

Conforme o processo, três empresários foram achacados por Barros, que repartiria o dinheiro com os demais. Todos admitiram ter

pago propina. No primeiro caso, a exigência foi R\$ 12 mil para a aprovação na Câmara de projeto de lei que autorizava a implantação de um condomínio residencial; no segundo caso, o pedido foi R\$ 30 mil para aprovar projeto que doava área para ampliação de uma empresa. Coagido, o empresário pagou R\$ 14,8 mil; e no terceiro fato, o comerciante queria autorização para manter o estabelecimento funcionando após as 22 horas e a propina foi R\$ 10 mil para a alteração no Código de Posturas do Município.

A partir de 2008, o MP começou a investigar um esquema de cobrança de propina na Câmara de Londrina que envolvia metade dos vereadores. Muitos já foram condenados; há casos de absolvição.

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Fachin no STF deve travar planos econômicos

A posse de Luiz Fachin no Supremo Tribunal Federal deve inviabilizar o julgamento de ações de correção dos planos econômico Bresser, Verão e Collor. É que Fachin atuou no caso como advogado, quando o processo estava no Superior Tribunal de Justiça, de acordo com documentos em poder da coluna, e deve se declarar impedido de julgá-lo. Como já estão em situação idêntica os ministros Carmen Lúcia, Luiz Fux, e Luis Barroso, não haverá número suficiente para o julgamento.

Atuou no caso

Luiz Fachin é autor de mandado de segurança e de recursos junto ao STJ e ao STF, no caso da correção dos planos, contra o banco Itaú.

Razões de Fux

O ministro Luiz Fux se declarou impedido de participar do julgamento por conta da atuação de sua filha na defesa de uma das partes.

Dois impedidos

Luis Barroso atuou como advogado no caso. Já a ministra Cármen Lúcia se declarou impedida porque seu pai propôs uma das ações.

Adiamento

A PEC da Bengala, que estende de 70 para 75 anos a aposentadoria no STF, pode adiar o julgamento da correção dos planos para 2021.

Ninguém é de ferro

A Operação Lava Jato parece travada, nos últimos dias, por uma razão óbvia: o juiz Sérgio Moro, titular da Vara Criminal de Curitiba, que não é de ferro, saiu de férias por 30 dias. Viajou ao exterior com a família.

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Estado acumula deficit de R\$ 2,24 bi no Orçamento

Secretário da Fazenda fala sobre contas do governo e considera parcialmente positiva a nova proposta de reajuste para os servidores

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

O caixa do Estado só suportaria o reajuste dos servidores proposto pelo governo de 3,45% neste ano e 8,37% em janeiro de 2016. Isso traria um impacto de R\$ 2,117 bilhões nas contas do Paraná, sendo R\$ 179 milhões neste ano e R\$ 1,937 bilhão em 2016. “Não é que o governo não queira conceder um reajuste salarial maior, é porque não pode, sob pena de cair em irresponsabilidade fiscal ou aumentar (ainda mais) a carga tributária”, afirma o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, que diz considerar injusto aumentar impostos.

De acordo com ele, entre 2010 e 2014, os gastos do governo com pessoal e encargos aumentaram 74% e passaram R\$ 10,8 bilhões em 2010 para R\$ 18,8 bilhões no ano passado.

“Não podemos exigir que façamos o impossível”, disse.

A previsão dele é, até o final de 2018 colocar o Estado em ordem. Segundo ele, o Estado tem uma receita total para este ano de R\$ 33,242 bilhões. Tirando as transferências obrigatórias do governo e o pagamento de despesas de exercícios anteriores que foram feitos em 2015, a receita líquida do Estado cai para R\$ 19,757 bilhões.

Com isso, o deficit do Estado neste ano seria de R\$ 2,248 bilhões. Em matéria publicada no dia 4 de março, a FOLHA apontou que o deficit do Estado era de R\$ 4,65 bilhões ao final de 2014, segundo informações do Portal da Transparência do Governo do Paraná. No dia seguinte, o secretário da Fazenda foi realizar a prestação de contas do ano de 2014 na Assembleia Legislativa e recalculou o deficit para R\$ 934 milhões.

Agora, segundo o secretário o orçamento atual e o deficit de R\$ 2,248 bilhões já levam em conta o aumento do ICMS a partir de abril e a

elevação de mais de 40% do IPVA. Este deficit é estimado sem incluir o reajuste salarial deste ano na conta. Ele disse que o governo pode incluir no caixa receitas extraordinárias como dividendos da Copel e da Sanepar, já que o Estado é acionista majoritário destas empresas e a Nota Fiscal Paranaense, mas que não podem ser consideradas como receitas permanentes.

“Para que possamos ajustar as contas do Estado, não podemos conceder reajustes acima da inflação”, alertou. De acordo com ele, entre 2010 e 2014, o governo gastou R\$ 8 bilhões só com reajustes salariais para os servidores. Caso o governo tivesse oferecido reajustes considerando apenas a inflação, teria gasto R\$ 2,8 bilhões.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

04 JUN 2015

Ele disse que o governo não pensa em vender ações da Copel e da Sanepar para arrecadar recursos. "Não existe qualquer possibilidade de alienação do controle acionário (destas empresas)", afirmou. O secretário havia dito anteriormente que o governo estudava vender as ações excedentes ao controle destas estatais, mas o governador Beto Richa (PSDB) negou essa possibilidade.

Caso fosse aprovada a proposta anterior dos deputados estaduais de pagar 8,17% até o final de 2015, o secretário calcula que o impacto no caixa do Estado seria de R\$ 2,649 bilhões, sendo R\$ 312 milhões em 2015 e R\$ 2,337 bilhões em 2016.

E, pela proposta dos professores de reajuste de 8,17% em maio, o impacto seria de R\$ 3,252 bilhões, sendo R\$ 915 milhões em 2015 e R\$ 2,337 bilhões em 2016.

"É adequado não colocar o projeto de reajuste para votação enquanto não houver consenso", disse o secretário. Ele prevê que, em 2017, as finanças do Estado devem ter um cenário melhor, o que vai permitir, provavelmente, o governo fazer a recomposição da inflação para os salários dos servidores.

O secretário considerou parcialmente positiva a proposta de reajuste salarial definida pelos deputados estaduais ontem. "A parte boa é a que mantém a proposta feita pelo Executivo, para 2015 e 2016, com reajuste de 3,45% neste ano e o zeramento do IPCA em janeiro. Se a proposta avançar para 2017, teremos que avaliar o impacto financeiro", disse.

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Beto não está entre investigados da Publicano

Loriane Comeli
Reportagem Local

Ao analisar petição da defesa do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, afirmou que embora o político seja citado na segunda fase da Operação Publicano – que apura a forma de atuação e membros de uma organização criminosa supostamente instalada na Receita Estadual de Londrina, o chefe do Executivo estadual não é um dos investigados. “... o requerente não é investigado diretamente, malgrado haja menções ao seu nome em alguns depoimentos”, escreveu o juiz em despacho publicado ontem.

A petição assinada por René Ariel Dotti, constituído há cerca de um mês para defender Beto Richa e a primeira-dama Fernanda Richa, tinha objetivo de obter acesso aos depoimentos (que são sigilosos) e, posteriormente, uma espécie de atestado de que o governador não é um dos investigados pela operação. Isto porque o nome do governador nome teria sido citado pelo auditor da Receita de Londrina, Luiz Antonio de Souza, em acordo de delação premiada.

Segundo seu advogado,

Eduardo Duarte Ferreira, Souza declarou que auditores arrecadaram, em 2014, R\$ 2 milhões para a campanha de reeleição do tucano. A ordem teria partido de Luiz Abi Antoun, parente distante de Beto e figura com trânsito livre no Palácio do Iguaçu. Abi, embora sem ocupar cargos no governo, “dava ordens” na Receita, conforme Souza. Teria indicado para inspetor-geral de Fiscalização da Receita do Paraná Márcio Albuquerque de Lima, apontado como líder da organização criminosa na primeira fase da operação. E Lima é quem teria repassado a ordem de arrecadar cerca de R\$ 2 milhões para campanha eleitoral.

A FOLHA, Dotti afirmou que o fundamental na decisão é que o governador não é investigado. “Quanto ao fato de ser mencionado em depoimentos, precisamos avaliar se são depoimentos de algum relevo. Podem ser declarações vagas ou mesmo com interesse políticos. O fundamental é que o governado não está sendo investigado”, declarou o advogado. Investigações criminais envolvendo governadores necessariamente deslocam a competência para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

STJ autoriza quebra de sigilo de Cabral e Pezão

Talita Fernandes e
Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou ontem a quebra de sigilo telefônico do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB) e também do ex-governador do Estado, Sérgio Cabral, também do PMDB. No mesmo pedido foi autorizada ainda a quebra de sigilo de Régis Fichtner, ex-chefe da Casa Civil do Rio, e de representantes de empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato.

O pedido de quebra de sigilo foi enviado à Corte pela Polícia Federal e autorizado pelo ministro Luis Felipe Salomão, relator da Lava Jato no STJ. A autorização dada pelo ministro é para que sejam revelados registros telefônicos dos investigados referentes ao período que antecedeu a campanha de 2010.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apura se os investigados cometeram os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. De acordo com a Procuradoria, Cabral e Pe-

zão agiram juntos, com a contribuição de Fichtner, para receber R\$ 30 milhões de empresas contratadas pela Petrobras para a construção do Comperj, no Rio de Janeiro. O dinheiro teria sido destinado para a campanha de Cabral e Pezão aos cargos de governador e vice, respectivamente, do Estado do Rio de Janeiro, em 2010.

Em um mesmo inquérito do STJ são investigados Cabral, Pezão e Fichtner por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O Ministério Público Federal suspeita que o recebimento da propina foi feito por meio do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. No STJ existe outro inquérito que apura o suposto envolvimento do governador do Acre, Tião Viana (PT-AC). A reportagem apurou que não houve, por ora, quebra de sigilo telefônico no inquérito de Tião.

Os investigados têm negado o envolvimento com os desvios da Petrobras, fatos que apurados na Operação Lava Jato. A reportagem entrou em contato com os investigados e ainda aguarda resposta.

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

População carcerária do PR mais que dobra em sete anos

Mapa do Encarceramento mostra que número de presos cresceu 104% entre 2005 e 2012 no Estado

Celso Felizardo

Reportagem Local

Londrina – O número de presos no Paraná cresceu 104% entre 2005 e 2012. Segundo os dados do Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil, divulgado ontem pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Estado teve aumento de 10,8 mil para 22 mil presos e registrou o sexto maior crescimento percentual, atrás de Minas Gerais, que lidera o ranking com 624%, Espírito Santo (182%), Rio Grande do Norte (161%), Amazonas (126%) e Tocantins (125%).

A variação também ficou acima da média nacional de 74%. Em 2005, o número de presos no País era 296,9 mil. Sete anos depois, passou para 515,4 mil. A população carcerária paranaense era a sexta maior do País em 2012, representando 4,2% do total. No mesmo ano, aproximadamente um terço dos presos – 190,8 mil – estava encarcerado em São Paulo. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco também tinham mais presos que o Paraná.

A maior variação no Estado ocorreu nos primeiros anos analisados pela pesquisa. Entre 2005 e 2006 houve o maior salto: de 10,8 mil para 18,1 mil. No ano seguinte o número já havia quase dobrado com a população de 20,7 mil presos. O maior recorde foi registrado em 2008, quando as unidades penais do Estado abrigavam 23,1 mil presos. Em seguida, o gráfico tem ligeira queda até 2010 e volta a subir nos próximos dois anos.

Apesar dos dados alarmantes, o Estado se destaca positivamente em vários quesitos. A Secretaria de Segurança Pública destaca a redução da população carcerária nos últimos anos. Atualmente, o sistema está com 19.327 presos em penitenciárias para a capacidade de 18.209 vagas, superlotação de 1.118 vagas. O índice segue próximo do apontado pelo estudo, em 2012. Segundo a pesquisa, o Paraná tinha o menor déficit de vagas no País, de apenas 1,2 pessoa por vaga, realidade bem diferente de estados como Alagoas, onde para cada vaga disponível no sistema prisional existiam 3,7 presos; ou Pernambuco (2,5).

O Paraná também era o que tinha em 2012 o maior percentual de presos condenados (86%), resultado de maior celeridade da Justiça em relação outras unidades da federação. O Estado também é o que mais tinha presos sob regime de segurança (1,9%). Apenas 12,2 eram presos provisórios, que aguardavam julgamento. Entre os condenados, 41% cumpriam a pena em regime aberto, maior índice do País. O semiaberto representava 11% dos presos e o regime fechado, 48%.

DEFENSORIA

O destaque negativo do Paraná na pesquisa foi a atuação incipiente da Defensoria Pública. Segundo o levantamento do Ipea realizado em 2013, até aquele ano, três estados brasileiros haviam criados suas defensorias, mas os órgãos ainda não estavam em atuação, são eles: Paraná, Santa Catarina e Goiás. Os estados com os maiores déficits em números absolutos eram: São Paulo (2.471), Minas Gerais (1.066), Bahia (1.015) e Paraná (834). O déficit total do Brasil era de 10.578 defensores públicos.

CONTINUA

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

AGENTES

A presidente do Sindicato Dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Petruska Sviercoski, reconheceu avanços nos últimos anos com os mutirões organizados pela Secretaria de Estado de Justiça (Seju), que administrava o sistema carcerário até o ano passado. Mas segundo ela, o governo tem transferido os presos das carceragens das delegacias para as penitenciárias, o que tem aumentado a superlotação nos últimos meses. Atualmente, são 9.920 presos nas delegacias. No início do ano, as penitenciárias tinham cerca de 700 detentos a menos que hoje. "O número de agentes não cresce na mesma proporção tão rapidamente, o que aumenta a insegurança dentro das unidades", contou. No ano passado, o Paraná registrou 24 rebeliões.

FOLHA DE LONDRINA

'Raio X' da população carcerária

A população carcerária brasileira continua em crescimento. Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil, divulgado ontem pela Secretaria-Geral da Presidência da República, aponta que entre 2005 e 2012 o número de presos aumentou 74% - de 296.919 pessoas para 515.482. No Paraná, o índice de crescimento foi maior do que a média nacional: 104% no período - de 10,8 mil para 22 mil presos. No entanto, o Estado fica atrás de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Amazonas e Tocantins.

Apesar dos percentuais, o sistema carcerário paranaense aparece melhor do que alguns Estados brasileiros. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre 2012 e 2015 (dado posterior ao divulgado pelo Mapa), houve redução da população carcerária nos últimos anos. São 19.327 presos em penitenciárias para a capacidade de 18.209 vagas, superlotação de 1.118 vagas. É o menor deficit de vagas do País, de apenas 1,2 pessoa por vaga. Em Alagoas, que registra o maior índice, são 3,7 presos por vaga.

Esse dado é importante porque aponta para um relativo equilíbrio do sistema carcerário. A superlotação colabora para que os encarcerados sejam submetidos a condições subhumanas. Diante de um cenário como esse, são poucas as chances de recuperação e de reinserção à sociedade. O sistema carcerário precisa ser um pouco mais humanizado e oferecer outras alternativas aos detentos, com atividades laborais, de estudo e esportivas. A partir da concessão de oportunidades é que essas pessoas poderão buscar mudanças.

Outro ponto favorável ao Estado é o maior percentual de presos condenados (86%), o que aponta para uma maior celeridade da Justiça em relação a outros Estados. Na média nacional, quatro a cada dez presos estão detidos sem terem sido julgados. É um alto índice que aponta que esses detentos podem estar cumprindo uma pena maior do que devem. Por isso a importância das defensorias públicas e dos mutirões carcerários.

Como o número de presos sempre será maior do que a capacidade do Estado de construir presídios, o ideal seria o investimento em políticas de longo prazo na qualidade de vida dos brasileiros. Somente com esse projeto é que a sociedade poderá se desenvolver.

04 JUN 2015

04 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena dois bombeiros e absolve seis no caso da boate Kiss

São Paulo – A Justiça Militar do Rio Grande do Sul decidiu ontem condenar dois bombeiros e absolver outros seis por responsabilidade na tragédia da boate Kiss. O incêndio na casa de shows de Santa Maria (RS), em 2013, deixou 242 mortos. Os bombeiros respondiam pelos crimes de prevaricação, inobservância da lei e inserção de declaração falsa em documento público (falsidade ideológica).

Foram condenados a um ano de prisão por falsidade ideológica o tenente-coronel da reserva e ex-comandante do 4º Comando Regional dos Bombeiros Moisés Fuchs e o capitão Alex da Rocha Camillo. Fuchs também foi condenado a seis meses de prisão por prevaricação. Os dois bombeiros irão recorrer da decisão. Como as penas são inferiores a dois anos, eles não serão presos. Caso a decisão seja mantida em outras instâncias, eles terão de se apresentar a cada três meses à Justiça Militar e correm o risco de serem expulsos da corporação.

Moisés Fuchs era acusado de prevaricação por não ter punido um de seus bombeiros depois de comprovado que o subordinado havia gerenciado uma empresa responsável por realizar obras na boate antes do incêndio.

Ele também respondia por falsidade ideológica pela inserção de declaração falsa em documento público, por ter autorizado a expedição de alvarás com informações que garantiam a aplicação das normas técnicas de prevenção de incêndio, embora elas não tivessem sido cumpridas. Camillo foi o responsável pela assinatura do segundo alvará de funcionamento.

ABSOLVIÇÃO

No segundo dia de julgamento dos oficiais, ontem, o clima esteve tenso e familiares das vítimas choraram. Pela manhã, o promotor Joel Dutra, do Ministério Público, pediu a absolvição dos cinco bombeiros julgados ontem

alegando que eles foram “induzidos ao erro” ao realizarem as vistorias na boate, já que as normas não são suficientemente claras e deixam brechas para interpretações. Indignados com o pedido, muitos familiares das vítimas deixaram a sala onde o julgamento ocorria.

Os cinco oficiais julgados foram Gilson Martins Dias, Vagner Guimarães Coelho e Marcos Vinícius Lopes Bastide (soldados), Renan Severo Berleze (sargento) e Sérgio Roberto Oliveira de Andrades (primeiro tenente da

reserva). Todos foram absolvidos pelos crimes de inobservância da lei. Outros quatro acusados pelo crime, que estão em liberdade, ainda serão julgados na Justiça comum. São réus os sócios da casa noturna Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, o vocalista da banda Gurizada Fandangueira Marcelo de Jesus e o produtor do grupo, Luciano Bonilha Leão.

05 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça italiana nega recurso e Pizzolato poderá ser extraditado

Condenado no processo do mensalão, Pizzolato fugiu para a Itália em novembro de 2013

Mário Camera
Folhapress

Roma - A Justiça Italiana decidiu que Henrique Pizzolato deve ser extraditado para o Brasil, segundo confirmou o advogado do governo da Itália, Giuseppe Alvenzo. O Tribunal Regional do Lácio negou o recurso impetrado pela defesa do ex-diretor do Banco do Brasil.

Agora, o Ministério da Justiça da Itália irá fixar uma nova data para a extradição de Pizzolato. A partir de então, o Brasil terá um prazo de 20 dias para levar o ex-diretor do BB de volta ao País. Segundo Giuseppe Alvenzo, advogado do governo italiano, isso deve acontecer até esta sexta (5).

Na sentença de sete páginas do Tribunal Administrativo Regional do Lácio, obtida pela reportagem, os três juízes que julgaram o caso informam que não encontraram "anormalidade" ou "erro" nos pressupostos do decreto do ministro da Justiça italiano. A decisão reconheceu que a extradição é um ato discricionário do Poder Executivo.

Pizzolato afirmava que sua defesa foi cerceada pelo fato de o ministério ter analisado novas garantias oferecidas pelo governo brasileiro sobre as condições do presídio da Papuda (DF), onde ele deverá cumprir a pena. Condenado no processo do mensalão a 12 anos e 7 meses de prisão, Pizzolato fugiu do Brasil para a Itália em novembro de 2013.

Embora a instância administrativa não tenha analisado o mérito da decisão pró-extradição - já tomada pela Corte de Cassação (instância mais alta do Judiciário italiano) e pelo Ministério da Justiça -, os juízes citam que Pizzolato deverá cumprir a pena em uma ala especial do presídio da Papuda (DF).

Michele Gentiloni, advogado contratado para representar o governo brasileiro, disse que agora aguarda a data que será fixada pelo ministério da Justiça para a extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil. "Estamos muito satisfeitos", afirmou.

Na quarta-feira, após a audiência, os advogados de Pizzolato já tinham dito que iriam recorrer da decisão se

fossem derrotados e levariam o caso ao Conselho de Estado, última instância possível para caso. Procurados pela reportagem ao longo desta quinta-feira, eles não retornaram a ligação.

CENÁRIOS POSSÍVEIS

Com a decisão, dois cenários são possíveis: o primeiro é o Conselho de Estado suspender a extradição enquanto analisa o caso, mantendo Pizzolato na Itália.

O outro é a corte acolher o recurso e não suspender a extradição, marcando uma nova audiência para os próximos meses. Isso daria ao governo brasileiro uma brecha para tentar extraditar o condenado antes do novo julgamento pela corte.

O governo brasileiro informou ontem que a extradição de Henrique Pizzolato para o Brasil poderá ser feita assim que o Ministério da Justiça italiano fixar nova data para a operação.

A decisão do Tribunal Administrativo Regional de Lácio, que negou o recurso apresentado pela defesa do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, segundo o governo brasileiro, garantiu a volta da "eficácia plena" da concessão de extradição do ex-executivo do BB.

Em nota, o Ministério da Justiça brasileiro ressalta que a defesa de Pizzolato pode recorrer da decisão tomada nesta quinta-feira no Conselho de Estado da Itália. "O Brasil está pronto para também atuar perante o Conselho, se necessário".

06 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Blindagem impossível

É evidente que até o momento não há qualquer referência explícita que comprometa o governador e sua esposa na Operação Publicano. No entanto, as referências feitas, inclusive em delação premiada de um dos auditores, exigem clara apuração, tanto na questão específica do suposto desvio de dinheiro achacado de contribuintes à campanha eleitoral e na hipotética, no mínimo estranha, contribuição dos servidores fazendários à campanha do agasalho do Provopar e com o detalhe de que esses funcionários encaminhavam demandas de seu interesse (recebimento de prêmios da ordem acumulada de R\$ 1 bilhão que o governo, como sempre, empurra com a barriga), de qualquer forma uma aproximação, tanto quanto as outras como a de o chefe da gangue, segundo a delação, auditor Marcio Albuquerque de Lima, ser aquele piloto ou copiloto de experiências automobilísticas do governador.

Por indicações menos sugestivas, muitos gestores públicos enfrentaram ameaças até de impeachment como ocorreu em 1954 com Getúlio Vargas, isso antes mesmo do atentado contra Carlos Lacerda e que matou o major Rubens Vaz. Políticos pagam pela "bandeira" que dão a certos conhecidos como ocorreu com o cinegrafista Caramori, lotado em Londrina como servidor da Casa Civil, e que postou na internet uma imagem com o governador sugerindo intimidade. Outra questão pertinente a do parente distante, Luiz Abi Antoum, apontado nos relatos ao Gaeco como eminência parda e indicador de pessoas aos postos na cúpula fazendária.

Ao juiz criminal não caberia outro despacho que não o da circunstância de Beto Richa e sua esposa não serem investigados. Mas o governo, de certa forma, esta enquanto não houver clareamento das afirmações do auditor Luiz Antonio de Souza. O fato de ter sido apontado como marginal pelo governador por estar denunciado por abuso sexual de menores não lhe retira a condição de capaz de fazer acusações, ainda mais sob proteção juramental, embora não seja tão qualificado como os personagens cotidianos da "Lava Jato".

Enquanto o processo não chegar ao fim - isso é apuradas as denúncias e garantido o mais amplo direito de defesa dos acusados e procedido o juízo - não há blindagem possível. Soa como um band-aid.

06 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Joaquim rejeita carreira política: é 'desagradável'

Aposentado precocemente do Supremo Tribunal Federal no auge das expectativas para seu ingresso na política, Joaquim Barbosa não tem vontade de ingressar na política. Ele disse em Israel, onde recebeu homenagem de uma universidade local, que no Brasil a política "se tornou numa coisa desagradável". Tampouco gostaria de estar no STF para julgar o Petrolão: "Nada em vida pública me encanta mais".

Vida privada

A ausência de obrigações funcionais parece um sonho conquistado. Joaquim Barbosa está gostando do que chama de "vida privada".

Dolce far niente

Ao se aposentar, Joaquim prometeu a amigos aquecer a cena pública com um livro de memórias e "atuação" nas redes sociais. Desistiu.

Correndo para o abraço

Além da gorda aposentadoria, Joaquim Barbosa se dedica a palestras, pareceres e a ficar acessível a eventos que afaguem o próprio ego.

07 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

'Fomentadores'

Apontados como "fomentadores do tumulto generalizado" no dia 29 de abril no Centro Cívico, estudantes detidos pela Polícia Militar (PM) e levados para o 1º Distrito Policial foram absolvidos pelo juiz Marcel Luis Hoffmann, do 2º Juizado Especial Criminal de Curitiba. Na sentença, o juiz acatou as manifestações apresentadas pela OAB Paraná e pelo Ministério Público (MP) e determinou liminarmente o arquivamento do processo.

Remodelando

A Justiça Eleitoral ficará responsável pela base de dados do Registro Civil Nacional (RCN), conforme o projeto de lei 1.775 de 2015, apresentado pelo Executivo ao Congresso na semana passada. Este será o principal diferencial em relação ao Registro de Identificação Civil (RIC), criado há 18 anos, mas que nunca saiu do papel. Em resposta ao questionamento da FOLHA sobre a criação de regra já existente, a Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa afirmou que o RCN prevê a revogação da lei anterior, considerando a implantação de um novo modelo, "que envolve a parceria entre a Justiça Eleitoral e o Poder Executivo federal e não mais a necessidade de convênios com os estados e o DF".

Suspensão

Depois que a desembargadora Lídia Maejima, autora dos estudos que resultaram no RIC, criticou a atual proposta do governo federal em entrevista à FOLHA, a Secretaria Nacional informou que a lei está suspensa, sem dizer, no entanto, por que nunca foi colocada em prática. O novo projeto prevê que as informações acumuladas pela Justiça Eleitoral por meio da identificação biométrica de eleitores servirão de ponto de partida para a criação do RCN, que poderá substituir o título de eleitor e reunir dados de diversos outros registros e cadastros.

INFORME

Intempestivo

A desembargadora Lélia Samardã Giacomet, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, negou seguimento ao recurso interposto pelo Ministério Público (MP) contra decisão que havia julgado improcedente ação por improbidade administrativa em que eram requeridos o ex-presidente da Companhia de Habitação (Cohab), João Verçosa, o assessor jurídico da companhia, Rômulo Perin Alvarenga, e o empresário Pedro Kurunczi, dono da Kurunczi Engenharia e Construções. A apelação foi protocolada 51 dias após o final do prazo.

Subcontratação

A ação, proposta em agosto de 2013, pela promotora de Defesa do Patrimônio Público Sandra Koch, foi rejeitada pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, em setembro de 2014. Para ele, tratava-se possivelmente de "improbidade formal", uma vez que não havia indícios de má-fé dos acusados. A acusação era de descumprimento de cláusulas de um contrato assinado em 2011, de cerca de R\$ 4 milhões, para a construção de 117 moradias populares. Uma empreiteira foi subcontratada sem autorização prévia da Cohab e pareceres internos teriam sido adulterados para validar a subcontratação. Tais fatos ocorreram na gestão do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT).

07 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA
POPULAÇÃO CARCERÁRIA

'As prisões são depósitos de gente'

66 Autora de estudo que traça raio-x das penitenciárias brasileiras, socióloga da Ufscar diz que repressão é focada especialmente no jovem negro

Só 12% das pessoas que estão presas cometeram crimes contra a vida.

É uma parcela pequena"

Celso Felizardo

Londrina – Esta semana, a Secretaria-Geral da Presidência da República divulgou o Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil, estudo que traça um raio-X das penitenciárias brasileiras. Os dados mostram que a população carcerária do País, a quarta maior do mundo, registrou aumento de 74% em sete anos. Segundo a autora da pesquisa, a socióloga Jacqueline Sinhorretto, as prisões de jovens e negros foram as grandes responsáveis por impulsionar este crescimento.

Em entrevista à FOLHA, a professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) analisa que o perfil da maioria dos presos é o mesmo dos que morrem vítimas de homicídio, dos que mais são afetados pela violência. Segundo ela, a polícia ostensiva é marcada pela desigualdade, principalmente racial. Jacqueline defende um redesenho das políticas de se-

gurança, com treinamento e capacitação para promover um policiamento que não seja orientado por concepções "racializadas" e o fortalecimento da assistência jurídica.

A socióloga sugere também a aplicação de penas alternativas à prisão. Segundo o estudo, apenas 12% dos presos cometeram crimes contra a vida. Já 70% representam crimes contra o patrimônio e relacionados a drogas. Ela ainda define como desastrosa a proposta de redução da maioria penal que tramita no Congresso Nacional.

Qual sua avaliação deste crescimento expressivo da população carcerária em apenas sete anos?

É um crescimento importante e preocupante. Em todos os estados o número de presos cresceu. Existe um perfil que impulsionou o crescimento: a prisão de pessoas jovens - principalmente entre 18 e 24 anos, depois entre 25 a 29 anos - e de negros. A taxa é muito superior à prisão de brancos.

As iniciativas que foram feitas em segurança pública nos últimos anos surtiram efeito de aumentar o número de presos, mas esse aumento foi focado nessa população, mais jovem e negra, que é também a mais vulnerável à violência. É o mesmo perfil do jovem que morre de homicídio, do jovem que sofre a violência.

Tudo isso indica as condições de vulnerabilidade que esses jovens estão submetidos. As atividades que eles praticam são mais visíveis que as das outras camadas sociais. Eles aparecem mais representados na população prisional. Não necessariamente eles cometem mais crimes, mas eles são mais pegos.

Isso mostra que há preconceito institucionalizado dentro das polícias?

O que a gente tem percebido é que as polícias têm realizado muitas prisões focadas neste público: jovem negro. O policiamento ostensivo está funcionando, embora ele seja marcado por uma desigualdade, principalmente racial. Mas, as políticas de prevenção, as políticas de tratamento penitenciário, penas alternativas, elas não acompanham no mesmo nível, o que gera esse quadro dramático da situação carcerária no Brasil.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Existe uma concepção por parte da população que estes jovens são violentos.

A gente tem uma imagem distorcida de que a cadeia está lotada de monstros. O perfil da população presa em geral não é um perfil de ter cometido crimes mais violentos. Só 12% das pessoas que estão presas cometeram crimes contra a vida. É uma parcela pequena. A maior parte cometeu crimes que são ligados à questão econômica: crimes contra o patrimônio e crimes ligados a drogas. Quando a gente fala em drogas, estamos falando de crimes não violentos. Porque se a pessoa que é traficante cometer um crime violento, ele vai ser classificado como crime contra a pessoa.

Se observarmos essa proporção de presos por drogas, 25% da população carcerária, são pessoas que foram presas por estar praticando a venda de uma substância ilícita e não necessariamente cometendo um crime violento. Pelo contrário, são pessoas que, quando condenadas, vão receber penas de média e baixa gravidade. A maior parte vai cumprir penas de até oito anos.

Qual o perfil predominante dos presos?

Cada vez mais aumenta a proporção das pessoas que estão ligadas a delitos que têm a ver com a circulação da riqueza. Esses delitos de patrimônio e delitos da droga. Então, para que a gente possa superar o problema a gente tem que trabalhar uma alternativa de renda, de desenvolvimento para essas populações jovem e negra que está fora do mercado de trabalho e fora da escola. O investimento, aos invés de

criar melhoria de condições de segurança para essa população mais vulnerável, não está dando conta de lhe garantir os direitos necessários. Está, por outro lado, fazendo dela um alvo específico da vigilância policial e da justiça criminal.

As políticas sociais para mudar essa realidade são falhas?

Este investimento do governo em realizar prisões não foi acompanhado das políticas de prevenção. Elas existem, mas não têm investimento suficiente. As políticas de assistência carcerária visam o trabalho, o estudo, a saúde, a assistência jurídica para as pessoas que estão privadas de liberdade. Mas esbarram em um ponto que é a superlotação. Então, não há recursos disponíveis para o número de pessoas a compartilhar esse recurso.

A superlotação e a questão estrutural das prisões influenciam no baixo índice de ressocialização?

As prisões são muito degradadas, existe muita violência no interior das prisões. A reincidência no crime é alta porque não se consegue fornecer um tratamento adequado para as pessoas que são presas. As cadeias são depósitos. Não basta simplesmente aumentar o número de presos sem que esteja acompanhado por outras políticas sociais, de outras políticas penais. Dentro das cadeias as organizações criminosas estão presentes para recrutar esses jovens para suas fileiras. Então, o estado não consegue agir para dar condições e oportunidades para as pessoas saírem das penitenciárias já inseridas no mercado de trabalho, tendo melhorado a escolarização. É de se esperar que eles vão sair pior do que entraram.

E a questão da redução da maioridade penal?

É um tema dramático. Uma proposta desastrosa para a situação carcerária no país porque não temos mais aonde colocar pessoas presas. Só aumentar o número de vagas em presídios não adianta, porque temos cada vez mais pessoas presas. O modelo de prisão atualmente é a única resposta para o crime. Se baixar a idade da maioridade penal, a gente vai aumentar o número de pessoas no sistema penitenciário. Substituir a política de incentivo para que o jovem largue o crime pelo simples encarceramento em condições precárias não é a solução. Isso só iria contribuir para piorar a condição das cadeias e perder a oportunidade de trabalhar outra opção de vida com eles. Se aprovada, vai ser desastrosa para a vida das pessoas e para o sistema carcerário.

As prisões de mulheres cresceram 146% enquanto o aumento nas prisões de homens foi de 70%.

Isso tem a ver com o aumento do número de pessoas presas por causa das drogas. Houve uma mudança na legislação de drogas a partir de 2006 que extinguiu medida de prisão para o usuário, mas endureceu a lei para o traficante. Só que a lei não estabelece uma quantidade precisa do que é o porte para uso e o tráfico. Pessoas que são presas com uma quantidade muito pequena de droga são autuadas como traficantes. A gente vê claramente que no perfil da prisão de mulheres, isso aumentou muito devido ao enquadramento no crime de drogas. São mulheres que são vinculadas ao tráfico por uma questão de serem chefes de família, com filhos para criar e sustentar. Em outros casos, podem ser usuárias que estão sendo enquadradas na categoria de traficante.

07 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Como avalia os presídios privatizados de Minas Gerais, estado que teve o maior aumento da população carcerária?

É uma pequena parcela dos presos que está em presídios privatizados, mas a criação de um mercado em torno disso que é preocupante, porque é o único estado que tem presídios privados e que teve um crescimento muito fora do normal, muito fora da média nacional (624%). Minas Gerais teve um programa de redução de crimes violentos, o que aumentou a população carcerária. No começo, houve uma redução dos crimes, mas com o passar do tempo, o programa foi perdendo suas características iniciais, com recuo de investimento nas políticas de prevenção. Com isso, eles continuaram aumentando o número de presos, mas o efeito sobre a criminalidade cessou. Então passaram a ter muitos presos e aumento dos crimes violentos.

Já o Paraná dobrou sua população carcerária, mas obtém bons índices como agilidade judiciária e o menor déficit de vagas.

Realmente, o Paraná é o que tem o menor índice de presos provisórios, que aguardam julgamento. A questão de desigualdade e discriminação nas prisões também é menos evidente que em outros estados. No entanto, o Paraná segue a tendência nacional de focar crimes patrimoniais. Apenas 11% cometeu crimes contra a vida, o que a sociedade considera como presos perigosos.

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Roberto Carlos é aceito em processo das biografias

Cantor poderá ser representado em debate sobre obras não autorizadas em julgamento no Supremo Tribunal Federal

Advogado do rei, Kakay diz que músico ainda não decidiu se seu representante falará por ele na quarta (10)

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

O cantor Roberto Carlos poderá participar do processo que discute a legalidade da publicação de biografias não autorizadas no Brasil. O caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal na quarta (10).

Roberto, que já vetou uma biografia sobre ele em 2007 ("Roberto Carlos em Detalhes", de Paulo Cesar de Araújo), defende o direito à intimidade e a necessidade de autorização para a publicação de biografias —hoje, na prática, obras sem consentimento de biografados ou seus familiares podem ser barradas.

O artista havia feito a solicitação para ser incluído como "amicus curiae", ou seja, parte interessada do proces-

so, em maio do ano passado. A ministra Cármen Lúcia acolheu o pleito no último dia 26.

O caso no Supremo tem origem em uma ação proposta pela Associação Nacional dos Editores de Livros da qual a ministra Cármen Lúcia é relatora. Os editores questionam a constitucionalidade de dois artigos do Código Civil que permitem o veto às biografias não autorizadas.

As entidades inscritas como "amicus curiae" podem enviar pareceres ao STF e se pronunciar no dia do julgamento. Roberto é representado pelo advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Segundo o defensor, o cantor não decidiu se Kakay se pronunciará no dia do julgamento.

Se Kakay não falar, Roberto será representado só nos textos com seu posicionamento enviados ao Supremo.

Outras partes interessadas no processo são a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conselho Fede-

ral da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ONG Artigo 19 (favoráveis à ação dos editores) e a Associação Eduardo Banks (contrária à ação), além do Instituto dos Advogados de São Paulo, que reconhece argumentos de ambos os lados.

A Advocacia-Geral da União (AGU), que representa a Presidência da República, e o Congresso Nacional se pronunciaram a favor dos artigos que permitem censura prévia.

'PROMOVER A PAZ'

Para participar do julgamento, Roberto criou em 2013, logo após deixar o Procure Sabber (grupo de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque e outros), uma entidade chamada Instituto Amigo.

O texto de fundação da instituição diz que ela serve para "manter a memória do trabalho do artista Roberto Carlos Braga" e "promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia", entre outras atribuições.

CONTINUA

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Diz a legislação brasileira: uma biografia pode ser proibida se o biografado ou seus herdeiros não autorizarem sua publicação.

O QUE QUEREM OS EDITORES

A Associação Nacional de Editores de Livros define a norma como censura e tenta derrubá-la desde 2012, com uma ação no Supremo Tribunal Federal que questiona o Código Civil. Ela será julgada na quarta (10).

NO CONGRESSO

Em 2014, a Câmara aprovou um projeto de lei que libera as biografias não autorizadas. O texto está agora no Senado. Se aprovado, a presidente pode sancioná-lo ou não.

O que diz o Código Civil:

➤ A divulgação de escritos e o uso da imagem de uma pessoa podem ser vetados caso sirvam a fins comerciais ou atinjam a honra dela. A vida privada é inviolável.

O que diz a Constituição Federal:

➤ A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem **das pessoas são invioláveis**.
Assegura-se o direito a indenização pelo dano material ou moral.

X

➤ A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de **comunicação é livre**, independentemente de censura ou de licença.

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Quatro em cada dez presos do país ainda não foram julgados

Estudo aponta crescimento de 113% de detentos provisórios

DE BRASÍLIA

Ao mesmo tempo em que prende mais, o Brasil também tem mantido detidas mais pessoas sem acesso à Justiça.

Hoje, quatro em cada dez presos no país são provisórios, ou seja, ainda não foram julgados. Em sete anos, esse

contingente cresceu 113%.

No mesmo período (2005-2012), a população prisional cresceu 74%. Os dados são do "Mapa do Encarceramento", pesquisa divulgada nesta quarta (3) pelo governo federal, em parceria com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

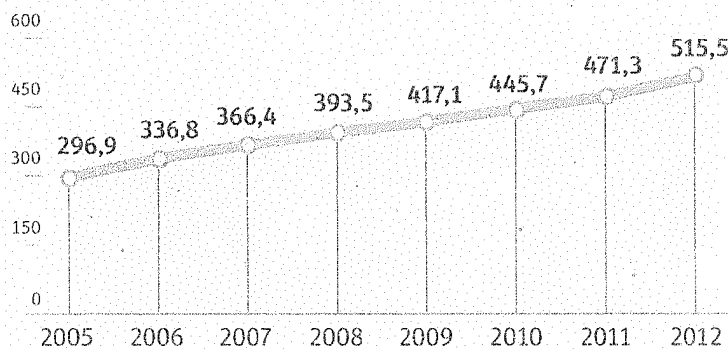
A pesquisa mostra que 38% dos presos estão sob custódia do Estado enquanto aguardam julgamento.

Entre os condenados no país, 18,7% fazem parte do grupo para os quais o Código Penal prevê penas alternativas, ou seja, não precisariam estar presos. (NATÁLIA CÂNCIAN)

POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA

A cada 10 presos no país, 4 aguardam julgamento

Número de presos, em milhares



Fonte: Mapa do Encarceramento, com dados do Infopen (Sistema de Informações Penitenciárias)

61,3

Condenados

Situação processual dos presos Em 2012, em %

38

Não julgados

0,7

Medida de segurança

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

STJ autoriza quebra de sigilo telefônico de Cabral e Pezão

Objetivo da medida é apurar se ex-governador do Rio e sucessor tiveram contato com participantes de esquema

Ex-diretor da Petrobras diz que obteve R\$ 30 mi de fornecedores da estatal para campanha ao governo do Estado

DE BRASÍLIA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou a quebra do sigilo telefônico do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), do seu antecessor, Sérgio Cabral (PMDB), e do ex-secretário estadual da Casa Civil Regis Fichtner.

Citados em depoimentos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, um dos principais delatores da Operação Lava Jato, os três são investigados sob suspeita de terem sido beneficiados pelo esquema de corrupção descoberto na Petrobras.

A decisão foi assinada pelo ministro Luís Felipe Salomão, relator dos inquéritos relacionados à Operação Lava Jato que tramitam no STJ.

A medida, solicitada pela Polícia Federal, tem como objetivo acessar registros telefônicos anteriores à campanha de Cabral ao governo

do Rio de 2010 e verificar se houve contato com outros participantes do esquema.

Em depoimento, Paulo Roberto Costa afirmou ter articulado uma doação de R\$ 30 milhões para a campanha de Cabral em 2010, quando Pezão concorreu como seu vice. Os recursos, segundo Costa, teriam sido repassados clandestinamente por fornecedores da Petrobras, e não por meio de doações oficiais.

▶ OUTRO LADO ◀

Para investigados, delator mente sobre encontro

DE BRASÍLIA

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, disse que a acusação de Paulo Roberto Costa é "falsa". O ex-governador Sérgio Cabral manifestou "repúdio" contra as "mentiras ditas pelo delator". O ex-secretário Regis Fichtner disse que a investigação vai provar que ele nunca falou por telefone com Costa.

Segundo Paulo Roberto Costa, que confessou seus crimes e passou a colaborar com as investigações do caso para obter uma pena menor, o valor foi acertado em uma reunião com as presenças de Cabral, Pezão e Fichtner.

Em março, o atual governador do Rio enviou sua defesa ao STJ. Ele negou que o encontro mencionado por Costa tenha ocorrido e disse que a acusação não tem sentido.

Pezão argumentou que, em 2010, ele e Cabral travaram um embate público com o governo e a Petrobras por causa da ameaça de mudança na divisão dos royalties do petróleo, que prejudicaria a arrecadação do Estado do Rio.

Paulo Roberto Costa também acusou o governador do Acre, Tião Viana (PT), de ter recebido R\$ 300 mil, pagos pelo doleiro Alberto Youssef, durante sua campanha ao Senado, em 2010. Viana, que também é investigado no STJ, nega a acusação, e afirma que todas as doações recebidas foram declaradas em sua prestação de contas à Justiça Eleitoral. (GABRIEL MASCARENHAS)

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Bancária diz a Procuradoria que foi forçada a trabalhar após aborto

Ação no Tocantins pede que Itaú pague multa de R\$ 20 milhões

ESTÊVÃO BERTONI
DE SÃO PAULO

Uma ex-funcionária do Itaú em Palmas (TO) relatou ao Ministério Público do Trabalho ter sido impedida de sair da agência em que trabalhava depois de sofrer um aborto espontâneo.

A mulher, que não teve seu nome divulgado, disse em depoimento à procuradora Mayla Alberti que guardou o feto em uma sacola plástica e continuou trabalhando, ensanguentada, por três horas, com receio de perder o emprego.

A empresa afirmou, em nota, que o relato é “estranho” e que apura a denúncia (leia texto ao lado).

O episódio teria ocorrido em 2010, quando a funcionária tinha 30 anos, e só foi denunciado ao órgão trabalhista em 2013, após ela ter sido demitida por justa causa. O

banco não informou a causa. Ela fez uma reclamação trabalhista contra o banco, mas não relatou o aborto à época.

Segundo a procuradora, o caso foi descoberto por acaso. “O sindicato dos bancários nos procurou para relatar problemas trabalhistas. Fui ouvindo os trabalhadores e cheguei ao depoimento dela. É um caso que todo mundo conhecia no meio bancário, mas provavelmente ela nunca iria falar sobre isso.”

Para a procuradora, é comum que empregados se calam sobre o assédio moral. O Ministério Público do Trabalho move uma ação civil pública contra o banco por assédio moral organizacional e pede que o Itaú pague multa de R\$ 20 milhões por danos morais coletivos.

A funcionária não entrou com pedido de indenização por causa do episódio.

> OUTRO LADO <

Itaú afirma que, se apurar falhas, serão punidas

DE SÃO PAULO

O Itaú afirmou, em nota, que o caso é “inadmissível na nossa ética e cultura de respeito e valorização dos profissionais”. Segundo o banco, as investigações do MPT foram sob sigilo e que só teve acesso aos documentos nesta quarta (3).

“Desta forma, iniciamos a apuração para aplicação das devidas penalidades funcionais, cíveis e trabalhistas.”

Sobre a ação civil, o banco se diz “disposto a dialogar” sobre “oportunidades de melhoria naquela localidade”.

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena dois por caso da boate Kiss

Julgamento militar avaliou participação de oito bombeiros na tragédia que deixou 242 mortos; seis foram absolvidos

Promotoria havia pedido absolvição dos réus, o que causou indignação entre parentes das vítimas

A Justiça Militar do Rio Grande do Sul condenou dois bombeiros e absolveu outros seis de responsabilidade na tragédia da boate Kiss.

O incêndio na casa de shows de Santa Maria (RS), em 2013, deixou 242 mortos.

Os réus respondiam por prevaricação, inobservância da lei e inserção de declaração falsa em documento público (falsidade ideológica).

O ex-comandante da regional de Santa Maria Moisés Fuchs e o capitão Alex da Rocha Camillo foram condenados a um ano de prisão cada um por falsidade ideológica.

Fuchs era ainda acusado de prevaricação por não ter punido um bombeiro depois de comprovar que este havia gerenciado uma empresa responsável por obras na boate. Ele foi considerado culpado, com pena de seis meses.

Ele também respondia por ter autorizado a expedição de alvará que garantia incorretamente a aplicação de normas de prevenção de incêndio.

Camillo foi o responsável pela assinatura do segundo alvará de funcionamento. Os dois irão recorrer da decisão.

Ambos os condenados e o tenente-coronel da reserva Daniel da Silva Adriano, que foi absolvido do crime de falsidade ideológica, foram julgados na terça (2).

Nesta quarta (3), foi a vez de Gilson Martins Dias, Vagner Guimarães Coelho e Marcos Vinícius Lopes Bastide (soldados), Renan Severo Berleze (sargento) e Sérgio Roberto de Andradas (primeiro tenente da reserva).

Eles eram acusados de ter descumprido determinações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e de um decreto estadual. Todos foram absolvidos.

EMOÇÃO NA SALA

O clima esteve tenso nesta quarta no julgamento e alguns dos familiares das vítimas choraram.

O promotor Joel Dutra, do Ministério Público, pediu a absolvição dos cinco bombeiros, alegando que eles foram "induzidos ao erro" ao realizarem as vistorias na boate, já que as normas não são suficientemente claras.

Indignados, muitos dos parentes dos mortos na tragédia deixaram a sala.

Outros quatro acusados pelo crime, que estão em liberdade, ainda serão julgados na Justiça comum: os sócios da casa noturna Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, o vocalista da banda Gurizada Fandangueira Marcelo de Jesus e o produtor do grupo, Luciano Bonilha Leão.

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça absolve sírios e iraquianos com passaporte falso

DE SÃO PAULO- A Justiça Federal em Guarulhos (Grande SP) absolveu nesta quarta-feira (3) os sírios e iraquianos flagrados em janeiro com passaportes falsos que seriam usados para viajar à Europa.

As pessoas vieram de zonas sitiadas pelo Estado Islâmico nos dois países. Ao conseguir chegar à Turquia, compravam os documentos e as passagens para chegar ao Brasil com traficantes de pessoas.

Para os magistrados, ficou evidente que os estrangeiros que usaram passaportes falsos “visavam apenas fugir da zona de conflito, buscando a própria sobrevivência”. Por isso, trata-se de questão humanitária, em vez de criminal.

O esquema foi descoberto em fevereiro pela Polícia Federal. A maioria dos passaportes usados pelos sírios e pelos iraquianos é israelense.

04 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Tucano se diz vítima de 'trama planejada' por petistas do PR

Richa afirma que seu rivais não aceitam derrota e querem terceiro turno da eleição

DE SÃO PAULO
DE CURITIBA

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), acusa o PT de armar "uma trama meticulosamente planejada" para desgastar o PSDB e "desviar o foco dos escândalos nacionais". Ele deu entrevista à TV Folha nesta quarta (3).

Folha - O sr. é de uma ala moderada no PSDB e agora faz críticas contundentes ao governo federal. Sentiu necessidade de fazer o enfrentamento?

Por minha indignação com os ataques que tenho sofrido. Existe uma trama planejada meticulosamente para me atingir, para desviar o foco dos escândalos nacionais. Não posso aceitar as acusações de que venho sendo vítima. Inclusive a greve dos professores, que é política.

O sr. diz que a greve dos professores é articulada pelo PT. A sigla é forte assim no Paraná?

O PT não, o resultado das eleições atesta isso. Mas o sindicato é. O presidente é filiado ao PT e a ex-presidente foi candidata pelo partido. Não tenho a menor dúvida de que tem uma articulação planejada meticulosamente pelo PT e outros adversários. São maus perdedores. Não aceitaram o resultado das urnas e querem fazer um terceiro turno.

Esse é o discurso que a presidente Dilma tem usado.

Só que eu tenho números que podem avaliar minhas

palavras. Em quatro anos garanti aumento a todos os servidores.

O sr. tem convicção de que é um movimento organizado?

Não te causa estranheza que nas cinco administrações do PSDB os servidores estejam em greve? Acho no mínimo curioso. Só que o salário dos professores do Paraná é um dos maiores do Brasil. Por que em outros Estados não há greve, não há confronto?

Reverendo as imagens daquele protesto, que deixou 200 feridos, o sr. mudaria algo?

Redobraría o cuidado. Nunca fui de truculência, ao contrário. O que houve ali não posso aceitar. Lamentamos, mas é importante lembrar que havia grupos radicais entre os professores. Temos imagens da hora em que se iniciou o confronto, de manifestantes com as grades de contenção no peito de policiais. Há uma investigação e tenham certeza: qualquer comprovação de abuso de policiais haverá punição, mas é importante que se investigue os dois lados.

O sr. faz um ajuste fiscal, mas o PSDB votou contra vários pontos do ajuste de Dilma.

Faltou o governo cortar na carne, dar o exemplo. Não foi o que fizemos no Paraná, onde tivemos ajuste com mínimo prejuízo ao setor produtivo e que vai colocar, muito em breve, o Estado em ordem.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça de SP proíbe revista íntima em penitenciária

05 JUN 2015

Decisão vale para prisão de Itirapina

A Justiça de Rio Claro (SP) decidiu que as penitenciárias 1 e 2 de Itirapina (a 212 de São Paulo) estão proibidas de realizar a revista íntima em visitantes de detentos do local.

O juiz Felipe Rosa Pereira entendeu que a penitenciária não pode adotar esse tipo de revista, que está proibido por lei estadual de agosto do ano passado.

A lei tinha um prazo de 180 dias para ser regulamentada e passar a valer. Nesse período o governo do Estado de São Paulo instalaria scanners corporais para substituir a revista íntima que é considerada vexatória, já que os visitantes (a maioria mulheres) têm que despir-se, agachar-se e dar saltos para provarem que não carregam nenhum item escondido no próprio corpo.

Os scanners, no entanto, não foram instalados e a Justiça entendeu que isso não poderia justificar a continuidade das revistas íntimas.

As revistas continuarão a ser feitas, mas sem a necessidade que o visitante se dispa.

Para o defensor público Vinicius Leite, a revista íntima significa a extensão da pena do detento à sua família.

A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária disse à **Folha** que acatará a ordem judicial. Segundo a pasta, a instalação de scanners nos presídios ainda está no começo. Os primeiros itens deverão ainda ser instalados no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros.

06 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

SP faz proposta para quitar precatórios

Alckmin e Haddad ingressarão com PEC para utilizar dinheiro de disputas judiciais que pode chegar a R\$ 16 bi

O governo fluminense utilizou o montante para pagar precatórios, mas foi alvo de ação da Procuradoria

GUSTAVO URIBE
PAULO MUZZOLON
DE SÃO PAULO

O governo e a prefeitura de São Paulo apresentarão na próxima semana ao Congresso Nacional uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que poderá ajudá-los a obter os recursos necessários para quitar parte significativa de suas dívidas.

Em março, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou que as gestões estaduais e municipais quitem até 2020 seus débitos com precatórios, dívidas decorrentes de decisões judiciais contrárias ao setor público.

A solução proposta por eles é incluir na Constituição Federal permissão para a utilização de novas fontes. A principal delas é a autorização do uso de 30% dos depósitos judiciais não tributários.

Os recursos referem-se a quantias de disputas judiciais das quais o setor público não participa, depositadas em juízo, que ficam sob responsabilidade do Poder Judiciário até a sentença final.

Em São Paulo, onde o governo deve R\$ 17 bilhões em

precatórios e a prefeitura outros R\$ 15 bilhões, a estimativa é de que a mudança permita obter até R\$ 16 bilhões. A emenda constitucional sugere que o dinheiro seja dividido meio a meio entre a prefeitura e o Estado.

Os defensores da proposta argumentam que esses recursos são ativos financeiros já utilizados pelos bancos onde estão depositados. E que é possível repor 30% dos débitos judiciais, havendo poucas chances de calote.

Atualmente, o governo e a Prefeitura de São Paulo já utilizam para pagamento de precatórios o equivalente a 70% dos depósitos judiciais e administrativos tributários efetuados em seu favor.

Eles são associados, por exemplo, a processos dos quais as instâncias de governo participam, como disputas com funcionários públicos e empresas acusadas de sonegar impostos.

A proposta de emenda constitucional, que foi negociada com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), amplia para 75% a fatia desses recursos.

Em 2013, uma lei estadual permitiu ao governo do Rio de Janeiro utilizar parcela dos depósitos judiciais que não envolvem o poder público para quitar os precatórios.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, propôs, no entanto, ação direta de inconstitucionalidade contra a medida. Para ele, a iniciativa é incompatível com a Constituição Federal.

No julgamento que estipulou prazo para a quitação dos precatórios, o ministro do STF Luís Roberto Barroso citou, contudo, o exemplo do Rio como alternativa.

A iniciativa de São Paulo deve sugerir ainda a autorização para que o poder público tome empréstimos para o pagamento dos precatórios.

06 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Passos lentos

Depois de anos, chamado mensalão tucano conhece pequeno avanço processual; atraso registrado até hoje já ultrapassa o tolerável

Completa-se praticamente uma década desde que o chamado escândalo do mensalão tucano começou a ser investigado.

O esquema de desvio de recursos que, conforme o Ministério Público, alimentou a campanha pela reeleição de Eduardo Azeredo (PSDB), então governador de Minas Gerais, só foi descoberto em 2005, em meio às revelações do mensalão petista —do qual teria sido espécie de ensaio geral.

Dois anos depois, em 2007, o procurador-geral da República apresentou oficialmente a sua denúncia sobre o caso, que remonta a 1998. Foi nessa data que o engenho de Marcos Valério, mais tarde posto à disposição dos interesses de Lula, José Dirceu e outros petistas, teria propiciado recursos ilícitos à candidatura tucana.

Entre o fato e a denúncia passaram-se nove anos; daí até hoje, mais oito. Nesse intervalo, dois personagens do mensalão mineiro —o ex-ministro Walfrido dos Mares Guia e Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha do PSDB— se beneficiaram das delongas judiciais.

Tendo completado 70 anos, ambos têm a seu favor a circunstância de que diminui pela metade o prazo legal para a prescrição dos crimes a eles imputados.

Dentre os suspeitos mais importantes, restam o próprio Eduar-

do Azeredo e seu vice na época, o atual presidente da Confederação Nacional do Transporte, ex-senador pelo PMDB-MG e ex-sócio de Marcos Valério, Clésio Andrade.

Azeredo festejará seus 70 anos só em setembro de 2018, mas ainda assim são boas as chances de que a prescrição de pelo menos um delito (lavagem de dinheiro) o beneficie antes dessa data. Na hipótese de condenação pela pena mínima, o tempo legalmente previsto desde já se completa em seu favor.

Quanto a Clésio Andrade —que, assim como Azeredo, renunciou a seu mandato de modo a remeter o processo para a primeira instância, escapando de julgamento no Supremo Tribunal Federal—, há a registrar que, finalmente, foi convocado para depor na Justiça mineira.

Marcado para daqui a um mês, e quase um ano depois de sua renúncia ao Senado, o encontro de Clésio Andrade com a magistratura terá passado por muitas proteções. Ao sair do STF, o caso foi encaminhado para a 11ª Vara Criminal de Belo Horizonte; houve recurso contra essa solução, uma vez que o processo, inicialmente, tramitava em outra vara, a nona.

Aceitos os argumentos da defesa, foi preciso esperar mais um bocado, já que a nona vara estava sem juiz titular. Por fim nomeada, Melissa Lage recebeu os autos no último dia 28 e iniciou a análise de seus 52 volumes.

Só resta esperar que não se interponham novos obstáculos no caminho desse processo —mesmo sem atrasos adicionais, já terá atrasado muito mais do que o tolerável.

07 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Rachando... O coquetel de posse de Edson Fachin no Supremo, dia 16, será bancado pelos convidados, e não por entidades como AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).



... a conta Cada convite para a festa custará R\$ 100. O novo ministro espera até 800 pessoas no bufê Villa Rizza, em Brasília. Ele pediu ao cerimonial um evento "sóbrio".

Mais um Passou batido na sabatina o fato de Fachin ter advogado em ação referente a perdas com os planos econômicos, o que levanta a dúvida se poderá julgar ação sobre o tema que aguarda para voltar à pauta do Supremo.

Quase W.O. Luiz Fux, Luis Roberto Barroso e Cármen Lúcia já se declararam impedidos de participar do julgamento, um dos mais importantes do STF. Esse tipo de ação exige no mínimo oito ministros para ser apreciado.

Histórico Fachin representou Cristiane Toledo Martins Zorzi no STF e no STJ contra o antigo Banestado, adquirido pelo Itaú, para pedir correção de perdas com pacotes. Os recursos foram rejeitados pelo Supremo.

Em aberto A assessoria do ministro informou que ele só vai decidir sobre o eventual impedimento no julgamento após tomar posse.

O QUE ELE DISSE

JOAQUIM BARBOSA

Política no Brasil se tornou uma coisa
DESAGRADÁVEL

ministro aposentado do STF, enquanto recebia título de doutor honoris causa da Universidade Hebraica de Jerusalém

07 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Fotógrafo de Richa virou delator no PR

Acusado de exploração sexual de menores, Marcelo Caramori
deu informação sobre esquema na Receita estadual

Ex-assessor da Casa Civil chegou a fazer tatuagem com nome do tucano, que diz não se lembrar bem dele

LUCAS REIS

ENVIADO ESPECIAL A LONDRINA

Ex-assessor do governo do Paraná, o fotógrafo Marcelo Caramori, 51, tatuou no antebraço direito a devoção ao governador: "100% Beto Richa". Decepcionado com o tucano, que o renegou publicamente, mudou a tatuagem para "100% família".

Preso em Londrina, acusado de integrar rede de exploração sexual infantil, Caramori tornou-se uma das principais testemunhas de dois casos de corrupção investigados pelo Gaeco, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado.

Tchello, como é conhecido na cidade, já prestou sete depoimentos aos promotores. Fez um acordo de delação premiada e, em troca da liberdade, contou o que sabe.

Foi ele quem citou a "enorme influência" de Luiz Abi Antoun, o primo distante do governador Beto Richa (PSDB), no esquema que, segundo o Ministério Público, desviou milhões de reais na Receita estadual. Disse ainda que era Abi o responsável por arrecadar dinheiro para campanhas eleitorais do tucano.

Os depoimentos reforçaram as investigações da operação Publicano: auditores

fiscais são acusados de cobrar propinas de empresários em troca de reduzir ou até anular dívidas tributárias. Também ajudou na apuração que aponta Abi como pivô de organização criminosa que fraudou licitação para a manutenção de carros oficiais.

O Gaeco também investiga a participação de auditores na rede de exploração sexual.

Caramori é um tipo de "faz-tudo". Piloto, fotógrafo e dono de estúdio, apresentou programa na TV e ganhou fama por fotografar mulheres.

Acabou conhecendo muita gente. Mas nem o Ministério Público nem seu advogado sabem como ele passou a circular pela Receita estadual em Londrina e por que, em 2011, Richa e o então secretário da Casa Civil decidiram nomeá-lo e comissioná-lo assistente da Casa Civil.

CHURRASCOS

Desde então, foi nomeado na Polícia Civil, na Secretaria de Governo, na Governadoria, e promovido a assessor especial da Casa Civil, com salário superior a R\$ 6 mil.

Organizava churrascos para auditores fiscais, dirigia o carro de Márcio de Albuquerque Lima, tido pelo Ministério Público como um dos cabeças do esquema da Receita, e recebia Richa nas visitas a Londrina e norte do Paraná.

Caramori foi exonerado em janeiro deste ano, após a prisão por exploração de menores. Ele admite os crimes, diz

ter se relacionado com menores de idade, mas nega que aliciasse as garotas em festas.

O auditor Luiz Antônio de Souza e o empresário José Luiz Favoretto também estão presos pelo mesmo crime. O auditor também assinou acordo de delação premiada e ajudou na investigação da Operação Publicano.

Preso, Caramori causou furor ao exibir a tatuagem. Richa negou proximidade.

"O governador, de forma estranha e incoerente, disse que nem conhecia o Tchello. O cara vivia abraçado com o Tchello, tem foto, eram bem ligados, e depois fala que não o conhece direito, não lembra, e que era abusador de criança", diz Leonardo Vianna, advogado de Caramori, que o proibiu de dar entrevistas.

Em nota, a Casa Civil disse que Richa tem com Tchello a mesma relação com os demais fotógrafos escalados para coberturas do governo e que o encontrava, eventualmente, na região de Londrina. A nomeação em 2011 ocorreu, segundo a pasta, após pedido do então secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, delegado da Polícia Federal.

Procurado, César não se manifestou.

07 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

A justiça é filha do tempo

JUVENAL JUVÊNCIO E JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSUR

“A justiça é filha do tempo. O tempo é o senhor da razão. O tempo dirá. E nós também.”

Assim encerrava sua manifestação oficial o então presidente do São Paulo Futebol Clube, coautor deste artigo, em junho de 2010, em reação à decisão da CBF de excluir o estádio do Morumbi —indicado pelo governo do Estado e pela prefeitura— como sede paulista da Copa do Mundo de 2014.

E o tempo cumpriu magistralmente o seu papel. Vimos a vontade e os interesses do então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, apoiado por seus comparsas da Fifa, serem impostos sobre a determinação dos governantes eleitos por nós, cidadãos brasileiros.

Alardeavam-se os supostos benefícios da realização da Copa no Brasil e do jogo de abertura em São Paulo. (Quais foram esses benefícios mesmo?) Justificava-se fazer as vontades de Ricardos Teixeiras e Jérômes Valckes e acatar, bovinamente, suas ordens e determinações, por mais insólitas e divorciadas do interesse público que fossem.

E lá seguiu o tempo em sua inevitável marcha.

Já durante a Copa das Confederações, em 2013, veio o primeiro susto. O povo, extasiado pela alegria da competição, revoltou-se, foi às ruas, exigiu respeito, moralidade,

A Fifa, com seus dogmas e preceitos irresponsáveis, caiu como um castelo de cartas.

O gáudio dos pretensos vencedores durou pouco

mostrou-se disposto a estragar a festa. Foram dias de um êxtase cívico emocionante. Infelizmente, esse momento foi curto.

Passado o medo inicial, dirigentes daqui e do exterior seguiram levando adiante seu plano indecoroso, sob a complacência de nossos governantes e de nossa sociedade, que fechou os olhos para os malfeitos e esqueceu-se dos custos e danos que emergiriam quando o evento terminasse e a Fifa nada mais tivesse a sugar das nossas riquezas.

O tempo, porém, foi implacável. E, com ele, veio a justiça.

Nas últimas semanas, autoridades do Brasil e do exterior tomaram as medidas necessárias para aplicar a sanha daqueles que se entendiam inatingíveis.

Ricardo Teixeira foi indiciado pela Polícia Federal sob suspeita de ter cometido crimes relacionados à organização da Copa. Custa crer que transitou por sua conta bancária mais de R\$ 400 milhões quando foi chefe do Comitê Organizador.

Já a Fifa, com seus dogmas e pre-

ceitos irresponsáveis, caiu como um castelo de cartas. Primeiro, alguns dos seus mais graduados dirigentes foram detidos. Depois, na renúncia do seu presidente, Joseph Blatter, que, ao deixar o cargo, deveria servir de exemplo ao arrogante Jérôme Valcke, investigado pela Justiça dos EUA pelo pagamento de propinas. (Não foi esse mesmo Valcke que recebeu tratamento de chefe de Estado em nossas terras?)

Fica, por fim, a nossa mensagem aos são-paulinos, especialmente àqueles que se incomodaram com a exclusão do estádio do Morumbi da Copa do Mundo de 2014.

Podemos saborear o gosto doce que o momento nos proporciona, acrescido da satisfação que vem com a certeza de que o São Paulo Futebol Clube, como sempre, honrou sua tradição de seriedade e respeito aos valores éticos e morais.

O São Paulo não se fez desmerecer pelos seus detratores porque é infinitamente maior do que todos eles. Mesmo que tenha passado a impressão de ter sido derrotado, o gáudio dos pretensos vencedores durou pouco. Isso porque o tempo é o senhor da razão, a justiça é filha do tempo, e o tempo disse a que veio.

JUVENAL JUVÊNCIO é conselheiro vitalício do São Paulo FC, clube que presidiu entre 1988 e 1990 e de 2006 a 2014

JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSUR é conselheiro do São Paulo FC

07 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Dez anos depois

BRASÍLIA. A denúncia do mensalão fez dez anos. A corrupção ainda domina o noticiário político. As campanhas continuam a ser abastecidas com dinheiro das estatais. Gente de quem o leitor não compraria um velocípede usado permanece à frente de altos cargos da República. É inevitável pensar que o Brasil mudou menos do que deveria.

Em 2005, quando o pagamento de mesada a parlamentares vinha à tona, um escândalo muito maior era gestado na Petrobras. Outros casos brotam diariamente nos Estados, prefeituras, câmaras e assembleias. Isso acontece porque a impunidade continua a ser regra, não exceção.

Houve algum avanço. O Supremo Tribunal Federal mandou políticos poderosos para a cadeia no julgamento do mensalão. Agora terá a chance de fazer o mesmo no petrolão. Também há ameaças de retrocesso. Acusados da Lava Jato tentam intimidar o Ministério Público para frear as investigações. Se funcionar, teremos andado para trás.

Outro sinal preocupante é a repetição de personagens nos dois esquemas, como os ex-deputados José Janene, já falecido, e Pedro Henry, que voltou a ser preso. O ex-ministro José Dirceu também reapareceu no escândalo petroleiro. Ao mesmo tempo em que era julgado pelo mensalão, recebia como consultor de empreiteiras sob suspeita.

O que deu errado? O ex-deputado Roberto Jefferson sugere que nada será resolvido sem uma mudança no sistema. Uma década após a entrevista a Renata Lo Prete, ele deixa claro que a corrupção continua na engrenagem da máquina eleitoral.

“Quem financia campanha no Brasil são as empresas que têm grandes contratos com BNDES, Banco do Brasil, Petrobras”, disse à **Folha**, neste sábado (6). “Os empreiteiros são braços das estatais. É aí que está o caixa de toda eleição.”

Enquanto isso não for enfrentado, ficaremos com a sensação incômoda de que as coisas só mudam para permanecer como estão.

07 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Brasil revê maioria penal sem ter mapa da criminalidade juvenil

Câmara discute mudar lei apesar da falta de dados para dimensionar violência de menores no país

Levantamento da Folha mostra que atuação de jovens em assassinatos pode variar de 3% a 31% nos Estados

ÉRICA FRAGA
REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

O Brasil discute a redução da maioria penal, mas não possui estatísticas que dimensionem a participação de jovens nos crimes no país.

Neste mês, a Câmara dos Deputados deverá votar uma Proposta de Emenda à Constituição que visa reduzir a idade penal de 18 para 16 anos.

Devido à falta de dados nacionais, ao longo de dois meses, a **Folha** solicitou números de envolvimento de menores em delitos às 27 unidades da Federação. Nove forneceram estatísticas, com base em metodologias variadas.

Embora mostre um retrato parcial, o levantamento traz indicações. Revela que, nos nove Estados, a participação de menores em homicídios com autoria conhecida não é insignificante, como autoridades têm dito. Em sete Estados, é igual ou superior a 10%.

Na quarta-feira (3), a Presidência da República publicou nota informando que, segundo o Ministério da Justiça, os menores são responsáveis por apenas 0,5% dos homicídios no país. O dado já tinha sido divulgado antes.

Procurado, o ministério negou a autoria da conta e a atribuiu ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A entidade, porém, afirmou nunca ter feito tal cálculo justamente por falta de dados oficiais.

Estimativa de que menores responderiam por 1% das mortes também já foi atribuída ao Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que nega ser fonte do dado.

CASOS EXTREMOS

O Distrito Federal informou uma participação de menores em homicídios de 30%. A fatia é parcialmente explicada pela disseminação de brigas de gangues na capital.

Já no Ceará, os menores estiveram envolvidos em 30,9% dos crimes violentos letais intencionais em 2014. Esse número pode ser puxado para cima por incluir latrocínios.

As estatísticas obtidas mostram que adolescentes se envolvem mais em latrocínios do que em homicídios.

No Maranhão, jovens responderam por só 3,1% dos homicídios da capital, mas por 15,2% dos latrocínios, em 2014. Mato Grosso é outro caso de baixo envolvimento em assassinatos: 3,9%. Ainda assim, os percentuais superam os supostos 0,5% e 1%.

Se a participação de menores em crimes não é insignificante, tampouco é o índice de jovens alvo de violência.

Adolescentes de 16 e 17 representaram 6,6% das vítimas de homicídio no país em 2013, embora sejam apenas 3,6% da população. Os dados farão parte do novo Mapa da Violência. Homicídios são a principal causa de morte nessa faixa etária: 46% do total.

66 Os debates acabam sendo norteados por convicções ideológicas ou até religiosas

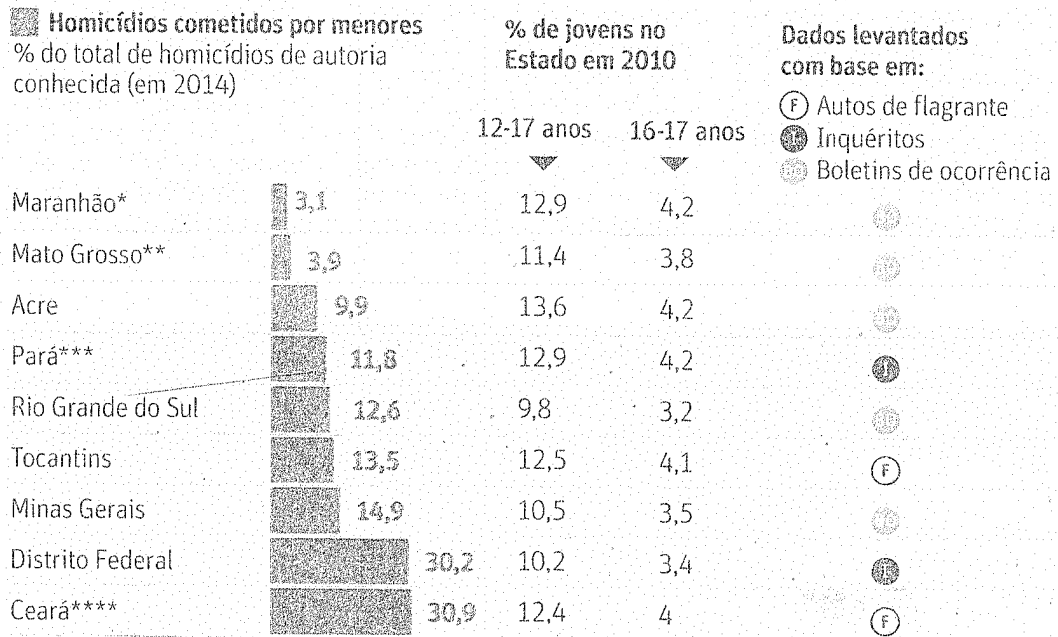
RODRIGO SOARES
economista da FGV

CONTINUA

CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO

ADOLESCENTES NO CRIME

Participação de menores de idade em homicídios por Estado varia de 3% a 31%



O CAMINHO DA PROPOSTA

Projeto está sendo discutido por comissão na Câmara

CÂMARA

Após parecer favorável da CCJ, a Câmara criou um grupo que está discutindo a PEC. Relatório deve ser apresentado neste mês

60% DOS VOTOS

Esse texto precisa passar por duas votações no plenário da Câmara, com pelo menos 60% dos 513 deputados a favor para ser aprovado

SENADO

Caso aprovada na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde também será analisada pela CCJ e depois votada no plenário (duas sessões)

MUDOU, VOLTOU

Se o texto sofrer alteração no Senado, terá de passar por nova votação na Câmara. Se não, pode ser promulgado pelas duas Casas

ARGUMENTOS SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI

Contra

O artigo 228 da Constituição que define a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea, isto é, não pode ser mudado, pois é um direito fundamental



POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DA CONSTITUIÇÃO

A favor

A definição da maioria penal é tema de política criminal que não deveria estar na Constituição. As cláusulas pétreas servem apenas para garantir a ditadura

Jovens com idades entre 16 e 18 anos ainda não têm formação cerebral completa e maturidade suficiente para distinguir claramente o que devem ou não fazer



18 ANOS COMO MARCO DA MAIORIDADE PENAL

É desigual permitir que um jovem vote a partir dos 16 anos, mas impedir que seja punido como um adulto. Geração de hoje amadurece mais rápido que as anteriores

Adolescentes seriam alvo de facções criminosas ao serem presos com adultos. Prisões já estão lotadas e iriam ficar ainda mais com a prisão de jovens



SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Após a mudança na Constituição, poderiam ser construídos presídios para os jovens com idades entre 16 e 18 anos que foram condenados por crimes

CONTINUA

*Dados de São Luís **Casos de tentativa de homicídio ***Inclui homicídios tentados e consumados em 2013 **** Considera-se a soma de homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte Fontes: Secretarias de Segurança Pública dos Estados; IBGE (Censo 2010)

07 JUN 2015

CONTINUAÇÃO

Governos de SP e Rio não fornecem números oficiais

São Paulo e Rio de Janeiro não forneceram os dados de participação de menores em crimes pedidos pela *Folha* ao longo de quase dois meses. As secretarias de Segurança dos dois maiores Estados do país informaram que ainda estão levantando os números.

Um estudo divulgado em 2004 pelo governo de SP mostrava que menores foram responsáveis, em 2003, por 3,3% dos homicídios de autoria conhecida (1% em relação ao total de casos registrados). O levantamento foi feito a partir de boletins de ocorrência.

Essa foi a metodologia usada por 5 dos 9 Estados que forneceram dados de participação de menores em crimes com autoria conhecida. Ceará e Tocantins se basearam em apreensões e prisões em flagrante. Distrito Federal e Pará levantaram estatísticas de inqueritos.

As metodologias distintas refletem a falta de padronização nacional. O fato de que 6 de 9 Estados forneceram dados para mais de um ano diminui o risco de que os números reflitam ocorrências de um período atípico.

Dados de participação de menores em crimes muito acima da média podem refletir, segundo o sociólogo Tulió Kahn, responsável pelo estudo de SP em 2004, políticas mais focadas em apreender jovens. Mas, ressalta ele, variações também podem ocorrer por razões socioeconômicas, demográficas, culturais.

“Infelizmente, no país, a política de segurança pública não é feita com base em pesquisas empíricas e dados confiáveis”, diz Kahn.

A importância de dados para a elaboração de políticas eficazes levou o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) a montar um grupo que busca melhorar a qualidade de pesquisas e dados de crime na América Latina.

“Há evidência científica de que estratégias policiais que funcionam têm como componente essencial dados criminais de qualidade”, diz Laura Jaitman, coordenadora do projeto de segurança do BID.

“ Infelizmente, no país, a política de segurança pública não é feita com base em pesquisas empíricas e dados confiáveis

TULIO KAHN
sociólogo

Apesar da Lei de Acesso à Informação, o acesso a dados está cada vez mais difícil

JULIO JACOBO
sociólogo, autor do Mapa da Violência

08 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

No STF só 20% dos pedidos de vista são devolvidos no prazo

Veto a doação de empresas a políticos está entre as 217 ações interrompidas

Prerrogativa de ministro parar julgamento para estudar o processo tem servido para obstruir decisões do plenário

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O desrespeito às normas internas do STF (Supremo Tribunal Federal) por parte dos próprios ministros naturalizou-se quando o assunto é pedido de vistas — a possibilidade de o magistrado paralisar um julgamento para estudar melhor o processo.

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que só 1 de cada 5 pedidos desse tipo é devolvido no prazo regimental de duas sessões ordinárias. Segundo o STF, há hoje 217 ações com julgamento interrompido por vistas.

Alguns casos têm mais de uma década de espera. No sistema de distribuição de processos do tribunal, vários ainda estão associados a ministros que nem estão mais na corte, como Nelson Jobim, que saiu em 2006, ou Menezes Direito, morto em 2009 (confira no gráfico abaixo).

Em alguns casos, o pedido de vistas tem servido de pretexto para obstruir decisões importantes do plenário.

“Os ministros criaram uma prerrogativa para si que consiste no poder individual de vetar o julgamento de qualquer processo que seja submetido a votação pelo colegiado”, diz o pesquisador Ivar Hartmann, da FGV Direito-Rio, coordenador do projeto “Supremo em Números”.

Entre os julgamentos interrompidos há questões de grande relevância e interesse social. Em abril de 2014, o ministro Gilmar Mendes pediu vista no julgamento em que o plenário, por 6 votos a 1, caminhava para proibir o financiamento empresarial de campanhas eleitorais.

O caso está parado em seu gabinete até hoje. Mendes alega que a demora permitiu um maior debate sobre o tema, e fala da hipótese de colegas mudarem o voto.

Desde maio de 2012 está no gabinete de Luiz Fux uma ação em que a Procuradoria-Geral da República questiona a constitucionalidade de uma lei estadual do Rio que cria privilégios para magistrados cariocas, benefícios não previstos na Loman, a lei orgânica da magistratura.

Entre as regalias estão o pagamento de auxílio-saúde, auxílio pré-escolar, auxílio-alimentação e até um dispositi-

vo apelidado de “auxílio-divórcio”, pois permitiria licença do magistrado por motivo de afastamento do cônjuge.

Fux, carioca, alega que essa ação depende de aprovação pelo plenário do projeto do Estatuto da Magistratura, que substituirá a Loman.

Trata-se de um conjunto de sugestões do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, cujo espírito corporativista foi reforçado por propostas de Fux. Incluem, por exemplo, o pagamento de 17 salários por ano aos magistrados e a concessão de recursos públicos para o funeral dos juizes.

CONTINUA

08 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ABUSOS

Alguns membros do STF alegam sobrecarga de trabalho para justificar a demora na devolução dos pedidos de vista. “Mas os próprios ministros reconhecem que não há mecanismos para coibir abusos e, portanto, o poder é ilimitado”, diz Harmann.

Também estão paradas no STF — há cinco anos — ações que tratam da aposentadoria especial de servidores públicos sujeitos a atividades prejudiciais à saúde. Calcula-se que há cinco milhões de servidores públicos estatutários. Eles pautam o STF com muitos processos sobre o tema.

Outro caso sem decisão final — paralisado em agosto de 2011 por Mendes — é o recurso extraordinário sobre a execução extrajudicial de dívidas de financiamento habitacional. Em jogo, a possibilidade de o devedor ser submetido a expropriação do imóvel sem acesso imediato ao Poder Judiciário.

Já o julgamento de uma ação de 2001 da Confederação Nacional do Comércio sobre alterações à Lei Kandir foi suspensa naquele ano por pedido de vista de Ilmar Galvão, que se aposentou em 2003. Envolve ICMS, tributo estadual, com possibilidade de bilhões em perdas ou ganhos.

O caso foi herdado pelo gabinete de Marco Aurélio — um dos que menos pedem vista.

“Qualquer prazo sem um mecanismo real para estimular seu cumprimento é inútil”, diz Hartmann. “É necessário criar um mecanismo real de coerção [no STF].”

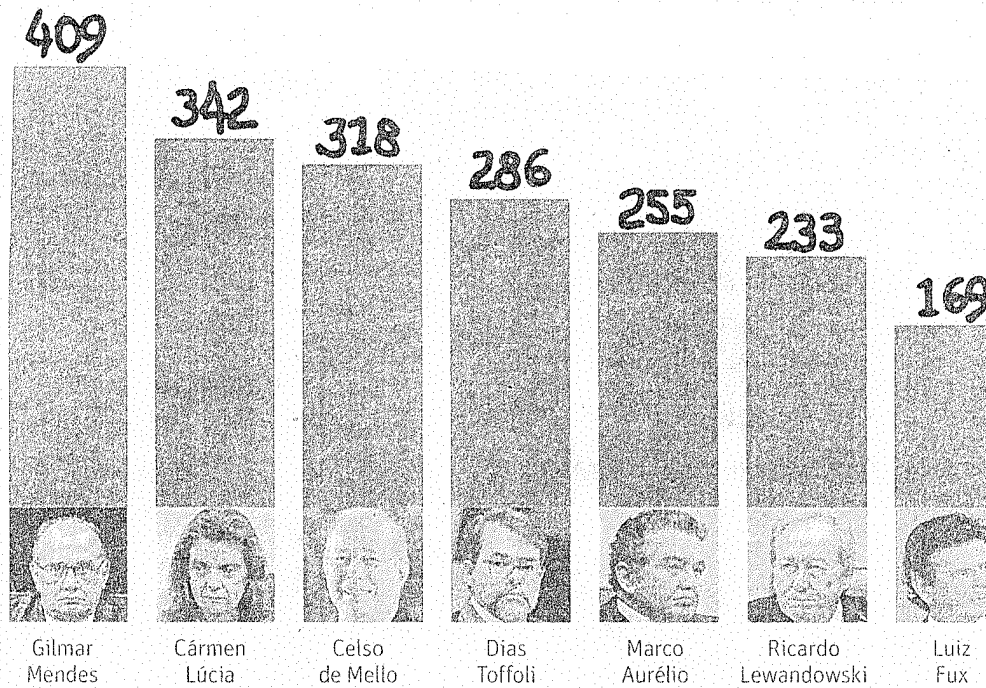
CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 08 JUN 2015

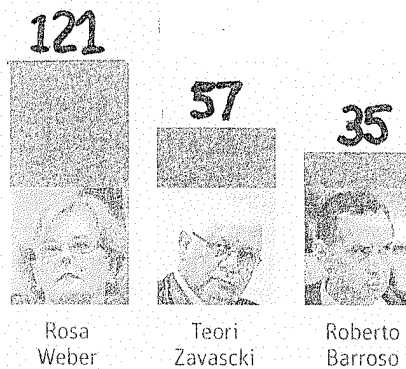
CONTINUAÇÃO

AMARRAÇÃO

Média de duração dos pedidos de vista nos gabinetes dos atuais ministros do STF, em dias



Fontes: FGV Direito-Rio ("Supremo em Números" - III Relatório) - Levantamento feito sobre o período 1988-2013



ACÚMULO DE PROCESSOS

Pedidos de vista por gabinete

Ministro	Total de processos	Processos com vista já devolvida, mas ainda a espera de julgamento
Celso de Mello	1	0
Marco Aurélio	7	6
Gilmar Mendes	17	5
Cármem Lúcia	12	2
Dias Toffoli	17	7
Luiz Fux	11	3
Rosa Weber	12	4
Teori Zavascki	9	0
Roberto Barroso	27	0
Nelson Jobim**	2	0
Menezes Direito**	1	0
Ellen Gracie**	7	2
Cezar Peluso**	5	3
Ayres Britto**	77	7
Joaquim Barbosa**	11	4
Eros Grau**	1	1

*Levantamento mais recente do STF, atualizado em 9 de março de 2015

**Ex-ministro, cujos pedidos de vista continuam pendentes

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

08 JUN 2015

Lewandowski diz ter determinado pressa à corte

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, informou ter determinado em março que o plenário priorize os processos com julgamento interrompido por pedido de vista.

Ele diz que o Código de Processo Civil faculta ao magistrado a possibilidade de pedir vista, caso não esteja habilitado a proferir seu voto.

Segundo Lewandowski, o regimento do STF determina a obrigatoriedade de devolução, para prosseguimento da votação, até a segunda sessão ordinária subsequente.

O ministro Gilmar Mendes diz que há 600 processos em pauta. "Há uma sobrecarga, muitas vezes não conseguimos devolver o processo."

Ele diz que ação sobre o financiamento empresarial de campanhas eleitorais "é um caso complexo": "Até foi bom ter demorado, porque identificamos problemas relevantes que não tinham merecido um melhor debate". Mendes lembra que seus colegas podem rever os votos já dados.

O ministro Luiz Fux diz que a ação sobre as regalias de magistrados do Rio depende de uma decisão do plenário do STF sobre a proposta de projeto de lei do Estatuto da Magistratura. Ele diz que "tal fato foi informado formalmente" a Lewandowski.

Fux observa que o novo Código de Processo Civil prevê o prazo de dez dias, prorrogáveis por mais dez, para o retorno do pedido de vista.

Nos casos em que o voto vista não depende apenas do integrante do tribunal, mas de uma solução externa, o processo poderá ficar suspenso por um ano.

Consultado, o ministro Marco Aurélio de Mello não se manifestou. (rv)

08 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

MENSALÃO, 10

Mais antigo, caso tucano segue ímpune

Escândalo do mensalão do PSDB-MG, de 1998, se arrasta na Justiça há cinco anos, em três ações separadas

Apesar dos dez anos de apuração, ainda não há sentença; 2 dos 12 réus originais já estão livres de pena por prescrição

JOSÉ MARQUES
DE BELO HORIZONTE

Com investigações que começaram há mais de dez anos e processos na Justiça há cinco, o mensalão tucano não tem sentença e alguns de seus réus aguardam julgamento em cargos de prestígio.

O caso, considerado um "embrião" do mensalão petista, consiste na suspeita de desvios de R\$ 3,5 milhões (R\$ 13,5 milhões, corrigidos) de empresas públicas mineiras por meio de agências de publicidade. Objetivo: financiar a fracassada campanha à reeleição do então governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998.

Um dos réus é o próprio Azeredo. Sua ação é a mais adiantada entre as três que tramitam na 9ª Vara Criminal

de Belo Horizonte —a juíza precisa apenas dar a decisão.

Outros nove respondem por peculato (desvio de dinheiro público) e lavagem de dinheiro. Há três condenados e presos pelo mensalão petista: os publicitários Marcos Valério, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz são acusados de usar suas empresas para lavar dinheiro por meio de empréstimos fraudulentos.

Quando a denúncia foi aceita, eram 12 réus, mas dois ficaram ímpunes. Walfrido dos Mares Guia e Claudio Mourão tiveram as penas prescritas ao completarem 70 anos —o prazo para julgamento caiu de 16 a oito anos, maior que o ocorrido entre o fato (1998) e a apresentação da denúncia (2007).

RENÚNCIAS

Em março, Azeredo foi contratado como diretor executivo da Fiemg (Federação das Indústrias de Minas) por um salário de R\$ 25 mil.

Ele havia renunciado ao cargo de deputado federal no início de 2014 para que seu

processo, que tramitava no STF, voltasse à primeira instância —que permite um número maior de recursos.

No mesmo ano, Clésio Andrade (PMDB-MG), que foi candidato a vice de Azeredo em 98, renunciou ao cargo de senador. Réu de ação individual, ele preside a CNT (Confederação Nacional do Transporte). No processo de Clésio, ainda falta ouvir o réu e as testemunhas de defesa.

SECRETÁRIO

O terceiro processo, com os outros oito réus, estava na 9ª Vara, mas foi enviado ao Tribunal de Justiça de Minas depois que um dos acusados foi nomeado secretário da Fazenda pelo governador Fernando Pimentel (PT) e passou a ter foro privilegiado. José Afonso Bicalho presidiu o Bemge (antigo banco estatal) e é acusado de liberar verba para as empresas de Valério.

A Corte deve decidir se fica apenas com o caso de Bicalho ou se julga tudo.

Em 2018, Bicalho e Azeredo completam 70 anos.

CONTINUA













08 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 ANOS DEPOIS

Onde estão réus do mensalão tucano, suspeitos de desvios em 1998

RÉUS	IDADE	EM 1998	HOJE
 Eduardo Azeredo	66	Governador de Minas Gerais	Diretor-executivo na Fiemg
 Clésio Soares de Andrade	62	Empresário e candidato a vice-governador	Empresário
 José Afonso Bicalho	66	Presidente do Bemge (banco estatal, privatizado em 2008)	Secretário da Fazenda de MG
 Marcos Valério	54	Empresário de publicidade	Preso no mensalão petista
 Cristiano Paz	65	Empresário de publicidade	Preso no mensalão petista
 Ramon Hollerbach	63	Empresário de publicidade	Preso no mensalão petista
 Eduardo Guedes	53	Secretário da Casa Civil e Comunicação	Publicitário e jornalista
 Renato Caporali Cordeiro	58	Diretor da Comig (estatal de mineração, atual Codemig)	Professor e palestrante
 Lauro Wilson Filho	68	Diretor da Comig	-
 Fernando Soares	61	Diretor da Copasa (estatal de saneamento)	-
PRESCRITOS	IDADE	EM 1998	HOJE
 Walfrido dos Mares Guia	72	Vice-governador	Empresário
 Claudio Mourão	71	Coordenador financeiro da reeleição de Azeredo em MG	Aposentado

DOUROLADO <

Defesas dizem que réus não têm nada a ver com o caso

Todos os réus sempre negaram as acusações feitas pela Procuradoria.

A defesa de Eduardo Azeredo diz que ele não respondia por questões financeiras da campanha e não deu anuência aos empréstimos que teriam originado a lavagem de dinheiro.

O advogado de Clésio Andrade, Eugênio Pacelli de Oliveira, diz que a denúncia é um "equivoco" e que o empresário, que foi sócio de Marcos Valério, saiu da sociedade "muito antes" da investigação da Procuradoria.

O representante legal de José Afonso Bicalho, Leonardo Bandeira, afirma que seu cliente "não tem participação nenhuma nos fatos" e que qualquer irregularidade "não era de conhecimento dele".

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

Proibido para menores

SÃO PAULO— Ouve-se amiúde que a diminuição para 16 anos da idade em que um cidadão é considerado adulto para fins de responsabilização penal “não resolve o problema da criminalidade”. De quase tudo nesta vida se pode dizer o mesmo.

Penalizar o homicídio tampouco solucionou o problema. O assassinato continua a ser praticado, numa taxa que pode variar de irrisória a avultada, quer na harmônica Dinamarca, quer na atribulada Venezuela.

O debate melhora quando avaliamos se certos arranjos entre as leis e a capacidade de aplicá-las são eficientes no objetivo de inibir o crime. Apartar indivíduos perigosos, como os reincidentes em delitos graves, ajuda nessa meta. Punições frequentes também desestimulam a entrada de novos atores no mundo do crime.

O conjunto brasileiro possui flagrante deficiência operacional, estampada na baixa capacidade de identificar, processar e manter presos e inoperantes autores de crimes graves. Mas há também uma lacuna legal na forma como as punições são administradas a menores de 18 anos.

Adolescentes violentos e reincidentes não podem ficar fora do convívio social por mais de três anos. Uma reforma razoável dos códigos trataria de alongar esse prazo. Ela teria a vantagem de alterar apenas a legislação inferior — não a Constituição — e de modificar pouco o modo como os Estados hoje isolam os delinquentes juvenis.

Estados do Norte e do Nordeste atravessam há alguns anos um período de alta súbita na violência extrema, a que resulta em mortes. Homens de 15 a 25 anos estão no centro da matança, como autores e como vítimas. A política pública pode abreviar o recuo dessa onda mortífera.

Na área da segurança, elevar a eficiência da polícia, da Justiça e dos presídios nessas regiões será fundamental. Ampliar o tempo de isolamento dos adolescentes mais violentos, em instituições especializadas nessa clientela, pode ajudar.

08 JUN 2015

04 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Funcionários do HC poderão fechar acordos de delação premiada

Felippe Aníbal

Os servidores do Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) poderão ajudar a Polícia Federal (PF) a aprofundar as investigações sobre os chamados “médicos fantasmas” — que recebiam salário sem cumprir a carga horária para a qual foram contratados na instituição. Os funcionários poderão selar acordos de delação premiada para detalhar o que sabem. Até agora, dez médicos foram indiciados, entre eles o presidente de um hospital particular e o diretor de hemobancos.

Os funcionários serão levados à PF pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral (Sindistest), que representa a categoria. A entidade publicou uma nota dizendo que os trabalhadores que estiverem dispostos a colaborar com as investigações podem se apresentar ao sindicato até o dia 9 de junho. O sigilo em torno do nome dos trabalhadores será mantido.

Há informações de que servidores do HC, subordinados a “médicos fantasmas”, foram coagidos a fraudar as folhas-ponto, fazendo constar que estes compareciam regularmente ao trabalho. Com o acordo de delação premiada, esses servidores poderiam ficar isentos de responsabilizações penais.

“Os servidores são hierarquicamente inferiores aos médicos, por isso, ficavam receosos de confrontá-los. (...) Então, diante dessa possibilidade de ter havido coações, os delegados responsáveis pelo caso abriram essa possibilidade [de se fechar acordos de delação premiada]”, disse a advogada do Sindistest, Josemary Matos Paixão.

Na última semana, a **Gazeta do Povo** ouviu servidores que apontaram que a prática de receber sem cumprir horário não se restringe aos dez médicos indiciados. “Se for pegar todo mundo, vai ter muita gente enrolada”, apontou uma servidora ouvida pela reportagem.

Investigações

Apesar de já ter indiciado dez médicos pelos crimes de estelionato, abandono de função pública, falsidade ideológica e prevaricação, a PF continua com as investigações para apurar se mais funcionários recebiam sem trabalhar.

As apurações começaram a partir de um pente-fino realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que analisou a produtividade dos médicos do HC. Os dez indiciados eram os casos mais evidentes. A PF e a CGU cruzaram as folhas-ponto dos investigados com os registros das catracas do HC e com informações do Serviço de Informações Hospitalares (SIH), desde 2010. Os dados foram, ainda, confrontados com registros das clínicas particulares onde os médicos trabalham.

BESSA

Fantasma nada camarada

Um dos “médicos fantasmas” do Hospital de Clínicas, contratado desde 2008 como exclusivo da instituição, é também professor da UFPR. Ele dá aulas sobre saúde sexual para adolescentes. Conforme relato de um aluno, o professor — que na atuação como médico do HC bate o ponto e cai fora, de acordo com a investigação da Polícia Federal — exige que os estudantes estejam presentes durante toda a aula. Para isso, faz chamada oral, ao estilo das aulas de ensino médio e fundamental. Bem diferente da sua atitude como médico no hospital da universidade.

Dez médicos foram indiciados na Operação São Lucas e outros nomes devem vir à tona no prosseguimento das investigações.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

04 JUN 2015

CRIMINALS

"Bandidos" 1

Seria "bandida" a adolescente Bárbara Silveira Alves, 16 anos, vítima de um confronto que policiais militares travaram com alguns suspeitos no momento em que a menina saía do colégio no bairro Santa Cândida? Seria também "bandido" o garoto de dez anos que estava sentadinho na porta de casa quando foi atingido na cabeça pela bala de um policial num morro carioca? São apenas dois pequenos exemplos, recentes, fartamente divulgados, ocorridos em Curitiba e no Rio.

"Bandidos" 2

Ao que tudo indica também não eram "bandidos" os quatro jovens enfiados num camburão na rua Comendador Araújo, na frente de várias testemunhas, no carnaval de 1997, quando o soldado Francischini comandava uma ronda no centro. Os jovens, detidos sob suspeita (não confirmada) de furto de um veículo, foram depois encontrados mortos num arrabalde de Curitiba com evidentes sinais de execução, conforme atestam laudos do IML. Abriu-se inquérito policial-militar, mas, dada a demora na elucidação do caso, o processo caiu na prescrição. Nesse meio tempo também o comandante da operação já havia dado baixa da PM.

"Bandidos" 3

Exemplos como estes põem por terra o absurdo argumento do ex-secretário de Segurança Fernando Francischini, que se autoelogia por, nos cinco meses em que esteve à frente da pasta, ter contabilizado 54 mortos civis em conflitos com a PM, todos, segundo ele, "bandidos". Não se sabe quem lhe deu o poder – seria Deus? – de julgá-los e condená-los à morte, já que, mortos, não tiveram a chance de um julgamento civilizado.

"Bandidos" 4

Nem a lei – a não ser a lei da selva – protegeria o ex-secretário nas suas jactâncias de valentia. Pelo seu raciocínio, a morte de 54 "bandidos" teria diminuído o índice de "homens de bem" e "pais de família" que, no seu precário entendimento, seriam fatalmente vítimas dos prejudgados bandidos. "Bandido bom é bandido morto", costuma repetir com um primarismo que não encontra base em quaisquer políticas sérias de segurança pública, de combate ao crime e de proteção social.

"Bandidos" 5

Foi por admirar este tipo de comportamento que Beto Richa nomeou-o secretário em dezembro de 2014 – embora tivesse sido alertado, por escrito e com antecedência, por coroneis da PM, sobre os riscos que correria. Os experientes oficiais já prenunciavam os males que, aboletado no posto, Francischini poderia causar à corporação e ao governo. O ápice do mal ocorreu em 29 de abril quando o então secretário comandou a operação-massacre de professores no Centro Cívico.

04 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Paraná lidera crescimento da população carcerária no Sul

Antonio Senkovski

O Paraná liderou o crescimento da população carcerária de 2005 a 2012 entre os três estados da Região Sul, segundo o Mapa do Encarceramento, divulgado na quarta-feira (3). Em 2005, eram 10.817 pessoas nos presídios paranaenses, número que saltou para 22.022 em 2012. As variações foram de 29% no Rio Grande do Sul e de 70% em Santa Catarina no mesmo período.

A média nacional fechou com crescimento de 74%. O estudo foi realizado em parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O estudo mostra que apesar de os presídios paranaenses terem registrado o maior crescimento do Sul, o Paraná possui a menor taxa de encarceramento da região. São 210 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, ou seja: 22.022 presos em um universo de 10,4 milhões de paranaenses. No Rio Grande do Sul, a taxa de presos por 100 mil é de 273, e em Santa Catarina o índice fica em 255.

Brasil

No Brasil, há 269 presos para cada 100 mil brasileiros. A população carcerária no país cresceu 74% entre 2005 e 2012 e passou de 296.919 para 515.482. O aumento é resultado principalmente da prisão de jovens, negros e mulheres que cometeram, em sua grande maioria, crimes patrimoniais de pequeno valor econômico. O Acre é

o campeão neste índice, com 482 presos por 100 mil habitantes. Já no Maranhão, há apenas 64 presos por 100 mil.

Chama a atenção o fato de o Paraná, juntamente com o Espírito Santo, ter o maior percentual de presos com o ensino médio completo entre todos os estados: 25%. Entre os detidos em presídios paranaenses, 10% têm o ensino fundamental completo, 53% o fundamental incompleto, 6% são apenas alfabetizados e 3% são analfabetos.

Em relação às prisões por tipo de crime, o Paraná tem números próximos aos da média nacional. No estado há 52% de presos por crimes contra o patrimônio, 22% por condutas envolvendo entorpecentes e 11% por crimes contra a pessoa (homicídios). Na média nacional há 49% de presos por crimes contra o patrimônio, 22% por crimes envolvendo drogas, e 12% estão presos por crimes contra a pessoa.

Adolescentes

As medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei são divididas no Brasil entre as executadas em meios abertos e em meios fechados (restritiva de liberdade). Exemplos do primeiro tipo são advertência, reparação do dano e prestação de serviços à comunidade. O segundo tipo envolve instituições de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

No Paraná, o número de adolescentes que cumprem essas medidas se manteve estável nos últimos cinco anos.

Eram 935 jovens até 18 anos nessa circunstância em 2012; hoje são 933. Há 1,1 milhão de adolescentes no estado, o que dá uma taxa de 84 em cumprimento de medidas socioeducativas a cada grupo de 100 mil. Em Santa Catarina, a taxa é de 49, e no Rio Grande do Sul, de 90. No Brasil, a taxa é de 100 por 100 mil.

04 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Dilma busca “parcerias” para evitar redução da maioridade penal

Governo aciona Conselho e busca mostrar à sociedade que a mudança a ser votada na Câmara não irá diminuir a violência

BRASÍLIA

Agência O Globo e Folhapress

A presidente Dilma Rousseff orientou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) a mobilizar a sociedade civil e os parlamentares para tentar impedir a aprovação da proposta de emenda à Constituição que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal.

Dilma participou de uma reunião com o ministro Pepe Vargas (Direitos Humanos), a presidente do Conanda, Angélica Goulart, e o coordena-

dor do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Carlos Nicodemus, na qual discutiu sobre a proposta que tramita no Congresso e sobre os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Após o encontro, Pepe afirmou que o governo irá se esforçar para mostrar aos cidadãos que a mudança não irá diminuir a violência.

“Essa não é uma questão do governo, é da sociedade brasileira. Nós confiamos de que, quando o debate for colocado, quando tiver mais luz nesse debate, vai ficar claro que a redução da maioridade penal, ao invés de reduzir a violência, irá aumentá-la”, disse Pepe.

O ministro também voltou a afirmar que é contra a realização de um referendo sobre o tema como sugeriu o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Já a presidente do Conanda demonstrou preocupação

com a possibilidade de a proposta ser votada ainda neste mês na Câmara. “Nós fomos completamente surpreendidos com a possibilidade de apresentação do relatório agora no dia 10. Estamos em estado de assembleia para ver como nós vamos fazer frente a essa mudança nos planos”, disse Angélica.

Entenda o caso

Presidente da Câmara, Eduardo Cunha afirmou no domingo (31) que levará ao plenário, após a metade de junho, a discussão do projeto. Em seu perfil no Twitter, o deputado disse que a comissão especial da redução da maioridade penal deve concluir os trabalhos até o dia 15 deste mês e, imediatamente, ele levará a questão ao plenário Câmara. “A próxima polêmica após a conclusão da reforma política será a redução da maioridade penal que votaremos até o fim de junho em plenário”, disse o peemedebista.

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Nova lei da magistratura aumenta benefícios de juizes

O novo projeto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), que está sendo discutido pelo Supremo Tribunal Federal para ser encaminhado ao Congresso, propõe uma série de alterações que aumentam os benefícios recebidos pelos juizes de todo o país. O texto prevê, entre outros pontos, ajuda de custo para mudanças, auxílio-creche, gratificação por tempo de serviço, plano de saúde e reembolso para despesas odontológicas. Se aprovadas, as mudanças podem representar um aumento de até 200% nos gastos com a remuneração da magistratura, estimam especialistas. O novo texto divide o meio jurídico. Associações de magistrados, como a Anamatra e a AMB, defendem as propostas. Já o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, considera os benefícios "abusivos".

PENDURICALHOS

Alguns dos benefícios previstos na nova Loman:



FÉRIAS

Adicional de férias no valor de um salário



TEMPO DE TRABALHO E PRODUTIVIDADE

Gratificação de 5% a mais no salário a cada 5 anos de serviços



MORADIA E FAMÍLIA

Auxílio-moradia no valor de 20% do salário, auxílio-creche e auxílio-educação



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Ajuda de custo de 10% do salário para cursos no Brasil

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Proposta de nova Loman aumenta benefícios dos magistrados

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, prepara uma minuta do projeto que será enviado ao Congresso Nacional

Kelli Kadanus

O novo projeto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal (STF) e já gera uma série de polêmicas envolvendo o conteúdo da minuta do projeto elaborada pelo presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski. O projeto, esperado há anos pela magistratura brasileira, traz uma série de alterações que aumenta os benefícios e o poder dos magistrados, além de estabelecer novos parâmetros para a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para a punição de juízes envolvidos em casos de corrupção.

De um lado, as entidades formadas por magistrados defendem que as mudanças preveem a valorização da categoria. Por outro lado, há quem avalie que o projeto está desconectado da realidade econômica do país e que a nova Loman tem um objetivo corporativista.

Entre as questões que causam divergências está a concessão de benefícios aos magistrados. O novo projeto prevê, entre outros pontos, ajuda

de custo para mudanças, auxílio-moradia, auxílio-creche e auxílio-educação para dependentes, auxílio-plano de saúde e reembolso por despesas médicas e odontológicas não cobertas pelo plano de saúde (Veja a lista completa no infográfico).

“Atualmente a magistratura não tem a valorização devida. Uma questão para nós que é muito clara é o adicional por tempo de serviço, que já deveria ter sido instituído novamente e não foi ainda”, diz o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) Germano Siqueira. Para ele, um ponto positivo do projeto é encontrar um equilíbrio entre a carreira da magistratura e o Ministério Público.

“Evidentemente, aos olhos da sociedade, a magistratura pode ser bem remunerada, mas existem outras carreiras no sistema jurídico que não têm as restrições que a magistratura possui e, ao mesmo tempo, têm vencimentos assemelhados”, diz coordenador da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Gervásio dos Santos.

Em nota, a OAB-PR afirmou que ainda vai estudar a minuta do projeto, mas o presidente Juliano Breda acredita que os benefícios são abusivos. “Desde já é possível constatar uma série de auxílios e benefícios absolutamente abusivos, desproporcionais e incompatíveis com a situação econômica do país”, disse Breda na nota.

Impactos

“Nós não podemos imaginar um acréscimo no gasto com a remuneração da magistratura brasileira que pode chegar a 200%”, diz o presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional e professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Flávio Pansieri. Para ele, a aprovação da Loman geraria um impacto financeiro aos cofres públicos muito grande. “O que talvez seja absolutamente desconectado com a realidade econômica que o país vive”, alerta.

Siqueira rebate a afirmação de que o novo projeto traria impactos financeiros aos cofres públicos nessa proporção. “Esses impactos são muito diferentes e ocorrem em tempos distintos”, diz o presidente da Anamatra. “O Judiciário tem um limite de orçamento. O projeto não seria enviado ao Congresso fora dos limites fiscais”, defende.

O presidente da Anamatra, por outro lado, também diz que a entidade vai discutir a questão dos benefícios para evitar que os magistrados aposentados não sejam prejudicados, já que recebem apenas o subsídio, sem os auxílios. “Nós temos uma preocupação forte com a paridade no sentido de que há muitas verbas de caráter indenizatório que acabam de algum modo sacrificando esse valor forte para nós que é a paridade”, diz.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 JUN 2015

“A minha opinião é que a nova Loman talvez não esteja conectada com o momento histórico Republicano que vivemos”, opina Pansieri. “Ela tem muito mais um objetivo e parece ter muito mais uma finalidade de reposicionamento econômico e reenquadramento do plano de carreira da magistratura do que efetivamente uma Loman que venha a trazer um aprimoramento do poder Judiciário brasileiro”, avalia o professor. “[O magistrado] deve ter um subsídio condizente com o que ele merece e com o que o estado brasileiro possa pagar”, finaliza.

DEMOCRACIA

Entidades apontam tópicos que ainda precisam de discussão

O projeto da nova Loman ainda está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) e, mesmo depois de finalizado pelo ministro Ricardo Lewandowski ainda vai precisar passar pela aprovação dos outros dez ministros que compõem a Corte. Só depois de um consenso no STF o projeto será enviado ao Congresso Nacional para votação, onde ainda poderá sofrer novas alterações. Uma das alterações, propostas pela Anamatra e pela AMB, é a questão da democracia dentro do Poder Judiciário. O que as entidades defendem é que os juizes de primeiro grau possam votar em eleições para presidentes dos Tribunais de Justiça, por exemplo.

“Eleição direta, democracia no Judiciário não é um erro, é uma virtude fundamental. É uma virtude e algo que tem que ser contem-

plado para que o Poder Judiciário se modernize”, diz o presidente da Anamatra Germano Siqueira.

Para o coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio dos Santos, a necessidade da democratização interna no Poder Judiciário é um ponto que ainda deve ser aprofundado na nova Loman. “Infelizmente a gente vive uma situação após 27 anos da constituição em que no âmbito interno do Judiciário ainda não há democracia”, diz Santos.

Orçamento participativo

O presidente da Anamatra também defende que a nova Loman aborde questões como a participação dos magistrados no orçamento do Poder Judiciário. “Um tribunal, na cúpula, decide onde os recursos podem ser aplicados. Mas muitas vezes um juiz que está no interior do estado percebe de maneira mais clara que há necessidade de, por exemplo, investir no Fórum”, explica Siqueira. “Às vezes ele não tem canais para expressar de forma mais clara aquela necessidade de investimento”, avalia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 05 JUN 2015

PENDURICALHOS CONTINUAÇÃO

Veja quais são os benefícios para os magistrados previstos na nova Loman, em construção no STF



FÉRIAS

Adicional de férias

VALOR

um salário a mais



DIA A DIA

Auxílio transporte

5% do salário

Auxílio alimentação

5% do salário

Diárias e adicional de deslocamento

1/30 do salário por dia



TEMPO DE TRABALHO E PRODUTIVIDADE

Plantão Judiciário

1/10 do salário por dia

Gratificação por tempo de serviço

5% a cada cinco anos

Indenização de permanência

5% do salário por ano excedente

Prêmio por produtividade

um salário a mais a cada seis meses

Retribuição por funções administrativas

1/10 do salário, no mínimo

Retribuição por função de confiança

não especificado



SAÚDE

Auxílio plano de saúde

10% do salário para magistrado e companheira o e mais 5% por filho

Reembolso de despesas médicas e odontológicas não cobertas pelo plano

não especificado



MORADIA E FAMÍLIA

Ajuda de custo para mudança

um salário a mais se for sem dependente, dois salários se houver um dependente e três salários se houver mais dependentes

Indenização de transporte de bagagem e mobiliário

não especificado

Auxílio moradia

20%

Auxílio para trabalhar em localidade de difícil provimento

1/3 do salário

Auxílio creche

5% do salário por filho até seis anos

Auxílio educação

5% do salário por filho de 6 a 24 anos

Auxílio funeral

não especificado



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Adicional por formação profissional

5% para pós graduação; 10% para mestrado, 15% para doutorado e 20% para pós-doutorado

Ajuda de custo por hora-aula proferida em custo oficial

não especificado

Ajuda de custo para capacitação

10% do salário para cursos no Brasil e 20% do salário para cursos no exterior

Fonte: Minuta do projeto da nova Loman. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 JUN 2015

CONTROLE EXTERNO

Proposta coloca em dúvida alcance da atuação do CNJ

O papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diante do Poder Judiciário foi um dos pontos abordados no projeto da nova Loman, em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Um dos aspectos que gera inquietação é a limitação do poder do Conselho, criado para, entre outras funções, exercer controle externo do Judiciário. No capítulo que dedica ao CNJ, o ministro Ricardo Lewandowski propõe que os magistrados só poderão ser interrogados por conselheiros de instância igual ou superior. "A proposta de reformulação do CNJ me parece que reduz o tamanho e a importância do conselho", avalia o professor Flávio Pansieri. Segundo o professor, a estrutura administrativa do CNJ não coloca nenhum conselheiro em posição inferior aos magistrados, já que o Conselho está abaixo apenas do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no nível hierárquico do Poder Judiciário.

"Nós sempre defendemos o papel importante do CNJ e não concordamos e nem concordaremos em momento algum com o enfraquecimento do Conselho", diz o presidente da Anamatra Germano Siqueira.

"Me parece que o que a proposta faz é delimitar o papel do CNJ", avalia o coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio dos Santos. "Um ponto que pode ser ajustado é a possibilidade de a magistratura participar, ainda que indiretamente, do processo de escolha dos membros do conselho do CNJ", opina.

O Conselho

Em nota, o CNJ informou apenas que "não comenta sobre mudanças de conteúdo legal sobre o Judiciário, porque o tema, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), extrapola a competência do Conselho".

Outro ponto que gera polêmica na nova Loman é a punição para juízes que sejam flagrados em casos de corrupção. Muitos criticam o fato de que a maior punição administrativa a que um magistrado está sujeito é a aposentadoria compulsória. Nesse caso, o juiz aposentado recebe uma aposentadoria proporcional ao tempo trabalhado. "É uma construção lógica que tem em vista que o juiz não fique na primeira instância imaginando que se ele decidir algo que seja controverso ele pode receber no outro dia uma notificação com o risco de perder o cargo", defende Siqueira. O coordenador da Justiça Estadual da AMB afirma que os juízes corruptos podem perder o

cargo, desde que finalizado o processo judicial referente à conduta do magistrado. "Há um grande equívoco quando se diz que a pena máxima à magistratura é a aposentadoria compulsória", esclarece Santos. "Não podemos ter a magistratura livre na sua atuação. Precisamos ter uma magistratura forte, com altivez, imparcial. Uma magistratura que esteja à altura da sociedade em que ela vive. Com direitos e deveres na mesma proporção, sem que se crie uma casta privilegiada", avalia Pansieri.

"Desde já é possível constatar uma série de auxílios e benefícios absolutamente abusivos, desproporcionais e incompatíveis com a situação econômica do país"

Juliano Breda, presidente da OAB-PR

"Evidentemente, aos olhos da sociedade, a magistratura pode ser bem remunerada, mas existem outras carreiras no sistema jurídico que não têm as restrições que a magistratura possui e ao mesmo tempo tem vencimentos assemelhados"

Gervásio dos Santos, coordenador da AMB

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Guarda compartilhada: a mudança legal é bem-vinda?

ARTIGO

THIAGO PACHECO, advogado

Os litígios de família estão entre os mais ingratos pelo sofrimento que invariavelmente causam aos envolvidos. Isso é especialmente grave no que diz respeito às crianças de tenra idade, para quem o desfazimento do lar familiar deve ser um acontecimento verdadeiramente apocalíptico. A criança não tem maturidade para entender os fatos e sua rotina passa por mudanças profundas.

Por costume, quando da separação de um casal com filhos pequenos, estes acabam morando com a mãe e sendo visitados pelo pai – um eco, talvez, da amamentação e da ligação física da gestação. Esse costume era repetido em decisões judiciais que fixavam “visitas paternas em finais de semana alternados” e fórmulas semelhantes, invariavelmente delegando a guarda unilateral à mãe.

A “guarda compartilhada” existia no Código Civil mais como uma sombra: a lei não dizia como ela deveria funcionar, nem o que ela significava. A princípio, a guarda compartilhada dependeria completamente do bom senso do casal recém separado, com o qual nem sempre se pode contar.

A doutrina procurou preencher o vácuo criado pela imprecisão legal. Dominante era a concepção de que a guarda compartilhada não significaria nada além de decisões sobre o futuro das crianças tomadas conjuntamente – mas o exercício de fato da guarda ainda unilateral; no máximo, “visitas livres” (outra coisa que raramente funciona a contento). Nisso, privilegiava-se a conveniência dos pais e não necessariamente o melhor interesse das crianças. Há uma espécie de dogma doutrinário de que é inadmissível para a criança ter “duas casas” e se deslocar entre elas, que isso seria pernicioso – mais pernicioso, até, do que ter contato com um dos genitores a cada final de semana, ou a cada quinze dias. Mas ora, se feriados, dias dos pais e das mães, férias, aniversários e outras datas comemorativas já eram divididas “meio a meio”, qual seria o grande problema em dividir assim o restante do tempo?

Faltava o legislador dizer no que consistia a guarda compartilhada – e assim ele fez no parágrafo segundo do art. 1.583 do Código Civil: “na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos”. Esse é o núcleo da definição da guarda compartilhada, que deverá, conforme for o caso, comportar adaptações. Feita a definição em linhas gerais, o legislador criou uma regra ainda mais interessante: se não houver

acordo entre os pais sobre a guarda, o juiz deverá, sempre que as demais condições permitirem, fixar o regime da guarda compartilhada. Parece um contrassenso: no entanto, verificando o magistrado que se trata apenas da habitual birra entre recém-separados, e que estes reúnem as demais condições para criar os filhos que geraram enquanto durou a união, a fixação de guarda compartilhada é o um regime muito vantajoso para as crianças, já que estas não terão um “pai de fim de semana” e nem o convívio com um dos genitores será apenas um fato episódico, mas a presença dos pais será constante, permeando a rotina do menor nos momentos mais importantes, que não esperam o “final de semana alternado” para acontecer.

Com isso há ainda outra vantagem, que é a maior margem da qual o magistrado dispõe para refrear o uso da guarda unilateral como um instrumento de chantagem e pressão sobre o genitor que não a exerce. Verificando que essa animosidade existe, o juiz pode dividir a responsabilidade pela criação do menor igualmente entre os pais – o que não significa, como antes se defendia, apenas decidir conjuntamente sobre a escola e a festinha de aniversário, mas dividir igualmente as responsabilidades dos pais e, sobretudo, sua presença na vida da criança. Esse é o aspecto mais importante da mudança legal: um regime de guarda que parte do pressuposto de garantir a presença de ambos os genitores na rotina da criança, preservando, perante ela, uma espécie de “igualdade de condições” que não é meramente material, mas existencial.

CONTINUA

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Há meios concretos à disposição do juiz – que não precisa recorrer a qualquer criacionismo judiciário para impedir que a guarda unilateral seja usada para “punir” um dos genitores, privando-o do convívio com os filhos pelo pai que exerce a guarda. Essa ocorrência tão comum aparece em filmes, livros, novelas – o verdadeiro punido pela prática, sabemos, é o menor. A alteração legal torna mais difícil essa insidiosa prática e o melhor interesse dos menores é mais protegido do que no regime anterior, na mesma medida em que, quando se parte do pressuposto de que a guarda deverá ser compartilhada, é necessário que haja motivos suficientes para que seja tornada unilateral: o genitor que não deseja exercer a guarda, conforme prevê expressamente o mesmo parágrafo segundo do art. 1.584, ou a falta de condições e “motivos graves”, conforme prevê o art. 1.586.

O juiz deve orientar os genitores sobre o cumprimento do regime da guarda compartilhada, nos termos do art. 1.584, o qual determina que ele “informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções pelo descumprimento de suas cláusulas”. É um aperfeiçoamento da lei. Se está diante da possibilidade de uma divisão mais igualitária de responsabilidades entre o pai e a mãe – advertindo-os para a gravidade e enorme dimensão existencial da tarefa que é criar filhos.

O magistrado dispõe de maior margem para refrear o uso da guarda unilateral como um instrumento de chantagem

Não significa apenas decidir conjuntamente sobre a escola e a festinha de aniversário, mas dividir igualmente as responsabilidades dos pais

GAZETA DO POVO

“A vida ainda continua existindo dentro do cárcere”

Joana Neitsch



ENTREVISTA

JOÃO MARCOS BUCH, juiz da Vara de Execuções Penais de Joinville-SC

Um menino escreveu a um juiz agradecendo por ele ter concedido liberdade à mãe que estava presa para que passasse os últimos dias com a família. A história se espalhou pelas redes sociais comoveu pessoas em diversos lugares do Brasil. Conhecido em Joinville por medidas para humanizar a vida no cárcere, o juiz João Marcos Buch se viu em destaque em diversos veículos de imprensa. Não esperava essa repercussão, mas considera o fato uma boa oportunidade para refletir sobre alguns procedimentos para com as pessoas que estão presas e doentes. Buch recebeu a reportagem do **Justiça & Direito** em seu gabinete, no Fórum de Joinville. Ele contou detalhes sobre o fato que levou o menino a escrever a carta, falou de seu ponto de vista sobre o tratamento que se dá aos encarcerados e sobre um projeto de incentivo à leitura na prisão.

Como o senhor avaliou o caso para conceder liberdade à mãe que estava doente?

Com frequência, nós recebemos no gabinete — e é um dever do juiz de execução penal receber — os familiares de presos e os próprios egressos. Na época, a partir da intervenção da avó desse menino, eu acabei indo ao hospital fazer uma inspeção sobre a si-

tuação da detenta. Essa também é uma obrigação do juiz da execução, de sair do gabinete e verificar efetivamente o que acontece. No momento em que eu percebi, juntamente com a médica, sobre a situação em que ela se encontrava no hospital: mesmo com metade do corpo paralisado ela estava algemada na cama. Foi um fato que me motivou a provocar a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça e Cidadania e a Secretaria de Estado da Saúde, para que se tenha um protocolo melhor de atendimento. Sabemos que o padrão de segurança deve ser seguido, mas existem algumas exceções que devem ser observadas. A partir do momento que constatei visualmente que a situação dela realmente era grave, utilizei especialmente os fundamentos constitucionais de respeito à dignidade humana. A lei processual penal prevê que nos casos de prisão preventiva em que existe um problema sério de saúde é possível a prisão domiciliar, então muito mais possível no caso de execução da pena que também se aplique — acabei aplicando por analogia aquele dispositivo. Mas os fundamentos foram os dispositivos constitucionais de respeito à integridade e dignidade da pessoa humana, e dentre a questão da saúde e as normas internacionais de direitos humanos. Na decisão, avaliei que se ela estava numa situação de últimos dias de vida, nada mais digno do que permitir que ela tivesse um tempo com a sua família.

CONTINUA

Perfil do autor

- **Naturalidade:** Porto União - SC
- **Currículo:** pós-graduação em Direito Contemporâneo pela Universidade do Contestado e em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal da Universidade Federal do Paraná; mestre pela Universidade do Vale do Itajaí (SC) em Hermenêutica Constitucional corregedor do Sistema prisional da Comarca de Joinville. É autor dos livros: *Encontre-me no café em Paris e Execução Penal e Dignidade da Pessoa Humana*
- **Jurista que o inspira:** Juarez Cirino dos Santos
- **O que está lendo:** *A balada de Adam Henry* - Ian McEwan
- **Nas horas vagas:** gosta de ler, escrever, ouvir música e viajar

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 JUN 2015

Não só por ela, mas pela família e pelos filhos. Tive o conhecimento do falecimento um tempo depois e dei os encaminhamentos normais ao processo. Foi quando então recebi a mensagem do menino.

E o senhor esperava toda essa repercussão?

Não esperava. Eu via possibilidade — aí existia um material humano muito importante — para que as pessoas percebessem como a vida ainda continua existindo dentro do cárcere. Como as pessoas encarceradas continuam tendo suas famílias. E como é importante nós não perdermos essa condição humana das pessoas encarceradas. Eu via que esse fato propiciaria uma reflexão de toda a comunidade. Mas eu não imaginava que haveria uma repercussão nacional. Preocupei-me com a família, com o menino. Pedi para que o assistente social do fórum fosse até a residência dessa família para avaliar se estava acontecendo uma superexposição. A avó tinha muita clareza sobre o assunto, estava preservando o menino. Também me preocupei com pessoas querendo se aproveitar da situação. Mas, pelo que soube, esse menino já teve pessoas idôneas que vão apadrinhá-lo, fazendo com que a vida dela seja um pouquinho melhor.

O senhor escreve, faz relatos de situações em que reencontra egressos do sistema prisional ou familiares. Como isso começou?

Na realidade acho que todo escritor começa com muita leitura. A magistratura, coloca o juiz em situações muito difi-

ceis. O juiz trabalha com o que há de melhor e pior no ser humano. E os juízes têm que tomar um cuidado. Ao mesmo tempo em que não podem se transformar em máquinas insensíveis, cuidar pra que isso não afete diretamente sua vida e faça com que ele adoça. Existem várias formas de trabalhar isso: muita conversa com colegas de trabalho, reflexões, leituras. E eu também utilizo a escrita como uma forma de colocar alguma racionalidade em cima daquela confusão que você acaba vivendo. Essas crônicas permitem que eu faça isso.

O senhor escreveu sobre uma visita ao sistema carcerário na França. Pode resumir um pouco do que viu?

Durante as minhas férias, conheci uma penitenciária de segurança máxima nos arredores de Paris, numa cidade histórica. A prisão fica no centro da cidade. Uma cidade linda, com praça e monumentos. A população está muito acostumada com aquela penitenciária, pois ela já é muito antiga. Não existe preconceito para com aquela unidade instalada no centro da cidade. A penitenciária tem 260 detentos e 260 agentes penitenciários. Os detentos têm celas individuais. Isso é muito importante. O que oprime não é necessariamente o encarceramento. Claro que ele tem um reflexo psicológico grande e um efeito grave na pessoa. Mas a massificação é um dos fatores que mais oprimem a pessoa. Todos trabalham. Constroem candieiros de salões de castelos, restauram fotografias antigas e arquivos históricos. Também têm aulas de educação física,

boxe e meditação. E aí você pode pensar: “é um hotel”. Não é. É uma prisão de segurança máxima. Jamais vai deixar de ser. Eles têm terroristas lá, como o Chacal, que cometeu atos terroristas nos anos 1980. Ou seja, são pessoas que têm muito tempo de pena pela frente e, ainda assim, a dignidade delas é resguardada. Isso reflete na comunidade, reflete nas famílias, na sociedade e na diminuição da violência. **O senhor tem um projeto para que apenas os que lerem livros tenham redução de pena. Como funciona?** É um projeto que comecei aqui há quase dois anos. Através do conselho da comunidade, foi feita uma campanha de arrecadação de livros de literatura, livros utilizados pelo Ministério da Educação, no ensino oficial. Foram montadas bibliotecas nos presídios. Os detentos têm vinte dias para fazer a leitura e dez dias para fazer uma resenha de acordo com o grau educacional do detento. Essa resenha vai para estudantes da Univille [Universidade da Região de Joinville] e bolsistas fazem o parecer para avaliar se leram ou não. Um livro lido equivale a quatro dias de pena abatidos. Por ano, isso chega há 48 dias, se o detento ler um livro por mês.

Colaborou: Victor Hugo Turezo

GAZETA DO POVO

Concurso Público

Direito Penal

05 JUN 2015

Cargo: Promotor de Justiça - MP-PR

Banca: MP-SP

Segundo a doutrina, o delito de quadrilha pode ser classificado como:

- a) Delito de tendência interna transcendente incompleto de dois atos;
- b) Delito de tendência interna transcendente de resultado separado;
- c) Delito de tendência interna transcendente peculiar;
- d) Delito de tendência interna peculiar de resultado separado;
- e) Delito de tendência interna peculiar incompleto de dois atos.

O "X" DA QUESTÃO

PEDRO LUCIANO EVANGELISTA FERREIRA, advogado, professor do Curso Luiz Carlos e da Escola da Magistratura do Paraná. Mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ.

Algumas terminologias um tanto incomuns são utilizadas nos concursos públicos para avaliar o nível de aprofundamento teórico do candidato e já tratamos disso em outro artigo publicado no Blog do Curso Luiz Carlos explicando o que é a "sentença autofágica".

É isso que faz a diferença na sua aprovação e você sabe por quê?

As provas do MP-PR são conhecidas pela sua cuidadosa e abalizada elaboração, em especial em Direito Penal, o que já é de se esperar em uma prova para o importante cargo de Promotor de Justiça.

Os "delitos de tendência interna transcendente", também chamados de "delitos de intenção" (não confundir com "delitos de tendência" apenas, ou "tendência intensificada" onde o extrato subjetivo específico não extrapola a objetividade típica) são aqueles em que a completa realização do tipo exige a presença de um elemento subjetivo especial do tipo diverso do dolo (tipicidade assimétrica). Tem-se uma tendência anímica (interna), um "algo mais". Diz-se que a tendência interna é transcendente porque busca um

resultado distinto da realização do tipo penal, ou seja, que está além do resultado típico, em que pese, repita-se, exigir-se a presença do elemento anímico voltado à sua obtenção.

Neste sentido temos o delito de furto (art. 155 - para si ou para outrem), extorsão (art. 158 - com intuito de obter), assédio sexual (art. 216-A - intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual), associação criminosa (art. 288 - para o fim específico de cometer crimes), dentre vários outros.

A partir desta reflexão surgem os "delitos de resultado separado" (ou cortado) e os "delitos incompletos de dois atos" (ou "mutilados de dois atos").

Pois bem, nos "delitos de tendência interna transcendente de resultado separado" os atos são realizados buscando outro que fica fora do tipo e além da intervenção do autor, como o pagamento do resgate no crime de "extorsão mediante sequestro" que exige o elemento subjetivo especial "com o fim de obter" (art. 159). Outro exemplo é a corrupção ativa.

Já nos "delitos de tendência interna transcendente incompleto de dois atos" ocorre uma va-

riação porque o autor realiza um primeiro ato típico objetivando levar a cabo um segundo ato também típico mas diverso, por isso "dois atos".

É justamente o que ocorre no delito de quadrilha (hoje denominado "associação criminosa" - L.12.850/13), em que a associação exige um especial fim de agir ("fim específico de cometer crimes") que não precisa necessariamente ser alcançado para a tipificação do art. 288 (crime autônomo - concurso material), mas que se realizado na sequência, será pelo autor. Isto também se verifica com o delito de moeda falsa (289).

Por fim, vamos apenas citar os "delitos de motivos especiais" onde figuram motivos especiais de agir (motivo fútil, motivo torpe, relevante valor social) e os "momentos especiais de ânimo" (sem escrúpulos, sem consideração), que merecem estudo cuidadoso.

Se você gostou deste artigo, curta e compartilhe. O seu reconhecimento é um grande incentivo. Estamos também sempre abertos a sugestões. Acredite em você! Sucesso e contem comigo e com toda a Equipe e estrutura do Curso Prof. Luiz Carlos!

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

OAB promove seminário de advocacia corporativa

A Comissão dos Advogados Corporativos da OAB-PR promove no dia 16 de junho o VI Seminário de Advocacia Corporativa. O evento tem início às 9h e será realizado na sede da OAB, no Ahú. A programação conta com as seguintes palestras: *Terceirização: como avançar sem precarizar; O novo CPC e seus impactos nos departamentos jurídicos das empresas; A importância do compliance na governança das empresas: caso Siemens; Ética, cidadania e gestão.* A abertura será feita pelo presidente da comissão, Maick Felisberto Dias, gerente jurídico do HSBC Bank Brasil. As inscrições custam R\$ 40 e podem ser feitas pelo site:

Os participantes terão direito a um certificado de 8 horas.

CARREIRA PÚBLICA Petrobras abre concurso para advogados

A Petrobras está com inscrições abertas para o concurso de advogado. No total, são oferecidas 158 vagas. A maioria, 145, é para cadastro de reserva. As vagas são para Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e estado Amazonas. A remuneração é de R\$ 8.866,74. As provas serão realizadas no dia 02 de agosto. Na primeira etapa, os candidatos terão que responder 20 questões de conhecimentos básicos e 50 questões de conhecimentos específico. A segunda etapa será composta por duas questões discursivas. As inscrições podem ser feitas até o dia 18 de junho e custam R\$ 62. Mais informações: <http://www.cesgranrio.org.br/concursos/evento.aspx?id=petrobras015>

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Itália nega recurso de Pizzolato e ele poderá ser extraditado

Com a decisão, mensaleiro deverá voltar ao Brasil para cumprir pena na Papuda. Defesa do ex-diretor do BB informou que vai recorrer

O Tribunal Administrativo Regional do Lácio negou o recurso da defesa do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, que tentava impedir a extradição do mensaleiro. Com a decisão, publicada na manhã de quinta-feira (4) pela Justiça italiana, o petista condenado a 12 anos e 7 meses de prisão no processo do mensalão pode ser extraditado para o Brasil, onde cumprirá pena no Presídio da Papuda, no Distrito Federal. A informação foi confirmada pelo representante do Ministério da Justiça da Itália, Giuseppe Alvenzio.

A defesa de Pizzolato já anunciou que irá recorrer da decisão ao Conselho de Estado, que deve analisar um novo recurso. Na quarta-feira, Giuseppe Alvenzio classificou como inadmissível a possibilidade de revisão da decisão da Justiça italiana sobre Pizzolato.

“É inadmissível. A Corte de Cassação já analisou todo

o caso e tomou a decisão. Não se pode colocar em discussão o caso agora em um tribunal administrativo”, afirmou.

Entidades brasileiras que atuam no processo de extradição do ex-diretor do Banco do Brasil acreditam que, com a decisão da Justiça italiana, será possível marcar a data da vinda dele para o Brasil. Em nota conjunta divulgada na quinta-feira, os ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Advocacia-Geral da União e Ministério Público Federal demonstraram confiança na possibilidade de trazer em breve o condenado para uma penitenciária brasileira.

“A decisão de hoje [quinta-feira] volta a atribuir eficácia plena à decisão do Ministério da Justiça da Itália, que concedeu a extradição. Com isso, o Brasil poderá extraditar Henrique Pizzolato assim que o Ministério da Justiça italiano fixar nova data”, diz a nota.

A decisão do Tribunal Administrativo do Lácio pode ser revertida pelo próprio tribunal, no julgamento do mérito do recurso. Também caberá novo recurso ao Conselho de Estado, segunda instância da Justiça administrativa da Itália.

“O Brasil está pronto para atuar também perante o Conselho de Estado, se necessário”, afirma a nota.

O caso

Pizzolato foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão por corrupção passiva, peculato apropriado de bens públicos e lavagem de dinheiro. Antes de o mandado de prisão ser executado, Pizzolato fugiu para a Itália com o passaporte de seu irmão gêmeo, já morto.

O ex-diretor foi preso em Maranello, no Norte da Itália, em 5 de fevereiro do ano passado. Cidadão italiano, ficou preso de fevereiro à outubro de 2014 na cidade italiana de Modena. Solto após decisão da Corte de Apelação de Bolonha, voltou a ser preso em fevereiro deste ano.

O primeiro parecer favorável ao pedido de extradição de Pizzolato, formulado pelo governo brasileiro, foi dado no dia 24 de abril pelo ministro da Justiça da Itália, Andrea Orlando. Marcada para o dia 11 de maio, a extradição foi suspensa devido ao recurso apresentado pelos advogados do ex-diretor, no dia 6 do mesmo mês.

CONTINUA

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESTRATÉGIA

Polícia Federal já prepara esquema para buscar o mensaleiro

A Polícia Federal (PF) brasileira já está com esquema montado na Itália para viabilizar a extradição do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. Assim que o Ministério da Justiça da Itália fixar a data para a extradição, o governo brasileiro terá o prazo de vinte dias para trazê-lo ao Brasil. A PF acredita que não será necessário todo esse tempo e que o retorno do ex-diretor do Banco do Brasil.

Voo de carreira

Pizzolato voltará ao país num voo de carreira, acompanhado de vários agentes federais. O governo brasileiro não trabalha com uma data para que a extradição ocorra, pois ainda há recursos para serem julgados.

A deputada ítalo-brasileira no parlamento italiano, Renata Bueno, estima que isso levará meses. Ex-vereadora de Curitiba, Renata é filha do líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR).

Em nota, divulgada pelo PPS, Renata afirmou que é provável que Pizzolato recorra ainda à Corte de Direitos Humanos da União Europeia, além das instâncias da Itália.

» LAVAGEM DE DINHEIRO

Banco HSBC paga US\$ 43 milhões para arquivar Swissleaks

! Sem admitir culpa, o HSBC vai pagar às autoridades de Genebra US\$ 43 milhões para encerrar uma investigação sobre supostos crimes de lavagem de dinheiro. Pelo acordo, nenhum processo criminal seria aberto e ninguém será preso. O valor acertado é equivalente a 0,4% do valor de mercado do banco.

Em fevereiro, a Justiça suíça abriu uma investigação por lavagem de dinheiro contra o banco HSBC e policiais fizeram uma operação de busca e apreensão na sede e em diversos escritórios da instituição em Genebra. O processo foi aberto depois que uma rede de jornais revelou que o banco havia ajudado 100 mil clientes de todo o mundo a abrir contas na Suíça e fugir do controle de seus países.

Mais de 8,7 mil contas têm uma relação com clientes brasileiros, entre eles ex-funcionários da Petrobras. Em fevereiro, a polícia de Genebra indicou que fez uma operação de busca e apreensão no banco para coletar dados, computador e documentos. A acusação era de "lavagem de dinheiro agravado".

O procurador-geral de Genebra, Olivier Jornot, explicou que as investigações apontaram para um "déficit organizacional na luta contra a lavagem de dinheiro". Quatro denúncias foram apresentadas e o MP local

conseguiu avançar em duas delas. Mas um acordo foi estabelecido.

"Chegamos a um entendimento com o banco. A cifra foi calculada com base nos benefícios indevidos pelas operações julgadas mais litigiosas", disse Jornot, indicando que o valor da multa é "o maior da história" em Genebra.

STJ quebra sigilos telefônicos de Pezão e Cabral

! O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou na quarta-feira (3) a quebra de sigilo telefônico do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e também do ex-governador do estado Sérgio Cabral, ambos do PMDB. No mesmo pedido foi autorizada ainda a quebra e sigilo de Régis Fichtner, ex-chefe da Casa Civil do Rio na gestão de Cabral, e de representantes de empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato.

O pedido de quebra de sigilo foi enviado à corte pela Polícia Federal (PF) e autorizado pelo ministro Luis Felipe Salomão, relator da Lava Jato no STJ. A Procuradoria-Geral da República também deu parecer favorável à ação.

De acordo com a Procuradoria, Cabral e Pezão agiram juntos, com a contribuição de Fichtner, para receber R\$ 30 milhões de empresas contratadas pela Petrobras para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O dinheiro teria sido destinado para a campanha de Cabral e Pezão aos cargos de governador e vice, respectivamente, em 2010.

Em nota, Pezão disse estar à disposição da Justiça e afirmou que respeita a decisão. Cabral afirmou que reitera "o seu repúdio e a sua indignação às mentiras ditas pelo delator [da Lava Jato] Paulo Roberto Costa". Fichtner, por sua vez, minimizou a decisão do tribunal.

05 JUN 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Com honras

Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde junho de 2013 e morador de Curitiba há muitos anos, o desembargador federal Tadaaqui Hirose foi homenageado, semana passada, pela Câmara Municipal de Arapongas, cidade onde iniciou a carreira. O título de Cidadão Honorário foi indicado pelo vereador Aroldo Cesar Pagan. A sessão solene, no Teatro Oduvaldo Vianna Filho, teve a presença de diversas autoridades do município e lotou o auditório, demonstrando o prestígio de Hirose.



Completando 70 anos em breve, o desembargador vai se aposentar.



O desembargador Tadaaqui Hirose recebeu o título de Cidadão Honorário de Arapongas do vereador Aroldo Cesar Pagan.

06 JUN 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Tortura

A 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Fazenda Pública daquele estado a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 200 mil em razão de tortura e perseguição política durante o período da ditadura militar. O TJ acolheu ação dos advogados de Maria Diva de Faria, presa pelos órgãos de segurança em setembro de 1973. As informações foram divulgadas no site do TJ de São Paulo. De acordo com a decisão, Maria Diva “permaneceu presa por longo período e foi torturada inúmeras vezes na tentativa de ser compelida a revelar fatos e delatar pessoas”.

Carro novo

O Superior Tribunal Militar (STM) anunciou que vai gastar R\$ 1,5 milhão com a compra de novos carros. Serão 17 Ford Fusion ao custo unitário de R\$ 116 mil. Os carros terão câmbio automático, revestimento de couro e substituirão carros de 2009. O site da ONG Contas Abertas lembra que a compra é feita no mesmo momento em que o Executivo está proibido de comprar carros por uma portaria que limita gastos com custeio. Parece que o Judiciário não pretende participar com o mesmo empenho do “ajuste fiscal”.

Carro velho

Já o Tribunal de Justiça do Paraná vende carros “inservíveis” em leilão público no próximo dia 18. Serão 68 carros vendidos pelo melhor preço oferecido. O edital está disponível em www.tjpr.jus.br

06 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Eleição para reitoria do IFPR é suspensa

Carolina Pompeo

Uma liminar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), expedida na sexta-feira (5), suspendeu o processo eleitoral do Instituto Federal do Paraná (IFPR), realizado no dia 7 de maio, e que elegeu Ezequiel Westphal para a gestão 2016-2019. Westphal é o reitor da instituição desde março, quando a Justiça Federal determinou o afastamento de Irineu Colombo por entender que o mandato havia sido prorrogado indevidamente e era ilegal desde 1.º de maio de 2014. A ação que suspendeu o processo eleitoral no IFPR foi proposta pelo candidato de oposição, Frederico Fonseca.

Nilton Brandão, presidente do Sindiedutec, entidade representante dos servidores, lamentou que o processo tenha sido suspenso, mas destacou que, diante do histórico de irregularidades verificadas e denunciadas administrativa e judicialmente, a decisão era esperada. "Qualquer ação judicial que se pautasse pelos problemas do processo eleitoral reconhecera os danos à comunidade acadêmica", disse.

O Sindiedutec havia denunciado o Conselho Superior do IFPR (Consup) e a Comissão Central por favorecerem Westphal. "Foi o próprio candidato interessado nas eleições a conduzir o processo eleitoral. O conflito de interesses é evidente; a comissão eleitoral estava sujeita ao reitor e candidato", explicou.

O período de nove dias para campanha foi apontado como irregular. A Gazeta do Povo procurou a assessoria de imprensa do IFPR, mas não conseguiu contato.

Justiça condena Toyota por usar imagem de ciclista em anúncio

A Justiça condenou a montadora de automóveis Toyota a pagar R\$ 15 mil de indenização a um ciclista que teve sua imagem exposta em uma propaganda da marca sem autorização. A foto de André Pasqualini foi tirada em 2012 quando ele e colegas apreciavam a vista em um mirante na rota Márcia Prado, na Serra do Mar. O grupo pedalava até chegar a Santos. "De longe, vi uma pessoa fotografando o carro. Estranhei, mas jamais imaginei que se tratava de uma propaganda. Ele se aproximou, perguntou sobre a estrada e sobre amenidades. Avisei que não era permitido entrar ali com veículo não autorizado", disse Pasqualini. Seis meses depois, várias pessoas começaram a marcar o nome do ciclotivista em uma página chamada "Lexus Amazing", criada em uma rede social para exaltar as vantagens do veículo SUV Lexus RX 350, que custa por volta de R\$ 280 mil. A reportagem tentou ouvir algum representante da Toyota sobre o assunto, mas não obteve êxito.

06 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Redução da maioridade penal gera clima de “vale-tudo” na Câmara

Até agora, nenhum dos dois lados envolvidos na disputa conseguiu garantir maioria. Na briga, PT e PSDB costumaram acordo incomum

Amanda Audi

▮ Sem consenso, a discussão sobre a redução da maioria penal deve pegar fogo a partir desta semana na Câmara Federal. O parecer do relator da comissão que analisa o tema, Laerte Bessa (PR-DF), será entregue na quarta-feira (10), o que dará início ao debate. Aliado do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Bessa não adiantou seu posicionamento, mas defende publicamente a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

Caso a proposta seja aprovada pelos demais integrantes da comissão, ela poderá ser levada a plenário no mesmo dia, em sessão extraordinária. A intenção de Cunha, que foi acusado por deputados de oposição, de atropelar as discussões, é finalizar a análise da matéria até o fim do mês.

O clima de vale-tudo é gerado pelo fato de que, até o momento, nenhum dos dois lados conseguiu garantir maioria dos deputados. Para a proposta passar, são necessários 308 votos, ou 60% da Câmara.

A ideia defendida por Cunha, e que deve ser apresentada pelo relator, é propor a responsabilização criminal de adolescentes de 16 e 17 anos que tiverem cometido qualquer tipo de crime. A tendência, porém, é que a maioria do Congresso opte por uma opção menos radical, que implicaria reduzir a maioria penal apenas para casos de crimes hediondos (latrocínio, homicídio e estupro). A proposta ganha força pela defesa das bancadas evangélica e da “bala”, que reúne egressos das carreiras militar e policial.

PT e PSDB unidos

Mesmo com o acordo incomum que vem sendo costurado entre PT e PSDB para derrubar a proposta de Cunha, na ponta do lápis apenas pouco mais de 200 parlamentares se posicionaram contrários à medida. A questão vai acabar sendo definida pelo posicionamento dos deputados da grande bancada liderada pelo PMDB, que foi liberada para votar.

A terceira via, sugerida pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e com apoio do Palácio do Planalto, é estabelecer punições mais severas para menores que cometam crimes, mas não reduzir a maioria. Alckmin defende o aumento do tempo de detenção de menores infratores, de três para oito anos.

Em uma rede social, Cunha afirmou que a ideia do governador paulista poderá ser votada independentemente da definição sobre a maioria. “A aprovação de uma não exclui a outra”, disse.

Governo

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff também anunciou a criação de um grupo para apresentar opções que não envolvam a mudança na Constituição. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, já afirmou que a aprovação do projeto será um “desserviço” à segurança pública.

CONTINUA

06 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Cunha também defende a realização de um referendo popular sobre o tema durante as eleições municipais de 2016. Ele aproveita a tendência da opinião pública sobre o tema. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em abril mostrou que a maioria da população brasileira (74%) defende a redução da maioridade para qualquer tipo de crime.

A PEC que trata sobre o assunto e que será colocada em votação tramita no Congresso há 22 anos. Por se tratar de uma emenda à Constituição, Dilma não poderá vetar a medida se ela for promulgada pelo Congresso.

A maior parte dos países ditos desenvolvidos adota idade penal menor do que 18 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece como punição máxima três anos de internação até mesmo para jovens que cometem crimes com requinte de crueldade, o que seria uma forma de estimular a prática de infração.

Os jovens são as grandes vítimas de violência no país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê medidas suficientes para sanção dos menores infratores, como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

56% dos deputados do estado são a favor da mudança

A maioria dos deputados do Paraná (56,2%) é a favor da redução da maioridade para 16 anos no caso de crimes hediondos, de acordo com levantamento da **Gazeta do Povo** e do Observatório das Elites Sociais e Políticas do Brasil publicado em fevereiro deste ano. A pesquisa foi realizada com parlamentares do estado desta legislatura entre o fim de 2014 e o início de 2015.

“Alguns dizem que o sistema prisional não tem condições humanas necessárias para acolher a demanda dos menores. Mas acredito que é preciso fazer a mudança e que o Estado tem de oferecer esse sistema adequado”, defende o senador Alvaro Dias (PSDB), que é a favor da redução da maioridade.

Já o deputado Rubens Bueno (PPS), que é contra a mudança, acredita que o embate será difícil. “É muito grande a pressão dele [Eduardo Cunha], das pessoas ligadas ao fundamentalismo. São pessoas que tratam mais da repressão do que em dar um tratamento adequado aos jovens”, diz. “Temos que ter paciência de ir convencendo com ideias, projetos, mostrando no mundo como funciona e como isso [a redução] seria um retrocesso.” (AA)

CONTINUA

A Câmara Federal deve começar a votar a redução da maioria penal de 18 para 16 anos ainda neste mês. Em união incomum, PT e PSDB tentam costurar acordo para obstruir a proposta de Eduardo Cunha (PMDB). Três caminhos devem nortear o debate:

PROPOSTAS

Redução de maioria penal para **16 anos** para **qualquer tipo de crime**

Defendida por:



Eduardo Cunha PMDB-RJ
Presidente da Câmara



74%
da população*

Redução da maioria penal para **16 anos** apenas para **crimes hediondos** (homicídio, latrocínio e estupro).



autoria:
Aloysio Nunes PSDB-SP
Senador



24 de 27
integrantes da
comissão**



56,2%
dos deputados do
Paraná**

Aumento do **tempo de internação** de adolescentes em caso de **crime grave**, de **3** para **8 anos**



autoria:
Geraldo Alckmin PSDB
Governador de São Paulo

*segundo pesquisa Datafolha.
**de acordo com levantamento da Gazeta do Povo e o Observatório das Elites Sociais e Políticas do Brasil.

CALENDÁRIO

10 de junho

Entrega do parecer do relator da comissão que trata da redução da maioria penal na Câmara, deputado Laerte Bessa (PR-DF). Integrante da "bancada da bala" e aliado de Cunha, Bessa deverá propor a redução da maioria de 18 para 16 anos.

Até 17 de junho

O parecer será votado pelos integrantes da comissão. Se for aprovado, seguirá para plenário e pode ser votado até no mesmo dia, em uma sessão extraordinária. Caso seja derrotado, os demais deputados deverão elaborar outro parecer.

Até 17 de julho

A intenção do presidente da Câmara é colocar a PEC 171/93 para votação em plenário antes desta data, que marca o início do recesso de meio de ano.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

DOIS LADOS DA MOEDA

Veja prós e contras envolvendo a maioria penal:

A FAVOR

A maioria da população brasileira é a favor da redução da maioria penal. Segundo pesquisa Datafolha, de abril, 87% dos entrevistados são favoráveis à proposta (entre os que defendem a proposta geral e a que engloba apenas crimes hediondos).

O governo de 16 anos tem condições de votar e exercer a cidadania, por isso poderia também ser preso.

CONTRA

Considerando a má qualidade e a superlotação do sistema prisional, a inserção de jovens nas penitenciárias não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública apontam que jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 1% dos crimes praticados no país, (0,5% considerando apenas homicídios).

308

é o número de votos em cada turno para a PEC ser aprovada

Câmara Senado Senado



Se for aprovada pela Câmara, a PEC passará por duas votações também no Senado

Senado Câmara



Caso os senadores aprovem alguma mudança no texto, a PEC voltará à Câmara

06 JUN 2015

» LAVA JATO

GAZETA DO POVO

Justiça começa a avaliar devolução de R\$ 4,4 bilhões

Ações da área cível, que pedem o ressarcimento de dinheiro desviado, já levaram ao bloqueio preventivo de R\$ 1,1 bilhão, mas julgamento ainda leva tempo

Katna Baran

Em paralelo às ações penais da Operação Lava Jato, correm ao menos cinco denúncias na área cível contra empreiteiras supostamente envolvidas no esquema de desvio de recursos na Petrobras. No último dia 28, a Justiça Federal acatou a primeira dessas ações civis públicas de improbidade administrativa. O Ministério Público Federal (MPF) já conseguiu, porém, o bloqueio preventivo de R\$ 1,1 bilhão para garantir a devolução de valores à estatal.

Ao todo, o MPF pede a devolução de R\$ 4,47 bilhões aos cofres públicos. O maior porcentual do dinheiro se refere ao pedido de indenização por danos morais coletivos por parte das empresas e seus dirigentes: no total, são quase R\$ 3,2 bilhões só por essas solicitações. Além disso, o MPF pede a proibição de as empresas contratarem com o poder público e de receberem benefícios fiscais ou creditícios (veja mais no quadro).

Como aponta o presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público e professor na Escola de Direito da FGV-SP, Carlos Ari Sundfeld, no caso da Lava Jato, mesmo ainda não havendo condenações, as empresas já estão sofrendo impactos significativos. “A mera propositura de ações contra as empresas, nesse caso, gera um grave problema de crédito no mercado”, avalia.

Outro problema enfrentado pelas empresas é a determinação da diretoria da Petrobras de impedir as empresas citadas nas denúncias de participarem de licitações com a estatal. Como aponta Sundfeld, no entanto, esta determinação não encontra respaldo jurídico e poderia ser questionada. “Mas é evidente que nenhuma empresa vai entrar com uma ação contra a Petrobras neste momento”, observa.

Demora

O especialista destaca, porém, que, em ações como essas, a resposta da Justiça geralmente demora a chegar, o que torna mais difícil o ressarcimento do dano em pouco tempo. Como aponta o presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito de Estado (IIEDE), Fábio Medina Osório, outra dificuldade a ser enfrentada pelo MPF nos argumentos da ação

é a responsabilização por danos morais. “Haverá dificuldade na quantificação desse dano”, diz.

Para Sundfeld, mais do que isso, é difícil que a Justiça acate a tese dos danos morais, que é a parte mais substancial do pedido de ressarcimento do MPF. Osório observa ainda que a Lei que trata da improbidade administrativa deve ser usada “com foco, planejamento e unidade institucional”, evitando que se cometam abusos no processo da Lava Jato. “Não se deve tentar punir o mero erro administrativo, inerente à gestão, como ato de improbidade”, diz.

Ambos os especialistas consideram que, mesmo com a previsível demora para o fim dos processos, como se trata de um caso de grande repercussão, a Lava Jato deve gerar mudanças na área de contratações públicas no Brasil. “O caso vai levar as empresas a adotarem e observarem deveres públicos. Apenas empresas que investirem em sustentabilidade ética sobreviverão”, diz Osório.

CONTINUA

06 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Nas ações cíveis da operação Lava Jato, o Ministério Público Federal (MPF) pede quase R\$ 4,5 bilhões de ressarcimento aos cofres públicos. A maior parte desse valor provém de pedidos de condenação por danos morais coletivos.

OPERAÇÃO LAVA JATO

Ações Cíveis de Improbidade Administrativa (Em R\$ milhões)

QUANTO AS EMPRESAS DEVEM PAGAR, SEGUNDO O MPF

ENGEVIX		OAS		GALVÃO ENGENHARIA	
Danos materiais	38,5	Danos materiais	70,6	Danos materiais	75,6
Multa civil	115,5	Multa civil	211,9	Multa civil	226,9
Danos morais	384,9	Danos morais	706,2		
Danos materiais	60,4	Danos materiais	74,8		
Multa civil	181,2	Multa civil	223,7		
Danos morais	60,4	Danos morais	745,6	Danos morais	756,4
CAMARGO CORRÊA E SANKO SIDER		MENDES JÚNIOR			
Total da condenação buscada pelo MPF					
R\$ 4,48 bilhões					

RÉUS

Grupo econômico	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total (R\$ milhões)
OAS	7	3	988,70
Camargo Corrêa + Sanko Sider	5	4	845,40
Mendes Junior	6	2	1.043,90
Galvão Engenharia	5	2	1.059,00
Engevix	5	2	538,90

OUTROS PEDIDOS DE CONDENAÇÃO

Proibição de:

- a) contratar com o poder público;
- b) receber benefícios fiscais;
- c) receber benefícios creditícios.

Fonte: Redação e MPF.
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

06 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Empresas tentam acordo para manter contratos

Fora da esfera jurídica da Lava Jato, as empresas supostamente envolvidas no esquema de corrupção da Petrobras tentam convencer o governo a perdoá-las da culpa pelos danos causados à estatal em troca do pagamento de indenizações. Para tanto, as empreiteiras estão investindo nos acordos de leniência com o governo, por intermédio da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público e professor na Escola de Direito da FGV-SP, Carlos Ari Sundfeld, esses acordos podem ser comparados às delações premiadas já firmadas por réus nos processos penais. "É uma possibilidade de a empresa colaborar em troca de sanções mais leves."

Sundfeld destaca, porém, que, como se trata de uma legislação recente, não há interpretação do Judiciário sobre as consequências dos acordos. "Não se sabe se o acordo terá efeitos nos processos, já que, havendo uma condenação no sentido de proibir a contratação com o poder público, o acordo com o Executivo não vale nada."

Em razão desse problema, como apontou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* desta sexta-feira (5), as empresas denunciadas têm buscado acordos para pagar integralmente as indenizações em troca do perdão por parte do poder público. Na proposta, o negociador dos acordos também muda: as empreiteiras querem transferir essa responsabilidade para a Advocacia-Geral da União (AGU).

As empresas alegam que a proposta é uma saída para garantir a "atividade econômica" do setor, já que uma proibição de contratar com o poder público poderia levar as empresas à falência. (KB)

GAZETA DO POVO

Pizzolato de

volta para casa

06 JUN 2015

Será alentador ver o único dos mensaleiros condenados pelo STF que ainda não foi levado ao cumprimento da pena atrás das grades no Brasil

A decisão final da Justiça italiana de extraditar o mensaleiro Henrique Pizzolato, tomada na quinta-feira (4), tem significado mais importante do que pode imaginar a vã filosofia: foi uma lição que o Brasil recebeu sobre como respeitar tratados quando diante de casos em que se requer que cidadãos condenados por crimes cometidos em seus países de origem neles cumpram a pena. Exatamente como no caso de Pizzolato, o ex-diretor do Banco do Brasil incluído entre os membros da quadrilha de mensaleiros condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, no histórico julgamento relatado e presidido pelo ex-ministro Joaquim Barbosa.

Do mesmo modo não procedeu o Brasil em 2010 quando solicitado a extraditar para a Itália o homicida Cesare Battisti. Mesmo após entendimento favorável do STF à extradição, por decisão do então presidente Lula em seu último dia de mandato, foi dada a Battisti a condição de refúgio político, evitando assim seu envio ao seu país natal. Já o Ministério da Justiça da Itália no caso Pizzolato preferiu respeitar à risca o acordo bilateral de extradição com Brasil. Na decisão, a corte levou em conta que, mesmo possuindo cidadania italiana, Pizzolato não é um cidadão com residência fixa na Itália, ou seja, não tem vínculo com o país a não ser de origem.

Condenado a 12 anos e 7 meses de prisão por ter se utilizado do cargo para alimentar o mensalão com R\$ 74 milhões nos anos de 2003 e 2004 e se apropriar de propina pessoal de R\$ 336 mil, Henrique Pizzolato serviu-se de passaporte falso para fugir para a Itália, onde imaginava estar a salvo em razão da dupla cidadania. Descoberto em fevereiro de 2013 em seu esconderijo em Maranello, Norte da Itália, acabou preso pelas autoridades locais para responder, entre outros crimes, por falsidade ideológica. Enquanto isso, os juízes decidiam sobre a legalidade do pedido de extradição feito pelo Brasil.

Após inúmeras apelações do réu e correspondentes recursos brasileiros, a Justiça da Itália por fim confirmou, a extradição de Pizzolato — com a única condição de que ele cumpra sua pena em condições dignas, isto é, sem se misturar aos presos comuns que habitam o Presídio da Papuda, em Brasília. Os advogados do brasileiro ainda ensaiavam um novo recurso, desta feita ao Conselho de Estado italiano, providência que desde logo foi considerada incabível pelo Judiciário do país.

Deu-se, deste modo, o penúltimo capítulo da saga que envolveu Henrique Pizzolato, militante petista que construiu sua carreira política no Paraná. Além de presidir no estado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT, concorreu por três vezes a eleições majoritárias — uma a vice-prefeito do município de Toledo, uma a governador em 1990 e a última a vice-governador no pleito de 1994, na chapa liderada por Jorge Samek, atual presidente da Itaipu Binacional.

Pelos serviços prestados ao partido, em 2003 foi guindado pelo então presidente Lula à diretoria de marketing do Banco do Brasil, a partir do que — segundo os inquéritos que instruíram a Ação Penal 470 — pode transferir dinheiro público para contas do publicitário Marcos Valério, principal operador do mensalão e condenado a mais de 40 anos de prisão, juntamente com outros 23 réus envolvidos na compra de parlamentares para garantir a maioria da base do governo federal.

Nos próximos dias deveremos assistir ao último capítulo desta novela, ou seja, a viagem de volta de Pizzolato da Itália para o Brasil para cumprir a condenação, que, provavelmente, será acrescida de penas complementares decorrentes da fuga e da perda de benefícios de progressão. Benefícios dos quais, aliás, já se valeu a maioria dos mais notórios participantes do esquema — dentre eles o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares, que já alcançaram o privilégio de poderem trabalhar fora e de não passarem o dia recolhidos à Papuda. De qualquer modo, será alentador ver o único dos mensaleiros condenados pelo STF que ainda não foi levado ao cumprimento da pena atrás das grades.

GAZETA DO POVO

Hora de acabar com a greve

07 JUN 2015

A APP Sindicato já conseguiu mais do que as finanças do estado permitem e não há mais clima para prolongar a paralisação

Diante de qualquer impasse, só é possível chegar a uma solução se as partes envolvidas possuem boa vontade em resolvê-lo e aceitam dialogar para encontrar a melhor saída para todos. Quando essa disposição positiva dá lugar a resistências desmedidas ou à mera teimosia, o que se vê é a criação de um monstro cada dia maior e mais difícil de ser exterminado. Algo similar acontece com a greve na rede estadual de ensino, cuja soma de dias sem aula aproxima-se de 70, e que assumiu proporções de uma guerra declarada entre governo estadual e o sindicato dos professores. O que ambos os lados parece não ter percebido é que, independentemente do resultado, não haverá vencedores e a grande vítima, mais uma vez, será a população paranaense.

A última proposta feita à APP Sindicato é pagar 3,45% (referente à inflação de maio a dezembro de 2014) em uma única parcela em outubro deste ano, repor a inflação medida pelo IPCA em janeiro dos anos de 2015, 2016 e 2017 e conceder 1% de aumento real em 2017 para compensar os meses não pagos em 2015. Os professores vão fazer uma assembleia na terça-feira (9) para decidir se aceitam a proposta ou se mantêm a greve. Além do reajuste de 8,17%, eles reivindicam que o governo não desconte os dias parados e retire os processos judiciais contra o sindicato. No dia 2 de junho, a Justiça negou o recurso da APP contra decisão anterior que tinha declarado a greve ilegal e estabeleceu multa diária ao sindicato de R\$ 40 mil. Ainda assim, os professores não voltaram ao trabalho, alegando que a partir de 1989, com a aprovação da Lei 7.783, que dispõe sobre o direito de greve, “nenhuma greve pode ser considerada ilegal”, o que, obviamente, não é verdade. Há casos em que greves são, sim, abusivas, e podem ser questionadas legalmente.

Mesmo sendo compreensível o funcionalismo querer assegurar a reposição do índice de inflação, que foi de 8,17% nos últimos 12 meses, é preciso ter um pouco de razoabilidade e aceitar o óbvio. É notório que o governo estadual não dispõe de recursos suficientes para atender essa demanda. O problema de caixa, é preciso frisar, é decorrência de décadas de má gestão pública e não vai ser resolvido com algumas poucas medidas, como fez crer o governador Beto Richa em artigo publicado na *Gazeta do Povo* em 31 de maio, ao afirmar que o “momento mais duro do ajuste do Paraná está terminado”. Ainda há muito a ser feito para que as contas do estado encontrem um equilíbrio duradouro.

Só neste ano, calcula-se que o déficit nas contas estaduais seja maior que R\$ 2,2 bilhões, e esse valor não inclui qualquer reajuste ao funcionalismo. Se fosse concedido o reajuste de 8,17%, esse déficit aumentaria para R\$ 3,6 bilhões, e provavelmente faria o estado ultrapassar o limite prudencial de gastos com pessoal, que é de 46,55% da receita corrente líquida, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Cabe lembrar que a LRF impõe várias restrições ao estado quando os gastos com pessoal superam o limite, como o impedimento de admitir servidores, conceder reajuste, criar novos cargos ou funções. Além disso, o governante fica sujeito às sanções previstas na Lei da Improbidade Administrativa e o estado é impedido de receber transferências por convênio e contratar operações de crédito, como empréstimos. Por isso, mesmo a proposta inicial do governo, de conceder 5% de aumento aos servidores — que causaria uma despesa extra de R\$ 550 milhões anuais —, já poderia ser considerada temerária.

Em artigo publicado na *Gazeta do Povo* em 28 de maio, o presidente do Núcleo Sindical da APP Curitiba Norte, Boanerges Zulmires Elias Neto, escreveu que os professores não podem “pagar por uma crise política, ética e financeira criada pelo próprio governo”. Na verdade, quem vai pagar — e já está pagando — é a população paranaense. Com quase 70 dias sem aula somando os dois períodos de paralisação dos professores, o ano letivo já foi seriamente comprometido. Por mais que todas as aulas perdidas sejam repostas — o que fará o calendário escolar de 2015 avançar até 2016 —, os estudantes das escolas públicas paranaenses não conseguirão recuperar os conteúdos antes da prova do Enem 2015, marcada para outubro. Em comparação com alunos de escolas públicas de estados sem greve ou de escolas privadas, estarão em desvantagem.

E não serão apenas os estudantes que pagarão a conta. Na verdade, cada paranaense, incluindo grevistas e integrantes do Executivo, arcarão com as consequências. O agravamento do déficit e as possíveis restrições da LRF caso se ultrapasse o limite de gastos com pessoal tornarão a administração do estado ainda mais problemática. O comprometimento das finanças também poderá levar ao estrangulamento de investimentos em obras e programas para alavancar o desenvolvimento paranaense. Poderemos viver décadas de imobilidade e estagnação.

Não há mais clima para prolongar a greve. A APP Sindicato já conseguiu mais do que as finanças do estado permitem, os paranaenses terão uma longa conta a pagar e a governabilidade do estado já foi seriamente comprometida. É hora de encerrar a paralisação e retomar as aulas.

MARCELO ANDRIOTTI

Os jovens e a violência: vítimas ou vilões?

A cada dia vemos crescer em nossas cidades as estatísticas de jovens envolvidos em situações de violência. Nos últimos casos que chocaram a opinião pública, os agressores tinham menos de 29 anos e usaram em seus atos armas brancas, tão letais quanto as conhecidas armas de fogo.

Basear o julgamento sobre a violência cometida por jovens no que ocorre atualmente no Rio de Janeiro — e em muitas outras cidades do Brasil — é, no mínimo, simplista de nossa parte e acaba eximindo a todos de uma ação realmente eficaz para a mudança de nossa realidade.

Os jovens são, sim, vítimas, pois há décadas o Estado priva a maior parte da população do acesso à saúde, educação, cultura, saneamento básico e outros itens fundamentais à formação de um cidadão de excelência. Noções de valores como respeito, educação, cordialidade, entre outras, há muito tempo foram esquecidas ou menosprezadas. As cidades foram segmentadas entre os que têm e os que não têm direito a itens fundamentais para um desenvolvimento pleno e sadio. Foram divididas entre os que podiam tudo e os que não podiam nada. Tudo de melhor estava em uma parte da cidade e o restante ficava com o que sobrava. Quem tinha tudo esqueceu que a outra parte da população crescia e, mesmo sem uma educação de qualidade, começava a ter noções do que ocorria no resto do mundo graças à globalização e a difusão das informações. Começaram a querer essas coisas também. E, se não podiam tê-las pelas maneiras tradicionais, o fariam de alguma outra forma. Dariam um “jeito”, mesmo errado. Enquanto uns baseavam o seu ser naquilo que tinham, outros o fizeram através do poder, pela força bruta.

Podemos pensar que são também vilões se lembrarmos que mesmo com tanta informação, bolsas, vagas gratuitas, cursos, um jovem escolhe ficar nas ruas assaltando, roubando e matando. Se há tantos exemplos de pessoas vencedoras que nasceram e cresceram em uma realidade de violência diária, escolher entre a ilusão de poder de chefiar um grupo em sua comunidade através da violência ou crescer na vida com esforço e trabalho parece uma decisão simples.

É para quem nasceu com segurança, teve uma educação formal razoável e uma estrutura psicológica e familiar sólida. Porém, para quem cresceu e vive em total insegurança, em locais onde se dorme e acorda ao som de tiros, estuda — isso quando o professor consegue chegar até a escola — muitas vezes abaixado ou deitado no chão para se proteger de bala perdida, tem de esperar horas para ter acesso a tratamento médico e é humilhado por atendentes, seguranças e enfermeiros, no limite de suas condições humanas por causa do estresse, entre outras diversas questões, é difícil tomar a decisão mais correta e as escolhas feitas nem sempre são as melhores.

Hoje temos diversas bolsas de auxílio para os jovens. Em cada comunidade há dezenas de projetos sociais que prometem mudar a vida das pessoas. Vende-se uma falsa ideia de que quem mora em uma favela tem direito a coisas que a classe média não tem.

Claro, há, sim, dezenas de oportunidades para qualquer indivíduo, seja ele de onde for. Porém, nem todos cresceram em um ambiente que mostrasse o valor disso. Muitos cresceram ouvindo promessas e experimentando atividades que iniciavam e não acabavam, acostumaram-se a cursos e aulas dadas de qualquer maneira, sem despertar o real interesse dos alunos.

Quando aprendermos a tratar a todos da mesma forma teremos uma sociedade mais justa e igualitária. Com justiça e igualdade acontecendo aí, sim, poderemos tentar descobrir quem é vilão e quem é vítima.

07 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Por um mapa LGBT nas cadeias do Paraná

Projeto do governo estadual estuda as condições da população transexual e homossexual no sistema prisional, na busca por garantir saúde e segurança

Rodrigo Batista

O Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) deve concluir no segundo semestre de 2015 um mapeamento sobre a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) nos presídios do estado. O objetivo é quantificar e analisar a saúde dessa população.

De acordo com a agente penitenciária Renata Torres, uma das representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) na

elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas de Proteção e Defesa dos Direitos LGBT do Paraná, um dos principais focos é chegar às transexuais e lésbicas que compõem a população carcerária do estado. “Sabemos também que há um grande número de presas na carceragem feminina em relacionamentos, além de casais de homens que constituíram relacionamento”, explica. Com o levantamento, será possível traçar um perfil epidemiológico dessa população, avalia Renata.

Plano estadual

Lançado em 2013, o Plano Estadual LGBT prevê metas a serem concretizadas até o fim de 2015. Em janeiro deste ano, a *Gazeta do Povo* fez um levantamento e constatou que, de 32 ações previstas, somente 11 haviam sido concretizadas; dez estavam em andamento e outras 11 não tinham sido cumpridas ainda.

A Sesp monta um grupo de trabalho com represen-

tantes de movimentos LGBT e órgãos da polícia para concretizar as ações. Outro objetivo é estimular a humanização das abordagens aos homossexuais em contato com membros do Depen, segundo Renata.

Doação de sangue

Está previsto no plano que a Secretaria de Saúde discuta a revisão de critérios de doação de sangue por homossexuais, por exemplo. Isso depende de mudanças por parte do Ministério da Saúde. A portaria n.º 2.712, de 2013, considera inapto à doação de sangue por 12 meses “homens que tiveram relações sexuais com outros homens”.

Em nota, a pasta informou que segue parâmetros internacionais e se respalda em portarias. Ao mesmo tempo volta a afirmar que, por questões de controle de qualidade do sangue, “define os critérios para situações de risco”, lembrado o caso de homens que tiveram relações com outros homens.

CONTINUA

07 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Violação a direitos nos presídios tem longo histórico, diz analista

☞ A presidente da comissão de diversidade sexual da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Ana Carta Harmatiuk Matos, diz que historicamente são muitos os casos que a OAB-PR recebe denúncias de violação de direitos humanos da população LGBT em presídios e carceragens de delegacias no estado. "São casos em que as transexuais não têm acesso a visita íntima, e que pedem para ficar em celas femininas, conforme sua identidade de gênero", ilustra.

Nos últimos meses, entretanto, Ana diz que a comissão não tem recebido novas denúncias. Mesmo assim, em alguns casos as situações que envolvem abordagens a travestis e transexuais ainda necessita de atenção por parte do órgão. "De uma forma geral, a abordagem a esse grupo ainda ocorre de forma muito agressiva", comenta.

Dentro das celas, segundo Ana, quando não são respeitados direitos da detenta transexual ou travesti de ficar em cela separada ou junto com as mulheres, podem acontecer casos de estupro e violência. "Às vezes, algumas se submetem por questão de sobrevivência. Outras até voltam a se masculinizar por causa disso, o que é uma agressão a personalidade delas", explica. **(RB)**

Educação e Justiça dizem que metas estão em andamento

☞ A **Gazeta do Povo** voltou a procurar as secretarias de Educação (Seed) e Justiça (Seju) para saber sobre o andamento das metas estabelecidas para cada uma das pastas no Plano Estadual LGBT. Segundo a Seed, todas as metas estão em andamento, como a criação de materiais didático sobre diversidade sexual; abordagem do respeito à identidade de gênero de travestis e transexuais em eventos promovidos pela secretaria; promoção de estudos e pesquisas relacionadas a temática LGBT; e participação da comunidade LGBT na abordagem de políticas públicas. Por parte da Secretaria de Justiça, tramita na pasta a minuta de um decreto para criação do Conselho LGBT; houve criação da Divisão de Políticas para LGBT; foi elaborado um plano de trabalho para formação de agentes penitenciário com foco em direitos humanos; as denúncias de violação de direitos humanos para LGBT são recebidas e acompanhadas pela Seju; uma minuta de Resolução sobre atenção à população LGBT no sistema penitenciário; em 2014, uma minuta de decreto para a utilização do nome social na administração pública foi elaborada e tramita.

07 JUN 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Majoridade penal

O presidente da Câmara dos Deputados garante que colocará em votação, ainda neste mês, o polêmico projeto que reduz a maioridade penal dos 18 para 16 anos. Existem bons argumentos tanto pela aprovação como pela rejeição da diminuição da maioridade. Isso demonstra que o problema principal não reside simplesmente nessa barreira etária. Se baixar a inimputabilidade para os 16 anos, o fenômeno hoje registrado com os jovens de 16 e 17 anos, se dará com os de 14 e 15, caso outras medidas não sejam adotadas para protegê-los e encaminhá-los. Precisamos mais do que punir o indivíduo que desvia o seu comportamento. É necessário criar condições objetivas para ele não sair do bom caminho. Os parlamentares precisam estar cientes de que não estarão resolvendo a criminalidade no país com a simples mudança da idade penal. Pode ser o começo da solução, mas não pode ficar só nisso.

Dirceu Cardoso Gonçalves, tenente e dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo

07 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA ELEITORAL

Youssef fala em ação para cassar Dilma

Katna Baran

Está marcado para a próxima terça-feira (9), na sede da Justiça Federal, em Curitiba, o depoimento do doleiro Alberto Youssef na ação que pede a cassação da presidente Dilma Rousseff (PT) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele é a segunda testemunha a ser chamada nesse processo, aberto no final do ano passado pelo PSDB. O primeiro a depor foi o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Na ação, que data da diplomação da presidente, em 18 de dezembro, o PSDB denuncia que os gastos realizados na campanha da presidente em 2014 contariam com “doações oficiais de empreiteiras contratadas pela Petrobras como parte de distribuição de propinas”.

De acordo com despacho do corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro João Otávio de Noronha, o objetivo dos depoimentos é questionar se houve propina direcionada à campanha eleitoral. Ainda conforme o documento, a ação “examina a suposta obtenção de recursos de forma ilícita de empresas prestadoras de serviço à Petrobras, repassados aos partidos integrantes da coligação formada em apoio dos candidatos representados e vertidos para a campanha eleitoral”.

08 JUN 2015

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Diga sim

"A cada cinco minutos uma mulher é agredida, e a cada duas horas uma mulher é assassinada em nosso país. Há 30 anos esse número só cresce". É com essa frase de efeito que a atriz Letícia Sabatella faz um apelo: "Diga sim aos direitos huma-



nos no Brasil". O texto é de um vídeo recém-lançado e que integra a campanha de arrecadação do Fundo Brasil de Direitos Humanos. A entidade apoia financeiramente entidades de todo o país, eleitas por edital. Entre elas a Ciranda, que trabalha com direitos da infância e adolescência no estado do Paraná. Para ajudar, acesse <http://digasim.org.br/>.

COLUNA DO LEITOR

Maioridade penal

Temendo mais uma derrota no Congresso, o Planalto já articula uma contraofensiva para impedir a aprovação da redução da idade de imputabilidade penal para 16 anos (**Gazeta**, 4/6). Segundo o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, o governo "não acredita que a redução da maioridade vá reduzir a criminalidade no país". Devo concordar com o ministro. De fato, a redução não irá operar o milagre da diminuição da criminalidade no Brasil. Para isso, o governo teria que vigiar melhor nossas fronteiras e rever o sistema de penas, por exemplo. O governo do PT não vai mexer uma palha nesse sentido, pois a legenda assegura que o adolescente em conflito com a lei é produto da injusta "sociedade capitalista".

Silvio Natal, São Paulo - SP

08 JUN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS



O presidente do TJ reuniu-se com deputados da CPI

TJ vai estudar criação de Vara contra o Crime Organizado

Em reunião com integrantes da CPI dos Caixas Eletrônicos, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, manifestou apoio à sugestão dos deputados de criar uma Vara Especializada no Combate ao Crime Organizado. "Vamos requisitar estudos ao corpo técnico do Tribunal para verificar se todos os requisitos necessários para a criação da Vara estão contemplados. Mas minha manifestação de apoio é total. Prometo um estu-

do completo e rápido", disse Vasconcelos.

A criação de uma Vara Especializada no Combate ao Crime Organizado foi objeto de um ofício encaminhado ao TJ pelo deputado Francischini em seus primeiros dias de mandato. "A Vara atenderia crimes que envolvam quadrilhas de criminosos que agem de forma organizada, como ocorre com os ataques aos caixas eletrônicos, além de atuar nos processos de crimes financeiros e contra a administração pública", explicou Francischini. ●

04 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

STJ quebra sigilos de Pezão e Cabral

Corte autoriza abertura de dados telefônicos do governador do Rio e do ex-governador; investigados na Lava Jato, eles negam envolvimento

Talita Fernandes

Beatriz Bulla | BRASÍLIA

Luciana Nunes Leal | RIO

O Superior Tribunal de Justiça autorizou ontem a quebra de sigilo telefônico do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão e também do ex-governador do Estado, Sérgio Cabral, ambos do PMDB. No mesmo pedido foi autorizada ainda a quebra e sigilo de Régis Fichtner, ex-chefe da Casa Civil do Rio na gestão de Cabral, e de representantes de empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato.

O pedido de quebra de sigilo foi enviado à corte pela Polícia Federal e autorizado pelo ministro Luís Felipe Salomão, relator da Lava Jato no STJ. A Procuradoria-Geral da República também deu parecer favorável à ação. A autorização dada pelo ministro é para que sejam revelados registros telefônicos dos investigados referentes ao período que antecedeu a campanha de 2010.

A Procuradoria apura se os investigados cometeram os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Os três são alvo de inquérito da Lava Jato que tramita no Superior Tribunal de Justiça, aberto em março deste ano a pedido do Ministério Público Federal. De acordo com a Procuradoria, Cabral e Pezão agiram juntos, com a contribuição de Fichtner, para receber R\$ 30 milhões de empresas contratadas pela Petrobrás para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O dinheiro teria sido destinado para a campanha de Cabral e Pezão aos car-

À disposição

“Já havia me colocado à disposição da Justiça, e assim permaneço. Reafirmo que a acusação é falsa. Meus sigilos estão à disposição. Minha declaração de bens é pública e está disponível”

Luiz Fernando Pezão (PMDB)

GOVERNADOR DO RIO

gos de governador e vice, respectivamente, do Estado do Rio de Janeiro, em 2010.

Em um mesmo inquérito do STJ Cabral, Pezão e Régis Fichtner são investigados por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O Ministério Público Federal suspeita que o recebimento da propina teria ocorrido por meio do ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa, um dos delatores da Lava Jato. No STJ existe ainda um outro inquérito que investiga o suposto envolvimento do governador do Acre, Tião Viana (PT-AC) no esquema de corrupção. Não houve até o momento quebra de sigilo telefônico no inquérito de Viana.

Empreiteiras. O pedido apresentado pela Polícia Federal envolve também representantes de empreiteiras investigadas no caso. No momento de abertura de inquérito, em março, o Ministério Público havia pedido que executivos das empresas Skanska, OAS, UTC, Alusa, Techint e Odebrecht prestassem esclarecimentos.

Os investigados têm negado qualquer envolvimento com os desvios apurados na Petrobrás pela Operação Lava Jato.

Defesas. Em nota divulgada no início da noite de ontem, Pezão disse estar à disposição da Justiça e afirmou que respeita a decisão do STJ. “Eu já havia me colocado à disposição da Justiça, e assim permaneço. E reafirmo que a acusação é falsa e essa conversa nunca existiu. Meus sigilos telefônico e bancário estão à disposição. Minha declaração de bens é pública e também está disponível”, declarou o governador fluminense.

O ex-secretário da Casa Civil do Rio, Régis Fichtner, minimizou a decisão do tribunal. “Diante das inverdades ditas pelo delator Paulo Roberto Costa, cabe à Justiça investigar os fatos. A quebra de sigilo telefônico, diante disso, é natural e servirá apenas para demonstrar que jamais falei com ele ao telefone sobre qualquer assunto”, afirmou também por meio de nota.

Em outro comunicado encaminhado à imprensa, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral disse que “respeita o processo judicial” e reitera “o seu repúdio e a sua indignação às mentiras ditas pelo delator (da Lava Jato) Paulo Roberto Costa”.

04 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz perde cargo após livrar 50 jovens em mutirão

Defensor da liberdade para menores infratores, o desembargador Siro Darlan perdeu o cargo de coordenador das Comissões Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e da Estadual de Adoção Internacional. A decisão foi do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Luiz Fernando de Carvalho.

Em carta a Darlan, o presidente informa que a dispensa ocorreu pela "conduta reveladora de incompatibilidade" do desembargador "com a orientação, pensamento e filosofia de trabalho da administração". Em nota, o TJ informou que "houve reclamações de juizes" que atuam com menores sobre "tentativas de interferência no trabalho deles".

"Mexi com vários formigueiros", disse Siro Darlan, que protagonizou polêmicas recentes sobre o assunto. Na principal delas, criou mutirão de audiências para reavaliar processos de menores infratores. Parte dos cerca de 50 libertados estava detida sob a acusação de prática de crimes graves, como homicídios e, um deles, o estupro da própria bisavó. O Ministério Público se manifestou contra as libertações. /

CLARISSA THOMÉ

04 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Kiss: Justiça condena 2 e absolve 6 réus

Processo apura responsabilidade de bombeiros
na concessão de alvarás; 242 morreram na boate

Lucas Azevedo

ESPECIAL PARA O ESTADO
PORTO ALEGRE

Um conselho especial, composto por uma juíza civil e quatro juízes militares, inocentou ontem seis réus e condenou dois no processo militar que apurou a responsabilidade de bombeiros na concessão de alvarás à boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Os documentos foram concedidos, embora o estabelecimento não estivesse dentro das normas exigidas. Um incêndio no local, em 27 de janeiro de 2013, deixou 242 mortos e 630 feridos.

Após dois dias de julgamento, apenas o tenente-coronel da reserva Moisés Fuchs e o capitão Alex da Rocha Camillo foram condenados a um ano de prisão por inserção de declaração falsa. Ambos foram responsabilizados pela assinatura e emissão do segundo alvará, que autorizou a Kiss a funcionar. Ainda na manhã de ontem, o Ministério Público havia pedido a absolvição de cinco bombeiros.

Ogier de Vargas Rosado, pai de Vinicius Rosado, de 22 anos, uma das vítimas da tragédia, lamentou a decisão. "Tínhamos a ideia de que isso iria acontecer. O processo começou errado. Em um País como o nosso, em que temos um Código Penal arcaico, se não houver provas muito contundentes, ninguém vai para a cadeia", afirmou.

O tenente-coronel Fuchs também foi condenado por prevaricação – quando um funcionário público comete crime –, mas teve a pena suspensa. Já o

tenente-coronel da reserva Daniel da Silva Adriano, então comandante da Seção de Prevenção a Incêndio de Santa Maria, foi absolvido por falsidade ideológica. Os advogados dos dois condenados afirmaram que vão recorrer da decisão.

Réus. Os outros bombeiros – os soldados Gilson Martins Dias, Marcos Vinicius Lopes Bastide e Vagner Guimarães Coelho, o sargento Renan Severo Berleze, e o tenente da reserva Sérgio Roberto Oliveira de Andrades – foram absolvidos a pedido do Ministério Público. Segundo o promotor Joel Dutra, a responsabilidade era de seus superiores, que os teriam induzido ao erro. "A norma não era clara, dava margem a interpretação", argumentou.

"Deixei a parte emocional de lado faz tempo. Por isso, se analisar pela parte técnica, não haveria por que imputar culpa aos bombeiros. Mas o mesmo deve ocorrer no processo criminal. Não acredito que os quatro principais réus sejam condenados a mais de três anos de prisão. E isso é muito pouco para o tamanho da tragédia", diz Rosado.

O processo criminal contra oito réus se arrasta na Justiça. Ainda em fase de audiências com testemunhas, o julgamento deve ficar para 2016. Nele serão julgadas quatro pessoas por homicídio doloso (com intenção de matar) e tentativa de homicídio, e quatro por falso testemunho e fraude processual.

Os quatro principais réus são os sócios da boate Kiss, Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, e

os dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão. Todos estão em liberdade desde maio de 2013.

A investigação policial que apurou as causas do incêndio na época mostrou que, durante um show pirotécnico da banda Gurizada Fandangueira, uma faísca atingiu o revestimento de espuma do teto. A fumaça tóxica matou a maioria das vítimas por asfixia.

04 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz reconhece atraso de obra por causa de greves

Liminar obtida pela usina Santo Antônio determina que Aneel leve em conta problemas ocorridos durante paralisações

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

A usina Santo Antônio Energia conseguiu uma liminar junto à 1ª Vara de Justiça Federal de Rondônia para não ter de arcar com os valores de energia decorrentes de atrasos nas suas obras em razão de greves de funcionários.

No fim de abril, a hidrelétrica alegou que os episódios também resultaram em vandalismos que afetaram em 63,61 dias o cronograma do empreendimento, mas a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não concedeu nenhum dia de perdão ao consórcio.

Já a decisão do juiz federal Dimis da Costa Braga reconheceu que 56 dias de atraso ocorreram de fato por motivos de força maior, determinando que a Aneel conceda a chamada “excludente de responsabilidade” para esse período, referente a greves ocorridas em 2011, 2012 e 2013.

“Considerando as proporções tomadas, a quantidade de

o Prejuízo
R\$ 2 bilhões

foi o prejuízo registrado pela Santo Antônio em 2014.

Empresa alega que pode ter novas perdas de R\$ 1 bilhão se não houver perdão para os dias em que ficou paralisada

empregados envolvidos, a violência empregada e a impossibilidade de controle pelas forças policiais locais, identifique a presença do requisito da inevitabilidade”, justificou o juiz Braga, na decisão proferida no dia 15 de maio.

O juiz federal destacou ainda que o tratamento é similar ao já concedido ao consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela usina de Jirau, em outra liminar obtida junto à 5ª Vara Federal.

“A medida faz-se necessária para evitar o aprofundamento dos prejuízos contabilizados pela autora, que encerrou o exercício de 2014 com prejuízo superior a R\$ 2 bilhões, o que por certo pode inviabilizar a continuidade do empreendimento”, completou o juiz.

Sem o perdão desses dias de paralisação, a empresa alegava ter um novo prejuízo de cerca de R\$ 1 bilhão.

Venda de energia. Leiloada em 2007, a usina de Santo Antônio deveria ter iniciado a produção de energia em dezembro de 2012, mas a empresa pediu para antecipar a entrega da obra para dezembro de 2011.

Quando conseguiu a autorização, a usina Santo Antônio Energia decidiu vender o volume excedente de energia para o mercado livre.

Apesar da solicitação e da venda da energia, a usina só conseguiu começar a produzir energia em março de 2012.

Por isso, pediu que a Aneel reconhecesse que as greves atrasaram a conclusão da usina, para não ter de arcar com o custo da compra da energia que deixou de produzir nesse período.

04 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A ampliação da arbitragem

Aprovada pelo Senado no início do mês passado, a lei que amplia o uso da arbitragem como mecanismo alternativo de solução de conflitos foi sancionada com o veto à sua aplicação nas causas trabalhistas, nas relações de consumo e nos litígios relacionados a contratos de adesão. Concebida para solucionar pendências em matéria de direito comercial e direito societário, a legislação em vigor permite que as partes escolham de comum acordo um árbitro de sua confiança e estabelece que suas decisões têm a força e os efeitos das sentenças judiciais.

A arbitragem foi instituída no País há quase duas décadas e ganhou a confiança tanto das empresas de grande porte – como empreiteiras, seguradoras e instituições financeiras – quanto do setor público. A Companhia do Metrô de São Paulo, a Agência Nacional do Petróleo e a Petrobrás há muito incluem cláusulas arbitrais nos contratos com fornecedores e prestadores de serviços da iniciativa privada. Desde então, a arbitragem vem registrando um crescimento médio anual superior a 20%. Com a entrada de novos investimentos estrangeiros e a crescente internacionalização das empresas brasileiras, também cresceu a participação do Brasil nas arbitragens internacionais.

A iniciativa de ampliar a utilização da arbitragem foi tomada para destravar as grandes obras

de infraestrutura, como aeroportos, portos, rodovias e hidrelétricas, oferecendo às empresas privadas e ao setor público uma alternativa aos morosos e muitas vezes ineptos tribunais. Uma simples liminar concedida por um juiz substituto de primeira instância pode paralisar por muito tempo uma obra fundamental para o desenvolvimento do País. E como o magistrado tem uma formação generalista, muitas vezes suas decisões são tecnicamente imprecisas. Além disso, na Justiça comum, que tem quatro instâncias, os processos judiciais demoram anos – e até décadas – para serem julgados, até se esgotarem todas as possibilidades de recursos judiciais. A agilidade da arbitragem e a experiência e o conhecimento dos árbitros permitem que as pendências sejam decididas com maior rapidez. Em média, as câmaras de arbitragem oferecem uma solução definitiva em menos de 24 meses. E como os árbitros são especialistas nas questões que lhes são submetidas, as partes confiam na consistência técnica de suas decisões.

O projeto de ampliação da arbitragem foi preparado por uma comissão presidida pelo ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, que concluiu o trabalho em outubro de 2013 e o enviou para o Senado. Em 2014, o projeto tramitou na Câmara e, há dois meses, retornou ao Senado. A nova lei dá ao Judiciário o poder de conceder medidas cautelares para determinar que

certas pendências sejam resolvidas por meio de arbitragem. Permite que as empresas de capital aberto incluam a preferência pela arbitragem em seu estatuto social. E aumenta os tipos de conflitos entre a administração pública e empresas privadas que podem ser submetidos à arbitragem, especialmente os que envolvem direitos patrimoniais relativos a contratos por ela celebrados. “A expectativa é de que ela atinja contratos de grande envergadura e que podem atrair investimento estrangeiro”, afirma Salomão.

A ampliação do uso da arbitragem era uma reivindicação antiga de vários setores da área jurídica. Mas, por pressão corporativa da magistratura trabalhista, que teme perder prestígio com reformas que flexibilizem o direito do trabalho, o Planalto vetou o dispositivo que permitia aos diretores estatutários de empresas privadas incluir a arbitragem em seu contrato de trabalho. Para os juízes trabalhistas, a arbitragem prejudica os trabalhadores – o que não é o caso dos funcionários das hierarquias mais altas da iniciativa privada. Já no caso das relações de consumo e dos contratos de adesão, o Planalto levou em conta que os consumidores e clientes de bancos seriam vulneráveis em relação às empresas e às instituições financeiras nos processos de arbitragem. Esses três vetos, contudo, não desfiguram a nova legislação nem impedem o crescimento desse método alternativo de resolução de litígios.

05 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Aula de bagunça

A greve dos professores da rede estadual de ensino não é nem greve nem é de professores. É um movimento político desencadeado por sindicalistas extremistas que usam reivindicações salariais absurdas como arma para desgastar um governador que é de um partido considerado inimigo. Fazem muito bem as autoridades em não negociar com quem não tem nenhuma intenção senão a de criar confusão – inclusive dentro do próprio movimento, como provam as cenas lamentáveis de brucutus a se estapear na última assembleia da Apeoesp, o sindicato dos professores estaduais paulistas. E pensar que é a tipos assim que nossas crianças estão entregues.

O espírito antidemocrático do movimento ficou claro no entrevero na Avenida Paulista. Pouco antes da votação que decidiu pela continuidade da paralisação, houve pancadaria, pois os ânimos estavam exaltados. Não é para menos – afinal, muitos dos que aderiram à greve perceberam que ela não tem mais sentido, nem mesmo político. Foram calados à força.

A assembleia votou pela manutenção da paralisação, mas o resultado apertado – que exigiu duas votações para ter certeza da decisão – indica que ao movimento resta somente a truculência, pois não conta com apoio firme nem mesmo dentro de suas hostes.

Faz sentido que assim seja. A

greve nunca teve adesão significativa, pois desde o princípio ficou escancarada a sua má-fé. Em primeiro lugar, o movimento foi deflagrado em março não como instrumento legítimo de reivindicação, e sim para adornar os protestos a favor do governo federal petista e contra a administração tucana em São Paulo. Foi dessa maneira irresponsável que um punhado de sindicalistas resolveu causar prejuízos a milhares de alunos da rede pública, se isso resultasse em desgaste para o governador Geraldo Alckmin.

A pauta de reivindicações dos grevistas era propositalmente inexequível. Eles exigiam aumento salarial de 75,33%, com o argumento de que esse reajuste equipararia os vencimentos dos professores aos dos demais funcionários públicos de nível superior. No entanto, segundo o governo, os professores já receberam reajuste acumulado de 45% nos últimos quatro anos, um aumento real de 21%, colocando o piso da categoria em São Paulo 26% acima do piso nacional. Ademais, o último reajuste foi dado há menos de um ano, em julho de 2014, razão pela qual o governo só aceita abrir negociação em julho.

Coberto de razão, pois negociar com os grevistas nessas condições seria abrir um precedente inaceitável, Alckmin mandou não pagar os dias parados – decisão avalizada pelo Superior Tribunal de Justiça. A previsível indisposição do governo para dialogar com quem

quer apenas causar embaraços políticos foi usada pela Apeoesp, controlada pelo PT e por legendas radicais sem voto, como PCO e PSTU, para demonstrar a “intransigência” de Alckmin. Em uma das assembleias, a presidente da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, chegou a dizer que “professor faz greve de cabeça erguida, mas de joelhos para o tucanato, jamais”.

Na presunção de que o desgaste estava rendendo os frutos desejados, os sindicalistas decidiram manter indefinidamente o movimento – que já passou de 80 dias e se tornou a maior greve da história da rede pública paulista. A tática dos grevistas incluiu atazanar o governador em todos os eventos públicos aos quais ele compareceu nesse período e invadir a Secretaria da Educação.

A Apeoesp jura que a greve tem a adesão de 30% da categoria, mas já chegou a falar em 60%. Para o governo, não passam de 4% os professores parados. Como é uma greve que não tem nenhuma razão de ser, salvo prejudicar a imagem de Alckmin, qualquer porcentual de escolas e estudantes afetados deve ser considerado excessivo.

Por esse motivo, já passou da hora de encerrar um movimento cujo único mérito foi ter escancarado a falta de vocação petista e de seus associados radicais para o diálogo democrático e responsável. Formada na escola do radicalismo inconsequente, essa turma só consegue dar aula de bagunça.

O ESTADO DE S. PAULO

Ação cível do mensalão mineiro começa a tramitar

o Crítica

“(A demora da tramitação)

É um descrédito para o Ministério Público, é um descrédito para o Judiciário. Já há provas mais do que suficientes. A vantagem é que na área cível não prescreve”

Leonardo Duque Barbabella

PROMOTOR

05 JUN 2015

Após mais de 11 anos no Supremo, processo que trata da campanha de Azeredo em 1998 foi recebido na 1ª instância

Após permanecer praticamente parada durante mais de 11 anos no Supremo Tribunal Federal, a primeira ação judicial que trata dos fatos relacionados ao mensalão mineiro começou a tramitar no mês passado na Justiça em Minas Gerais.

A ação civil pública por atos de improbidade administrativa tem como réus o ex-governador de Minas e ex-presidente nacional do PSDB, Eduardo Azeredo, o ex-senador Clésio Andrade (PMDB), além de Marcos Valério Fernandes de Souza e seus ex-sócios.

Segundo acusação da Procuradoria-Geral da República, o mensalão mineiro foi um esquema de arrecadação ilegal de recursos para a campanha à reeleição de Azeredo ao governo de Minas, em 1998.

A ação por improbidade foi ajuizada em dezembro de 2003 – quatro anos antes da denúncia criminal – no Supremo e é o primeiro processo envolvendo a campanha tucana daquele ano. A ação do Ministério Público Estadual pede a indisponibilidade ou bloqueio cautelar de bens até o limite de R\$ 12 milhões. Os promotores afirmam que o governo de Minas autorizou de forma ilegal o pagamento de R\$ 3 milhões das estatais Companhia Mineradora de Minas (Comig, atual Codemig) e

Companhia de Saneamento do Estado (Copasa) para a agência SMPB, com o objetivo de patrocinar o evento esportivo Enduro da Independência.

Trata-se do grosso do desvio apontado em 2007 na denúncia do mensalão mineiro pelo então procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza – para quem o “esquema delituoso” verificado no ano de 1998 foi a origem e o laboratório dos fatos descritos” na acusação formal do mensalão federal.

A ação ficou parada no STF aguardando o julgamento pelo plenário do Supremo de dois recursos apresentados em 2005 contra a decisão do então relator, o ex-ministro Carlos Ayres Britto, que havia determinado a remessa dos autos à Justiça Estadual de Minas, entendendo que não cabe foro privilegiado para crimes de improbidade administrativa.

O plenário negou o recurso somente em novembro do ano passado e o processo foi remetido para a primeira instância em março deste ano. Agora, a ação começou a tramitar na 5.ª Vara da Fazenda Estadual.

Um dos autores, o promotor Leonardo Duque Barbabella, criticou a demora da tramitação. “É um descrédito para o Ministério Público, é um descrédito para o Judiciário”, afirmou. “Já há provas mais do que suficientes. A vantagem é que na área cível não prescreve.”

Na esfera criminal, existem três ações tramitando na Justiça mineira, mas até o momento não houve sentenças.

Ao **Estado**, Azeredo disse que não faria comentários sobre a ação cível. Ele nega responsabilidade em eventuais irregularidades na campanha de 1998.

“Esse assunto é uma contrapartida que a imprensa faz, o próprio nome é um nome indevido, que foi inventado para compensar o PT”, disse. “Tudo o que eu tinha para falar sobre esse assunto eu já falei, não tenho nenhuma responsabilidade.”

O advogado de Marcos Valério, Marcelo Leonardo, disse que não tinha informações sobre a ação cível. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Clésio. /EDUARDO KATTAN

06 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Droga em pauta

Na quarta que vem, Gilmar Mendes apresenta no STF seu aguardado voto – como relator – em um processo no qual um cidadão recorre contra punição por consumir drogas. Por tudo que se sabe de seus discursos e seus votos, o ministro aceitará o recurso.

Como é um caso de repercussão geral, o parecer, se aprovado pela Corte, passará a valer para tribunais inferiores.

Droga 2

A decisão – que na prática liberaria o consumo da maconha – nada tem a ver com a produção ou venda de drogas. E faltará definir quais delas, e em que quantidade, configuram o “uso pessoal”.

07 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Avança o programa Empresa Amiga da Justiça



É significativo o número de empresas que aderiram ao programa Empresa Amiga da Justiça, criado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) para reduzir o número de processos em tramitação. Inúmeras pendências entre consumidores e prestadores de serviços podem ser resolvidas via diálogo entre as partes, sem intervenção do Estado, mas com a indispensável colaboração das empresas. Há mais de 100 milhões de processos em andamento no País, 21 milhões só em São Paulo.

A resposta para enfrentar o acúmulo de ações não é a contratação de juízes ou servidores. Mas “não há almoço grátis”, diz o presidente do TJSP, José Renato Nalini, para quem é necessário “repensar a cultura corporativa e o aprofundamento do diálogo com toda a sociedade”.

Entidades privadas de mediação e arbitragem, fora do Judiciário, podem dirimir conflitos, mas exigem o compromisso prévio e explícito das partes para agir – e a elas só recorrem grandes empresas.

O problema são as queixas quanto a serviços, cobranças ou litígios menores. Estes, quando não vão para os Juizados de Pequenas Causas, vão para a Fundação Procon-SP, ato-

lada em queixas de consumidores.

A ideia do projeto é inovadora. Estimula a criação de uma “cultura da pacificação” e permite resolver, sem burocracia e com rapidez, litígios na relação consumidor-empresa, agregando valor corporativo às companhias, observa Nalini.

A primeira a aderir foi a TAM. O objetivo é reduzir em 10% o número de processos distribuídos e em 20% o total do estoque em 12 meses. Outras aderiram e a Federação Brasileira de Bancos (Fcbaban) anunciou que oito bancos de médio e de grande portes firmaram protocolo de intenção com o TJSP para diminuir em 3% o número de ações que chegam ao Judiciário e os estoques em 12 meses. Em parte, são ações revisionais de taxas de juros ou decorrentes de relações com o consumidor.

O porcentual parece pequeno, mas não é: os bancos atendem diariamente milhões de pessoas. Com investimentos em atendimento, as reclamações em seis grandes bancos caíram 9% entre 2013 e 2014. Hoje, representam 0,18% das demandas pelos canais de comunicação com o público. As reclamações ao Procon caíram 22% e as demandas ao Banco Central, 13%.

O que se espera é que outras áreas de prestação de serviços participem do projeto de Empresa Amiga da Justiça, como a telefonia, campeã de queixas.

07 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

ÉLIANE CANTANHÊDE

Justiça e generosidade

Na mesma semana, o Brasil assistiu à Marcha para Jesus, que reuniu 340 mil pessoas em São Paulo, e a uma discussão feroz na internet sobre a campanha do Boticário, tratando o Dia dos Namorados como o dia de duas pessoas que se amam, independentemente do sexo. São as “forças vivas da Nação” discutindo a sociedade e o futuro, para além das crises na política, na economia e na ética.

Com a presidente da República amargando um recorde negativo de popularidade, os governos estaduais na maior pindaíba e os partidos abaixo de qualquer crítica, nada mais natural que os movimentos religiosos ocupem mais e mais o espaço político. Na chamada “maior Nação católica do mundo”, quem avança são os evangélicos.

Simultaneamente, surpreende a agressividade nas redes sociais contra a peça publicitária que mostra com delicadeza o amor de duas moças ou de dois rapazes, o que foge ao padrão, mas está perfeitamente de acordo com os nossos tempos, em que as pessoas têm o direito de serem felizes como julgarem melhor. Por que esses encontros de amor geram tanta aflição, até ódio?

É nesse contexto, de fortalecimento dos movimentos religiosos e de intenso debate sobre costumes e avanços da sociedade, que a história brasileira encontra na presidência da Câmara justamente um evangélico. E não é um deputado qualquer, é Eduardo Cunha, um dos mais fortes líderes parlamentares das últimas décadas. Este tem rebanho.

O foco não é a idade do autor, mas o grau de gravidade do crime

Somando-se tudo, tem-se o ambiente em que será votada, a partir desta segunda-feira, e logo, a Emenda Constitucional que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. Com o perigoso ingrediente das pesquisas, pelas quais a população brasileira é amplamente a favor. Exaustos com a violência assassina e cotidiana, os brasileiros acham que encontraram a solução: jogar adolescentes nas cadeias mais horrendas, ou “medievais”, como já disse o próprio ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Vamos com calma, gente! De fato, assim como a realidade evolui para a aceitação e oficialização da união de pessoas do mesmo sexo, também conduz à consciência de que não dá mais para assistir passivamente que criminosos de alta periculosidade estejam sujeitos a apenas três anos de reclusão, ou “apreensão”. É preciso que a lei, nos dois casos, siga ao ritmo da vida, da sociedade.

Mas... só reduzir a maioridade penal e tratar jovens de 16 e 17 anos como bandidos adultos e comuns não resolve nada. Só atende à sede de vingança contra o sistema e só caracteriza um linchamento de meninos e meninas pobres, negros, de guetos, já tão maltratados pelo Estado e pela Nação. Como se eles fossem culpados pelas aviltantes desigualdade, educação, saúde. Até pela Petrobrás.

Não dá para simplesmente reduzir a idade penal e lavar as mãos. Como não dá para simplesmente ignorar que há menores de alta periculosidade que precisam de uma punição diferenciada. Por isso, o ideal é que o foco não seja a idade do autor, mas o grau de gravidade do crime.

A proposta do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) atende a esse meio termo: a idade penal continuaria sendo de 18 anos, mas com a possibilidade de punições excepcionais para crimes hediondos ou reincidência de crimes graves. O promotor pediria a excepcionalidade, haveria uma análise cuidadosa e o juiz da Vara de Infância e Juventude decidiria o julgamento pelo Código Penal, não pelo ECA. Condenado, o criminoso menor de 18 anos não seria jogado numa cela comum, mas em unidades especiais.

O que não pode é, diante dos escândalos e da criminalidade, o País dar uma cambalhota mortal e cair na velha “direita” e no conservadorismo comportamental e legal. A irritação generalizada faz sentido e todos queremos mudanças, mas o País não pode retroceder e se tornar ainda menos justo, menos generoso. Seria o objetivo oposto pelo qual tanto e tantos lutamos.

07 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Mudar nome de transexual é 2 vezes mais difícil

Na Justiça, há o dobro de chance de o pedido ser indeferido; por Estado, pior situação é em SP, que só acata 1 em cada 3 pedidos

Luiz Fernando Toledo

Laudo médico, cirurgia de mudança de sexo marcada e até autorização de cônjuges têm sido exigidos por juizes de todo o País para autorizar a mudança de nome de transexuais. Em tempos em que a Parada Gay traz às ruas de São Paulo o lema *Eu nasci assim, eu cresci assim, eu vou ser sempre assim: respeitem-me!*, a alteração do registro civil de um transexual é duas vezes mais difícil do que para qualquer outro cidadão.

Preconceito no dia a dia e resistência da Justiça para mudar o nome e ajustá-lo à sua identidade de gênero travam ainda mais a vida de transexuais como Anita Julia Madureira, de 30 anos. “Na escola, fui até ameaçada de morte por um transfóbico. Sofria agressões o tempo todo”, lembra ela, que, identificada como mulher desde a adolescência, só conseguiu no fim do ano passado reescrever, com autorização judicial, seu nome no RG, CPF e demais documentos, após seis anos de espera.

A estatística sobre os obstáculos para transexuais está em levantamento feito pelo Grupo de Estudos em Direito e Sexualidade da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Geds-USP), que analisou 363 acórdãos sobre o tema em tribunais estaduais de todo o País. Desses processos, 89 se referem a pedidos feitos por transexuais e também heterossexuais,

cujos nomes não correspondem ao gênero ou são ambíguos – como Darci.

Enquanto 30% dos transexuais tiveram pedidos indeferidos, a recusa geral na Justiça é de apenas 15%. Na maior parte dos casos analisados pelo levantamento com processos de 2005 a 2012 (77%), os deferimentos só foram concedidos a quem já tinha a cirurgia de mudança de sexo marcada.

O caminho da cirurgia, porém, é longo. A fila de espera da operação no Sistema Único de Saúde (SUS) chega a dez anos. Apenas dois equipamentos no Estado de São Paulo fazem o procedimento. Só para marcar a primeira atendimento, Anita, por exemplo, esperou seis meses. O atestado saiu quatro anos mais tarde. Já a sentença do juiz levou mais um ano para ser proferida – em dezembro.

Durante a espera, a transexual relata mais discriminação. “Trabalhava em um call center e me deixaram três meses sem fazer nada. Estava isolada e sem exercer nenhuma função. Depois, me demitiram.” Segundo Anita, seus chefes se recusavam a chamá-la pelo nome feminino. Isso porque havia sido o primeiro emprego com a carteira registrada que conseguira, só aos 27 anos. Anita ainda conta que, quando jovem, precisou mudar de escola cinco vezes por causa do bullying, e o ensino médio só concluiu aos 23.

Mais laudo. Há casos em que há exigência de um segundo laudo, produzido por um perito designado pela Justiça, além do atestado do SUS. Aúrea Maria de Oliveira Manuel, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, diz que o procedimento é comum. “Não basta juntar um laudo particular feito em hospital público. Eles também pedem uma perícia oficial”, explica, o que retarda ainda mais o fim do processo.

Para o advogado do Geds Thales Coimbra, as exigências da Justiça são “absurdas”. “Não acreditamos que o laudo é essencial para aferir a transexualidade da pessoa”, afirma ele.

Variações. Outra constatação do levantamento da USP é que as decisões variam de região para a região. Os Tribunais de Justiça do Rio (TJ-RJ) e do Rio Grande do Sul (TJ-RS) lideraram em deferimentos – 76,5% e 85,7% dos casos envolvendo transexuais, respectivamente. São Paulo, o último da lista, acatou apenas 37,5% dos pedidos feitos por transexuais.

Hoje, o prenome pode ser alterado em casos de “exposição ao ridículo” e “existência de apelido público notório” – nome social –, mas não há legislação que discipline sobre a troca de nome de transexuais, abrindo margem a interpretações e exigências diversas.

07 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Túmulo violado dá indenização no ABC

Uma decisão da 3.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Prefeitura de Diadema a pagar indenização de 20 salários mínimos (R\$ 15.760) a uma mulher após ladrões violarem o túmulo de seu filho, enterrado no cemitério municipal. Ele havia morrido horas após o parto. Para o desembargador Maurício Fiorito, a Prefeitura não provou que vigiava o cemitério adequadamente.

União terá 15 dias para assumir haitianos no AC

A Justiça deu um prazo de 15 dias para que a União comece a gerir a política de acolhimento e transporte de haitianos no Acre. A liminar é de anteontem e atendeu ao pedido feito pelo Ministério Público do Trabalho. A decisão estabelece que a União custeie o abrigo dos imigrantes, ofereça atendimento médico especializado, transporte e inclusão no Sistema Nacional de Emprego, para evitar exploração de mão de obra.

08 JUN 2015

BEM PARANÁ

Orçamento

Os deputados apresentaram 26 emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo do Estado para 2016. A LDO prevê uma receita total para fixação de despesa de R\$ 41,722 bilhões para o próximo ano e deve ser aprovada pela Assembleia Legislativa antes do recesso de julho. Segundo o relator da comissão de Orçamento, Élio Rusch (DEM), só serão rejeitadas as emendas que não forem pertinentes à lei. Na opinião de Rusch, é preciso levar em conta a crise econômica que o país atravessa para avaliar os números da LDO. “Em relação ao ano passado, tivemos um ganho na LDO de algo em torno R\$ 2 bilhões”.

Outros poderes

Quem mais apresentou emendas à LDO foi a bancada de oposição, que protocolou oito emendas. Entre elas, a que propõe que sejam excluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que compõem a base de cálculo dos repasses ao Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público. O PT defende que, se aprovada a medida, o governo terá um incremento anual no caixa de R\$ 428 milhões.

TRIBUNA DO PARANÁ

DITADURA

A 6.ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Fazenda Pública Estadual a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 200 mil em razão de tortura e perseguição política durante o período da ditadura militar. O TJ acolheu ação dos advogados de Maria Diva de Faria, presa pelos órgãos de segurança em setembro de 1973. As informações foram

divulgadas no site do TJ de São Paulo. De acordo com a decisão, Maria Diva “permaneceu presa por longo período e foi torturada inúmeras vezes na tentativa de ser compelida a revelar fatos e delatar pessoas”. Depois, em razão do exílio, ela rompeu o contato com sua família pela perseguição que sofria, não podendo se despedir de seus pais, que morreram enquanto ainda estava exilada.